

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**REPRESENTAÇÕES DE UMA ESCOLA PROTESTANTE NA IMPRENSA:
COLÉGIO PIRACICABANO (1881- 1886)
THAIS GONSALES SOARES**

PIRACICABA, SP

2014

**REPRESENTAÇÕES DE UMA ESCOLA PROTESTANTE NA IMPRENSA: COLÉGIO
PIRACICABANO (1881- 1886)**

THAIS GONSALES SOARES

ORIENTADOR: PROF. DR. CESAR ROMERO AMARAL VIEIRA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

PIRACICABA, SP

2014

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP

Bibliotecária: Luciene Cristina Correa Ferreira CRB-8/ 8235

S676r	<p>Soares, Thais Gonsales. Representações de uma escola protestante na imprensa: Colégio Piracicabano (1881- 1886)./ Thais Gonsales Soares. – Piracicaba, SP: [s.n.], 2014. 144 f. ; il.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba. 2014.</p> <p>Orientador: Dr. Cesar Romero Amaral Vieira.</p> <p>Inclui Bibliografia</p> <p>1. Representação. 2. Educação Protestante. 3. Colégio Piracicabano. 4. Imprensa. I. Vieira, Cesar Romero Amaral . II. Universidade Metodista de Piracicaba. III Título.</p>
-------	---

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira
Orientador

Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery
UNESP

Prof. Dr. Thiago Borges de Aguiar
UNIMEP

A Joel da Silva Soares (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Cesar Romero Amaral Vieira, pelo incentivo e pela confiança ao longo da produção desse trabalho.

Aos docentes do Programa de Pós Graduação em Educação da Unimep, por todos os ensinamentos. Ao professor Dr. Thiago Borges de Aguiar, pelas leituras atentas e pelas conversas pacientes. À professora Dra. Ana Clara Bortoleto Nery, pelos questionamentos e contribuições.

Aos companheiros de caminhada, Renata Luigia Cresto Garcia, Taitson Alberto Leal dos Santos, André Dela Vale, Antonio Filogenio de Paula Júnior e Reginaldo Leandro Plácido, por todas as discussões e pela cumplicidade.

À minha família, pelo apoio e a Thiago Sgarbiero, pelo carinho e incentivo constante.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

RESUMO

O Colégio Piracicabano, fundado na cidade de Piracicaba no oeste paulista, em 1881, por educadoras do sul dos Estados Unidos, destaca-se como a primeira instituição escolar de tradição metodista instituída no Brasil. Entre a última década do período monárquico e o advento do período republicano, diversos debates surgiram em decorrência da criação desse colégio e foram esses debates o objeto dessa pesquisa. O objetivo central foi analisar, seguindo a perspectiva defendida por Magalhães, qual a relação do Colégio Piracicabano com sua realidade envolvente, a partir das discussões apresentadas pela imprensa local e em alguns setores da imprensa nacional. Como objetivos específicos propôs-se investigar qual a representação feita do modelo educacional norte americano no período entre 1881 e 1886 e analisar a disputa entre católicos e protestantes no âmbito educacional a partir dos debates veiculados pela imprensa. Por meio de uma abordagem da História Cultural, realizou-se uma análise desses acontecimentos de modo a possibilitar o levantamento de temas relevantes a sociedade piracicabana, tornando possível a identificação de elementos da pluralidade social existente. A partir do conceito de *representação*, a imprensa foi utilizada como fonte principal para a análise dos discursos dos diferentes atores sociais. Buscou-se um diálogo com autores que estudaram esse período, bem como com autores que deram suporte teórico para a análise do material coletado. Nesta pesquisa, evidenciamos que os embates que envolveram o Colégio Piracicabano em seus primeiros anos são significativos, pois articulam diferentes questões em discussão no cenário nacional, o que demonstra que por meio da investigação da instituição a partir de seu contexto e circunstâncias históricas, é possível refletir sobre as representações e os discursos atrelados à elas.

Palavras chave: Representação. Educação Protestante. Colégio Piracicabano. Imprensa.

ABSTRACT

The Piracicabano School, founded in Piracicaba city in western São Paulo in 1881 by educators from the southern United States, stands out as the first educational institution of the Methodist tradition established in Brazil. Between the last decade of the monarchic period and the advent of the republican period, many debates have arisen due to the creation of this school and these debates were the object of this research. The main objective was to analyze, following the approach defended by Magalhães, what are the relationships between the Piracicabano School with its surrounding reality, from the discussions presented by the local press and in some sections of the national press perspective. As specific objectives it was proposed to investigate which representation made of the U.S. educational model in the period between 1881 and 1886 and examine the dispute between Catholics and Protestants in the educational field from the debates shown in the press. Through an approach of Cultural History, an analysis of these events was made to enable to raise relevant subjects to Piracicaba's society, allowing the identification of elements present in the existing social plurality. From the concept of representation, the press was used as the main source for the analysis of the discourses of different social agents. A dialogue with authors who have studied this period was sought, as well as with authors who gave theoretical support for data analysis. In this study, we showed that the conflicts involving the Piracicabano School in its early years are significant, since they interconnect different issues being discussed on the national scene, which points out that by investigating the institution from its context and historical circumstances, it is possible think about the representations and discourses linked to them.

Keywords: Representation. Protestant Education. Piracicabano School. Press.

LISTA DE ABREVIATURAS

G.P.	Jornal <i>Gazeta de Piracicaba</i>
M.C.	Jornal <i>Metodista Catholico</i>
E.C.	Jornal <i>Expositor Christão</i>
G.N.	Jornal <i>Gazeta de Notícias</i>
J.P.	<i>Jornal de Piracicaba</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. Sobre o método: categorias de análise e fontes	14
1.1 Reflexões sobre a História	14
1.2 História da Educação e <i>Mesoanálise</i>	19
1.3 Representações, estratégia e discurso.	21
1.4 A imprensa como fonte.....	25
1.5 As fontes. De onde saem suas vozes?.....	28
2. Metodistas em Piracicaba: estranhos, irradiadores de luz, ou lobos em pele de ovelhas?	40
2.1 A educação no período imperial	41
2.2 Relação entre protestantes norte americanos e republicanos brasileiros	47
2.3 Protestantes no Brasil	60
2.4 O Colégio Piracicabano: representantes dos progressos do século ou das trevas das heresias e dos erros?	62
3. Disse o Imperador: “A religião Católica ainda é a religião oficial do Estado”.....	74
3.1 Caso Vianna.....	85
3.2 Fim do Caso Vianna e permanência do debate.....	100
CONCLUSÃO.....	104
FONTES	108
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Os anos que compreendem o início da última década do período monárquico até o advento da república brasileira, foram testemunhas de diversos debates e controvérsias que emergiram em decorrência do estabelecimento da primeira instituição de ensino protestante de Piracicaba, o Colégio Piracicabano. Debates e controvérsias que nas páginas do principal veículo de comunicação regional, a *Gazeta de Piracicaba*, encontraram ressonância. Além dos temas próprios à educação escolar, diversos outros relevantes ao período foram postos em circulação, tais como imigração, religião, política, entre outros. Temas estes que colocaram em questão o encontro ou desencontro de culturas distintas e seus sistemas de normas e valores. Alguns desses temas foram tomados, nesta pesquisa, pois permitem compreender a realidade histórica desta instituição escolar “no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas”, no sentido aqui atribuído por Magalhães (2004, p. 70).

A pesquisa aqui proposta circunscreve-se no âmbito do Projeto de Pesquisa *Entre a memória e o arquivo: Colégio Piracicabano - 1881-1935*¹, desenvolvido no Grupo de Pesquisa Educação e Protestantismo (GPEP), da Universidade Metodista de Piracicaba, e segue como eixo de problematização a mesma relação histórica do Colégio Piracicabano com o seu meio envolvente. Entre os dois primeiros anos de funcionamento dessa instituição escolar, a cidade de Piracicaba contava com seis escolas públicas, três masculinas e três femininas, onze escolas particulares, além de três ou quatro cadeiras criadas em bairros rurais, desprovidas de professores (G.P. 03 set.1882, p.2; 23 set.1883, p.1). Evidenciando a dificuldade para a manutenção das instituições de ensino na cidade, as notícias referentes à abertura e o rápido fechamento de escolas ou aulas particulares eram frequentes, assim como as críticas à falta de estrutura das instituições públicas de ensino. Em 1883, a *Gazeta de Piracicaba* informava que uma subscrição particular foi aberta para adquirir a mobília apropriada às escolas públicas da cidade, já que a “esperança” de obtê-la do governo estava “perdida” (23 set.1883, p.1).

Ao ser fundado, logo o Colégio Piracicabano tornou-se uma instituição educativa de referência, já que possuía aspectos que o diferenciavam das demais escolas

¹ O projeto intitulado *Entre a memória e o arquivo: Colégio Piracicabano - 1881-1935*, teve como objetivo realizar uma investigação histórica sobre o Colégio Piracicabano a partir do levantamento e análise de diferentes fontes.

da região. Elogios quanto ao método de ensino e a ordem existente figuraram nas páginas da *Gazeta de Piracicaba* desde as primeiras notícias sobre a realização de seus exames públicos. A divulgação desses exames deram destaque ao colégio no cenário educacional de Piracicaba, pois suas realizações passaram a ser amplamente divulgadas pela imprensa local, que instigava a população interessada à participar. Os convites para o acompanhamento dos exames eram dirigidos a todos os interessados na instrução: “Amanhã e depois dar-se-hão no Collegio Piracicabano, os exames das materias ahi ensinadas (...), para o que pede-se presença dos srs. pais de familia e de todas as pessoas que se interessam pela instrucção (...). Consta que não há convites especiaes” (G.P., 10 dez.1882, p.2).

Foi após a construção do edifício próprio, em 1884, que o colégio distinguiu-se ainda mais das outras instituições educativas da cidade por ter a primeira construção apropriada para receber os alunos, em um contexto no qual as escolas geralmente eram instaladas em casas alugadas, sem espaço e mobília adequadas. O novo edifício possuía aspectos marcantes, como por exemplo um “excelente observatório”, destacado pela *Gazeta de Piracicaba* (11 jun.1884, p.2), o mobiliário importado dos Estados Unidos, que trazia carteiras individuais, diferentes das carteiras coletivas comuns no período, ou ainda a abertura em 1886 de um “novo genero de educação da infancia” na cidade, o *kindergarten* (G.P., 08 maio 1886, p.2), evidenciavam uma cultura material escolar que se diferenciava das demais vigentes.

Apesar da imprensa regional divulgar frequentes elogios ao colégio, seu método de ensino e sua estrutura, diversas críticas foram dirigidas à instituição e aos seus fundadores, críticas provocadoras de debates que gravitavam em torno de diferentes temas, como aspectos religiosos, políticos e até mesmo a imigração. Tais temas, amplamente discutidos pela imprensa nacional, líderes políticos e intelectuais do período, evidenciavam diferentes opiniões e perspectivas sobre o país e o que se esperava para seu futuro. Dentro desse contexto, o objetivo central desse trabalho foi analisar como os debates em torno da criação do Colégio Piracicabano foram apresentados pela imprensa local e em alguns setores da imprensa nacional. Quanto aos objetivos específicos, este trabalho propõe-se ainda a identificar dentro desse debate, qual a representação atribuída à educação e aos educadores protestantes de origem norte americana por diferentes agentes sociais do período – católicos, republicanos e os próprios educadores protestantes; além de proceder ao levantamento das principais

disputas entre católicos e protestantes no âmbito educacional a partir dos debates veiculados na imprensa.

Diante dessa perspectiva de análise, realizou-se uma criteriosa seleção de jornais que trazem referência a debates envolvendo o Colégio Piracicabano, no período que compreende os anos de sua implantação em 1881 até o ano de 1886, marcado pela ameaça de fechamento da instituição, estabelecendo um recorte temporal dos primeiros cinco anos dessa instituição escolar. Para a realização desse levantamento, foram selecionados cinco jornais: o jornal *Gazeta de Piracicaba*, editado em Piracicaba, e os jornais *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias*, editados na Corte sob a responsabilidade de lideranças republicanas, que auxiliaram na percepção sobre modo como diferentes questões foram conduzidas. O periódico católico *O Apóstolo* e o jornal metodista *Expositor Christão*, possibilitaram a identificação de alguns aspectos da discussão religiosa entre católicos e protestantes. Buscou-se também um diálogo com alguns autores que estudaram o período e a temática em questão, bem como com autores que deram suporte teórico para a análise do material coletado.

Partindo da perspectiva defendida por Justino Magalhães, de que a instituição de ensino tem uma relação fundamental com o público e a realidade envolvente, nos propusemos a traçar um levantamento dos aspectos em debate que envolveram o Colégio Piracicabano, analisando-os a partir dos conceitos de *representação*, proposto por Roger Chartier (2002a) e *estratégia*, por Michel de Certeau (1998). A variação dos *discursos* apresentados a partir das diferentes representações também foi observada com suporte em Chartier. Esses conceitos, tratados aqui como categorias de análise, são apresentados no primeiro capítulo, assim como dados relevantes sobre a utilização da imprensa como fonte para a História da Educação. Destacamos que principalmente a partir da década de 1980, as pesquisas com base nas análises de diferentes fontes tem permitido a realização de diversos estudos sobre as instituições escolares. Como demonstram os eventos científicos sobre História da Educação, de caráter nacional e internacional, as pesquisas sobre instituições escolares de origem protestante tem despertado um crescente interesse e a busca pela variedade de diferentes fontes, tem produzido novas formas de compreensão dessas instituições.

Desse modo, a utilização da imprensa como fonte para análise, se destaca como um importante subsídio para as pesquisas no campo da História da Educação, fornecendo uma perspectiva abrangente da sociedade da época, além de uma pluralidade

de visões de mundo. Nessa investigação, particularmente, a utilização da imprensa como fonte possibilitou o levantamento de temas relevantes à sociedade piracicabana, que propiciou a identificação de um conjunto de elementos que compõem a diversidade social do período estudado.

No segundo capítulo, nos propomos a identificar alguns aspectos que permitam uma melhor compreensão de três diferentes representações, encontradas nos jornais utilizados como fonte para a pesquisa, atribuídas aos metodistas: *estranhos*, *irradiadores de luz* e *lobos em pele de ovelhas*. Para tal, algumas características do ensino público e particular na província de São Paulo durante o período imperial foram apresentadas, visando a identificação de aspectos que auxiliem na compreensão do contexto educacional no período.

A criação e manutenção do Colégio Piracicabano teve um grande apoio da elite republicana da região. Longe de ser um quadro exclusivo, a aproximação entre protestantes norte americanos e grupos de republicanos brasileiros foi uma ocorrência relativamente comum em diversas regiões do Brasil nesse período, conforme apontam os estudos que versam sobre essas questões. Nesse sentido, ainda buscando um melhor entendimento sobre a construção das representações apontadas acima, nos dedicamos a identificar possíveis motivos que incentivaram a aproximação entre esses dois grupos, aspecto necessário para uma melhor compreensão sobre o processo de estabelecimento de imigrantes protestantes no final do período imperial brasileiro, de modo geral, e particularmente do grupo que fundou o Colégio Piracicabano no interior da província de São Paulo. O início da criação do colégio protestante na cidade e os primeiros embates com as lideranças católicas da região que essa construção propiciou também foi tema de análise do segundo capítulo.

Apesar do apoio de lideranças republicanas importantes, as críticas dirigidas ao colégio e seus fundadores também foram incisivas. Além da disputa com as lideranças católicas da região, tratadas no segundo capítulo, encontramos ainda uma tentativa de fechamento do Colégio Piracicabano pelo inspetor de ensino, no ano de 1886. As possíveis explicações para tal tentativa e as discussões que ela causou possibilitaram a identificação de um debate articulador de diferentes temas, com abrangência internacional. Tais questões são abordadas no terceiro capítulo desse trabalho.

A consulta às edições do *Expositor Christão* foi realizada no acervo do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Metodismo e Educação (CEPEME), da Universidade

Metodista de Piracicaba, que possui, além das edições impressas, as cópias do material digitalizado disponível no Arquivo Histórico da Igreja Metodista e no Centro de Memória Metodista da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). A *Gazeta de Piracicaba* foi analisada a partir do material cedido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), que realizou a digitalização do jornal desde a sua fundação. Algumas edições não digitalizadas foram consultados no acervo microfilmado da Biblioteca Municipal de Piracicaba Ricardo Ferraz de Arruda Pinto. *O Apóstolo*, a *Gazeta de Notícias* e o jornal *O Paiz* foram consultados inicialmente no acervo microfilmado do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP. Posteriormente, a consulta se realizou a partir da Hemeroteca Digital Brasileira, organizada pela Fundação Biblioteca Nacional, que possui grande variedade de periódicos disponíveis para consulta *online*, no site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Destacamos ainda que optamos por manter as grafias originais dos jornais nas citações utilizadas nessa pesquisa.

1. Sobre o método: categorias de análise e fontes

1.1 Reflexões sobre a História

As questões referentes ao passado, a forma como se pretende atingi-lo a partir da pesquisa de fontes e o modo de retratá-lo por meio de construções narrativas, possibilitaram na década de 1980 a eclosão de amplas reflexões sobre a história e o trabalho do historiador. Esse período foi identificado por Chartier (2009) como o de uma possível “crise da história”, crise essa que teria impulsionado historiadores a repensarem o modo de abordagem e representação do passado.

Tratando não somente sobre a história, mas ampliando a análise ao âmbito das ciências humanas, Pesavento reforça a percepção de uma possível crise com base nos paradigmas da área:

Verificava-se, pois, uma crise dos paradigmas, uma descrença nas formas interpretativas do real, crise esta que se instalou no seio das ciências humanas. Registrava-se um declínio dos saberes científicos sobre os quais a disciplina fundamentara a sua posição até, praticamente, a década de 1970 do século XX. (2004, p.13)

Se é possível identificar em meados do século XX, principalmente pelo marxismo e a corrente dos *Annales*, uma forte crítica à historiografia do século XIX referendada nos postulados de Ranke ou no positivismo de Comte², a década de 1980

² Podemos destacar algumas das críticas dirigidas à historiografia do século XIX: a tentativa de obter um modelo de conhecimento objetivo com base nas ciências naturais a partir da fabricação de condições para uma relação direta entre o historiador e os eventos partindo dos vestígios; a tentativa de neutralização do historiador, com base em sua imparcialidade conquistada por meio do método; a exigência do rigor em busca da verdade e uma visão otimista e progressista da história (Cf. REIS, 1996, p.21-2). Uma das vertentes que eclodiu como um paradigma alternativo ao de Ranke foi o materialismo histórico, proposto por Karl Marx (1818-1883) que se dedicou ao estudo do que denominou “sociedade de classes”. Para Marx, diferentemente de Comte e Ranke, a ciência deveria ter como objetivo o reconhecimento da realidade para transformá-la. As relações de produção e a força produtiva de uma sociedade seriam sua estrutura principal (infraestrutura), enquanto as instâncias políticas, jurídicas e ideológicas (superestrutura) seriam baseadas e determinadas por ela. Para Marx, que partia do princípio dialético, a realidade que tinha a luta de classes como “motor da história” (tese) produziria o conflito entre os opostos (antítese) e finalmente chegaria a sua síntese a partir da revolução. A base da análise histórica para Marx partiria, portanto, de um estudo das estruturas socioeconômicas. Como outra alternativa para a análise histórica, uma aproximação entre a história e as ciências sociais foi a proposta sugerida por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929 com a criação da Revista *Annales*, na França. A partir dessa proposta, novas perspectivas de análise passaram a fazer parte da reflexão historiográfica, sugerindo o uso de novos objetos e objetivos para a investigação de uma “história-problema”, deslocando o foco da análise exclusivamente dos aspectos políticos para as atividades humanas de modo geral. Para mais detalhes sobre tais críticas, conferir REIS (1996); VAINFAS (1997); BURKE (1992a,b); PESAVENTO (2004).

evidenciou uma crítica às referências do materialismo histórico, bem como aos *Annales*, não apenas no cenário internacional, mas também no Brasil.

Tais críticas e reflexões sobre o paradigma historiográfico foram fomentadas pela contribuição e questionamentos não apenas de historiadores, mas também de outras áreas do saber. Um panorama dessas contribuições foi apresentado de modo eficaz por Peter Burke, em *O que é história cultural?* (2008), Sandra Jatahy Pesavento, na obra *História e História cultural* (2004), Roger Chartier, em *A história ou a leitura do tempo* (2009), entre outros.

Nossa proposta aqui não é recuperar tal panorama, já exposto pelas obras acima, entretanto, algumas referências que contribuíram para repensar o modo de trabalho historiográfico serão destacadas, pois dizem respeito ao processo de formação de conceitos e categorias de análise que integram as referências desse trabalho.

De acordo com Chartier, uma das obras de grande relevância para a reflexão historiográfica foi *Meta-História* (1973), de Hayden White, na qual o historiador norte americano propôs o caráter fictício das reconstruções históricas que teriam em seus discursos a mesma ordem do mito e da ficção (CHARTIER, 2009, p.13). Também sobre White, Pesavento destaca:

Hayden White afirmava que a História era uma forma de ficção, tal como o romance era uma forma de representação histórica, embora no século XIX se tivesse dado a sua construção como ciência que buscava relatar a verdade dos fatos passados. (...) Com tais ideias, Hayden White reforçava a ideia, já apresentada por Veyne ou Foucault, do caráter fictício das reconstruções históricas e que contestavam o seu caráter científico. (2004, p. 34-5)

Como propõe o trecho citado, não foi somente White que propôs uma reflexão a partir da história enquanto discurso. Entre as diversas questões trabalhadas por Michel Foucault, o discurso também foi destaque em várias de suas obras. De acordo com Burke, em *A ordem das coisas*, o autor

(...) trata das categorias e dos princípios subjacentes e organizadores de tudo o que possa ser pensado, dito ou escrito em um dado período, no caso, os séculos XVII e XVIII; em outras palavras, os “discursos” do período. Nessa obra, Foucault sugeriu que tais discursos coletivos, mais que os escritores individualmente, são o objeto adequado de estudo, o que chocou alguns leitores, mas inspirou outros. (BURKE, 2008, p.75)

Além das polêmicas sobre o discurso, o sujeito e a noção de verdade na história, outras questões apresentadas foram fundamentais para o despontar do que Chartier

denomina de “crise da história” – e a discussão sobre ela. A aproximação da história com a antropologia possibilitou a percepção de um conceito que se tornou chave para alguns historiadores na contemporaneidade: a *representação*. Nos debruçaremos com maior dedicação ao conceito de representação ao longo desse trabalho, entretanto, vale destacarmos por ora a seguinte afirmação:

A introdução desse conceito-chave no âmbito das ciências humanas foi fundamental para a recuperação das dimensões da cultura realizadas nos anos 80 pelos historiadores, pela atenção que dava ao processo de construção mental da realidade, produtor de coesão social e de legitimidade a uma ordem instituída, por meio de ideias, imagens e prática dotadas de significados que os homens elaboravam para si. Da mesma forma, Mauss e Durkheim foram, em uma certa medida, introdutórios da aproximação do campo da história com o de uma Antropologia Cultural. (PESAVENTO, 2004, p.24)

Partindo da perspectiva de que “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”, temos então um conceito que se fortaleceu não pelo seu valor de verdade (enquanto correspondência dos discursos e das imagens com o real), mas pela sua capacidade de mobilização “e de produzir reconhecimento e legitimidade social” (PESAVENTO, 2004, p.39;41). Desse modo, a concepção de verdade, legitimidade e sentido são noções fundamentais nesse conceito, que como já afirmado, será melhor delineado posteriormente.

Essas reflexões – e diversas outras que não cabem nessa discussão, mas podem ser apreciadas nos panoramas já citados – propiciaram o surgimento do que chamamos de Nova História Cultural, que corresponde hoje a uma considerável parte da produção historiográfica nacional. Entretanto, vale destacar que apesar da perspectiva da Nova História Cultural apresentar-se como concepção em expansão, não é hegemônica, já que alguns núcleos de pesquisadores preferem ancorar suas reflexões nos referenciais marxistas. Em *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*, texto elaborado por Saviani a partir das conferências de abertura da V e VI jornadas do HISTEDBR, o autor procura demonstrar em resposta aos questionamentos que indicam o marxismo como uma concepção ultrapassada, como a concepção elaborada por Marx se insere no debate contemporâneo, a partir da crítica que realiza ao idealismo do pensamento moderno (SAVIANI, 2007, p.31-8).

Quanto à Nova História Cultural, podemos afirmar que mesmo com o crescimento das produções nessa perspectiva, ainda há algumas dificuldades na definição de tal concepção de história, que se mostra amplamente abrangente. Como

afirma Burke (2008), a história da memória, da cultura material (alimentos, vestuários, habitação), do corpo, do gesto (inaugurada com Le Goff), são algumas das várias possibilidades de abordagens dessa vertente que traz consigo novas fontes para serem analisadas e novas análises de fontes já vistas.

Notamos com frequência a utilização dos termos “História Cultural” e “Nova História Cultural”, por vezes enquanto sinônimos, ou mesmo utilizados distintamente. Encontramos com Pesavento uma definição que auxilia na identificação de tais expressões:

Por vezes, se utiliza a expressão *Nova História Cultural*, a lembrar que antes teria havido uma velha, antiga ou tradicional História Cultural. Foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrantes da superestrutura, como mero reflexo da infraestrutura, ou mesma da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, esta ingenuamente concebida como reduto do autêntico. Longe vão também as assertivas herdeiras de uma concepção da *Belle époque*, que entendia a literatura – e, por extensão, a cultura – como o *sorriso da sociedade*, como produção para o deleite e a pura fruição do espírito.

Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, como o faz Lynn Hunt, é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura. (2004, p.14-5)

Desse modo, adotaremos aqui a terminologia “História Cultural” para tratarmos de tal perspectiva, assim como o faz Roger Chartier, um dos principais representantes dessa concepção de análise histórica.

As dificuldades no estabelecimento das definições sobre a História Cultural podem ser apontadas a partir dos historiadores que fazem parte desse grupo, tendo em vista que historiadores com posturas bem diversas são identificados como participantes de tal corrente, como Roger Chartier e Robert Darnton. Entretanto, apesar de suas distinções, o que eles têm em comum é o trabalho sobre a instância cultural ou, nas palavras de Pesavento, “a produção de sentidos sobre o mundo construída pelos homens do passado”, por meio da identificação e do estudo dos discursos, das práticas, das imagens e coisas (2004, p.14-5).

Tratando sobre o objeto da História Cultural, Chartier afirma: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (2002a, p.16-7). Dentre os vários caminhos possíveis para a compreensão

de uma realidade social específica, nos dedicaremos à tentativa de identificação das representações do mundo social a partir do cenário educacional.

Em *História e historiografia da educação no Brasil*, Fonseca (2003) se propõe a refletir sobre o lugar da História da Educação dentro da História Cultural. De acordo com a autora, diversos historiadores europeus destacam a educação como uma dimensão importante da configuração cultural de uma sociedade, entretanto, esse quadro parece não se repetir no Brasil. Falcon (2006), debruçando-se sobre a mesma questão, afirma que após uma escolha aleatória de obras dedicadas à discussão sobre os rumos da produção historiográfica ocidental, publicadas a partir de 1970,

(...) observa-se sempre a importância cada vez maior da história cultural, de início restrita à chamada história das mentalidades. Mas também se pode observar nesse mesmo universo textual a ausência quase completa de trabalhos relativos à história da educação, como se não competisse realmente aos historiadores o estudo e a pesquisa de tal história. (FALCON, 2006, p.328)

Falcon destaca ainda que seria possível a identificação da inserção da temática da *educação* no âmbito da disciplina histórica, mas não da História da Educação.

Fonseca se dedica a uma reflexão sobre esse campo no Brasil e propõe a existência de duas hipóteses sobre as relações entre História Cultural e História da Educação. Na primeira, considerando a História da Educação como campo historiográfico, possuidora de pressupostos teórico metodológicos específicos e na segunda hipótese, classificando a História da Educação como um campo de investigação que se utiliza dos referenciais da História Cultural. Recuperando debates sobre o tema no cenário nacional a partir de referências como Miriam Warde, Clarice Nunes e Marta Carvalho, Fonseca demonstra os diferentes argumentos a favor de cada uma das hipóteses apresentadas, para defender que “a História da Educação, como especialização da história, ou dito de forma mais consistente, como campo temático de investigação, não tem fronteiras a definir com a História Cultural”, destacando ainda que a utilização em História da Educação de procedimentos metodológicos, conceitos, referenciais teóricos, além de objetos de investigação demonstram a inexistência dessa cisão (2003, p.59).

Ainda para Fonseca, a incorporação superficial dos instrumentos conceituais e metodológicos da História Cultural em pesquisas sobre a História da Educação revela a penetração problemática dos pressupostos da História Cultural no campo, mas não nega

a influência desse campo historiográfico nas pesquisas da área, que se destacam principalmente pela utilização de novos objetos de pesquisa (como a história da leitura e dos impressos, cultura escolar e as práticas educativas e pedagógicas, os processos de escolarização, entre outros), além da utilização de categorias de análise próprias dos historiadores culturais, como *representação*, *apropriação* e *imaginário*.

Longe de uma questão resolvida, as especificidades da História da Educação e suas relações com a História Cultural mantêm-se como tema de grande discussão no Brasil. Durante a conferência de abertura do VII Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado em maio de 2013, na cidade de Cuiabá-MT, pela Sociedade Brasileira de História da Educação, Wenceslau Gonçalves Neto destacou que entre diversos pontos a serem discutidos naquele encontro, um deles deveria ser sobre os aparatos metodológicos para a História da Educação – se seriam os provenientes da história ou se era chegado o momento de produzir ferramentas próprias.

1.2 História da Educação e Mesoanálise

De acordo com Noronha, apesar da História das Instituições Escolares não ser uma área nova de estudos no Brasil, a maior parte dos trabalhos realizados sobre tal tema apresenta cunho sociológico, descritivo ou oficial, não tendo como fundamento a pesquisa histórica a partir do “domínio dos instrumentos e da mentalidade epistemológica do pesquisador do objeto educação” (2007, p.169). Tal questão não é identificada apenas nas produções brasileiras. Em *Tecendo Nexos*, Magalhães também afirma que a história da educação, por ser uma área que assim como no Brasil se desenvolveu ligada à formação de educadores e professores, assumiu “um discurso de modelização, continuidade e fundamentação” (2004, p.94). Apesar da constatação dessa separação entre a pesquisa sobre a História da Educação e a prática historiográfica, Magalhães reforça a necessidade de analisar os fenômenos educativos a partir de conceitos e categorias operacionais da historiografia:

Uma vez que os fenômenos educativos (discursos, manifestações e ações teóricas e práticas da educação, nas suas diversas acepções, dimensões, fundamentos e metaprojetos) são entendidos como campo e objeto, a história da educação é uma história social, cultural, pedagógica, antropológica. Os fenômenos educativos apresentam materialidade, representação, apropriação, conceitos que constituem uma constelação de categorias operacionais (instrumentais) à historiografia da educação. (MAGALHÃES, 2004, p.97)

Apresentando algumas alterações nas pesquisas sobre História da Educação no âmbito internacional, Magalhães afirma que foi a partir da perspectiva da Nova História³, marcada pelas décadas de 70 e 80, que os estudos sobre História da Educação deixaram de se centrar somente em análises institucionais para serem tratadas como história-problema, com a utilização de conceitos da historiografia, tais como herança cultural, educação e poder, educação e gênero, a partir da relação da educação e das instituições educativas com a sociedade. Essa inflexão no modo de abordagem da história da educação possibilitou nas décadas de 80 e 90 a abertura do campo para as contribuições da filosofia, da sociologia e da linguística, “alcançando uma (re)valorização conceitual e uma maior centralidade nos discursos, nas práticas educativas e nas representações simbólicas – uma historiografia marcada pela história cultural” (2004, p.91).

Para Magalhães, a percepção de que a instituição de ensino tem uma relação fundamental com o público e a realidade envolvente é essencial para a identificação da identidade da instituição. Entretanto, a verificação de tal identidade deve basear-se na relação com o contexto não somente educativo do objeto de pesquisa, mas também com seu contexto histórico. Tal relação (instituição/público/realidade envolvente) abrange questões para além da identificação da instituição com seu quadro sociocultural, no cumprimento de objetivos políticos e sociais (2004, p.68). Em suas palavras:

O quadro epistêmico interdisciplinar em que se inscreve a história de uma instituição educativa não se confina a uma abordagem descritiva ou justificativa da aplicação de uma determinada política nem à relação das instituições com o seu meio envolvente. *Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.* A sistematização e a (re)escrita do itinerário histórico de uma instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram nessa relação a sua principal base de informação e de orientação. (MAGALHÃES, 2004, p.133-4, grifo nosso)

É nessa perspectiva que Magalhães defende a pesquisa da história da educação e de uma instituição escolar a partir do que denomina de *mesoanálise* ou *mesoabordagem*:

³ Designação dado por Jacques Le Goff à posição dos *Annales* em 1978 (PESAVENTO, 2004, p.32).

A renovação historiográfica com base em um paradigma relacional, focalizado numa mesoabordagem, assinala a compreensão do processo de escolarização e da estruturação da escola como lugar de educação e possibilita uma análise e uma construção historiográficas dos modelos pedagógicos que a modelam como instituição. É de igual modo uma historiografia que permite uma reificação dos contextos, dos significados e dos produtos, produzindo por esta via uma história social e cultural (R. Chartier, A. Prost), como ainda uma história pedagógica e antropológica. (2004, p.123-4)

Nesse sentido, tentaremos ao longo desse trabalho analisar o objeto a partir da perspectiva mesoanalítica, objetivando integrá-lo no quadro mais amplo do sistema educativo e em seu contexto com especial atenção para sua região e zonas de influência. Essa proposta baseia-se na afirmação de Magalhães de que “não basta conhecer, interpretar e recriar os regulamentos ou as definições dos princípios orientadores ao nível dos objetivos vocacionais e programáticos para se conferir uma identidade histórica a uma instituição educativa”, para o autor, uma pesquisa que busque a identificação da “razão de ser” da instituição deve partir da análise historiográfica envolvendo-a nos diversos aspectos já apontados (1999, p.69). Nesse sentido, procuraremos iluminar o objeto a partir de uma constelação de conceitos referenciados na História Cultural, que nos possibilitem percebê-lo por diferentes ângulos e perspectivas, com o intuito de apreender alguns aspectos de sua complexidade.

1.3 Representações, estratégia e discurso.

Como afirmamos acima, para Chartier a história cultural tem como objetivo identificar “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (1990, p.16). Para realizar tal identificação, Chartier propõe vários caminhos:

O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 1990, p.17)

Assim, identificar o modo como os homens e seus grupos conferiram sentido e atribuíram significado ao contexto em que viveram, ou em outras palavras, a

representação feita dele é uma das formas pelas quais podemos nos aproximar do objeto de pesquisa. Vale destacar que o conceito de representação se apresenta de modo ambíguo, já que não se trata de uma cópia do real, mas uma construção produzida pelos que nele viveram.

Se a representação é uma construção dos homens sobre o real, é fundamental o cuidado do historiador para a percepção de quem a construiu. Chartier alerta: “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p.17). Nesse sentido, a identificação dos interesses dos grupos envolvidos e de seus discursos é importante para uma melhor compreensão da percepção que se tem do social.

De acordo com Pesavento, as representações podem se internalizar no inconsciente coletivo apresentando-se como naturais, daí a necessária atenção do historiador para a complexidade de tal percepção da realidade e dos grupos que as forjaram. Em suas palavras:

Torna-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado impõe. Este seria, contudo, o grande desafio para a História Cultural, que implica chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente. A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele. Tais traços são, por sua vez, indícios que se colocam no lugar do acontecido, que se substituem a ele. São, por assim dizer, representações do acontecido, e que o historiador visualiza como fontes ou documentos para sua pesquisa, porque os vê como registros de significado para as questões que levanta. (2004, p. 42)

Prosseguindo o raciocínio sobre a percepção das representações, Pesavento conclui com uma afirmação fundamental: “este raciocínio não leva a desconsiderar a realidade sobre a qual se construíram as representações, mas sim a entender que a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações” (2004, p. 42). Desse modo, se a nossa percepção do passado se realiza apenas a partir dos indícios que nos chegam dele, a partir de representações deixadas pelas pessoas que viveram tal período, torna-se imprescindível a identificação do lugar/grupo de onde vem as fontes utilizadas, para a releitura do passado.

Para Chartier, as percepções do social, que como já delineamos, não são discursos neutros: “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. Prossegue: “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (1990, p. 17).

Destacando a importância da compreensão das representações como “lutas” que possuem suas próprias estratégias para se legitimarem ou justificarem, Chartier propõe ainda que os esquemas geradores das classificações e das percepções próprios de cada grupo devem ser compreendidos como instituições sociais e que devemos considerar “estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas” (1990, p.18).

Nesse sentido, tais conceitos se aproximam do conceito de **estratégia** proposto por Michel de Certeau, historiador que se dedicou à análise das práticas por meio das quais códigos e lugares foram apropriados pelos indivíduos e os modos como tais códigos foram impostos ou mesmo subvertidos (Cf. CHARTIER, 2002, p.160). Abaixo, a definição de estratégia na perspectiva certeuniana:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. (CERTEAU, 1998, p.99)

Se compreendermos as representações como uma forma de luta para legitimar ou justificar os grupos que a utilizam ou deslegitimar o outro, o conceito de estratégia de Certeau permite identificar como essas disputas se constituíram.

Certeau propõe como oposição ao conceito de estratégia, o de **tática**, que poderia ser identificado como uma “resposta” às estratégias impostas. O autor afirma: “A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”. Se a tática é marcada

pela ausência de poder, para Certeau a estratégia é organizada pelo postulado de um poder (CERTEAU, 1998, p.100-1). Desse modo, representação e estratégia serão pressupostos para a análise da criação do colégio protestante na cidade de Piracicaba e da disputa travada entre seus representantes, em busca do estabelecimento de um lugar de poder, com as lideranças católicas da região que empenharam-se em manter seu lugar e sua representação como tradição católica garantida pela legislação do país.

Para além dos dois conceitos já apresentados, partiremos ainda da necessidade do reconhecimento da contextualização espaço-temporal de cada grupo em questão, tendo em vista que as diferentes percepções da sociedade propõe uma variação dos **discursos**, que não se estabelecem sempre de modo homogêneo. Assim, compreendemos os discursos como a forma de retratar o modo como determinado grupo apreende e estrutura o mundo em que vive. Tratando sobre os discursos, Chartier afirma:

Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar -, [essa história] dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo. Daí a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões. (1990, p. 27-8)

Se as práticas discursivas são produtoras de ordenamento e divisões, não desconsideramos que se utilizam de estratégias para legitimar seu projeto, suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17). Nesse sentido, reforçamos a importância da interpretação das fontes com o cuidado para a percepção das escolhas e condutas dos indivíduos/grupos que as produziram, com cautela para o discernimento do projeto ou das ideias a serem reformadas e/ou justificadas no momento de produção do documento – que posteriormente tornou-se fonte, aos olhos do historiador. Tratamos aqui de um campo não neutro, no qual as lutas pela predominância de determinadas concepções do mundo social não se estabelecem constantemente de modo evidente, mas também de modo sutil, por meio de uma ou outra colocação, da tentativa de imposição de um ou outro valor.

Destacamos ainda que ao realizarmos a análise proposta, compreendemos as instituições educativas enquanto produtoras de cultura escolar. Cunhado pela primeira vez na *International Standing Conference for the History of Education* (ISCHE), em Lisboa, o termo cultura escolar foi proposto por Dominique Julia quando referia-se à

“caixa preta” da educação, ou, as práticas escolares que não eram analisadas. De acordo com Julia, “para evitar a ilusão de um total poder da escola, convém voltar ao funcionamento interno dela”, indo para além da história das ideias pedagógicas (JULIA, 2001, p.12). Essa análise partiu do estudo sobre o surgimento e desenvolvimento das disciplinas escolares, mas tal definição não foi a única para o conceito de cultura escolar. Como destaca Vidal em *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária*, anteriormente a Julia, o também francês André Chervel tratava de tal conceito ao defender “a capacidade da escola para produzir uma cultura específica, singular e original” (VIDAL, 2005, p.26). Abaixo, reproduzimos a definição proposta por Julia para cultura escolar:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p.10)

Ao compreendermos a instituição educativa como produtora de cultura escolar, destacamos, em concordância com Julia, a necessidade da percepção das finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização como fatores de influência para a constituição dessa cultura, seja em conflito com as normas e práticas vigentes, seja acordando com elas.

Desse modo, propomo-nos então a articular os três conceitos brevemente apresentados, representação, estratégia e discurso para uma tentativa de melhor compreensão do objeto.

1.4 A imprensa como fonte⁴

Em *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação* (1997), Catani e Bastos organizaram uma publicação com diversos artigos para divulgar pesquisas nacionais e internacionais que tiveram como fonte principal a imprensa periódica educacional. Para as autoras,

⁴ Parte do levantamento desse tópico e do próximo, intitulado “As fontes. De onde saem suas vozes?”, foram apresentados no IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (COLUBHE) – 2012.

as revistas especializadas em educação constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional, pois fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico, o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. (CATANI; BASTOS, 1997, p.7)

Entre os pesquisadores internacionais de referência na área, António Nóvoa destaca-se em *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)* (1993), com a sistematização das revistas pedagógicas portuguesas editadas desde 1818. Para Nóvoa, é possível a produção de um “reforço da área científica da História da Educação” a partir do uso da imprensa como fonte. Evidencia alguns fatores relevantes para a utilização desses documentos, dos quais selecionamos três:

1. A imprensa é um meio privilegiado de apreensão da multiplicidade do campo educativo por demonstrar tanto fatores da perspectiva interna do sistema de ensino quanto o papel desempenhado pelas famílias e instâncias de socialização dos alunos; 2. É ainda uma fonte que proporciona o recolhimento de informações fornecidas muito próximas ao momento do acontecimento, pois “apesar da diversidade da imprensa, pode afirmar-se que os escritos jornalísticos se definem pelo seu caráter fugaz e imediato, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de reação a acontecimentos ou a idéias, a normas legais ou a situações políticas”; 3. Por fim, o fato de os periódicos apresentarem “debates e discussões, polêmicas e conflitos; mesmo quando é fruto de uma vontade individual, a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto dos poderes públicos ou nos editoriais de abertura” (1997, p.12-3).

Desse modo, diversas pesquisas⁵ demonstram que a imprensa pode ser identificada como um campo fértil para o estudo de múltiplos fatores e expectativas sociais, além de práticas cotidianas do âmbito educacional. Entretanto, novos estudos sugerem⁶ que para além da imprensa periódica educacional (ou as revistas especializadas), a imprensa não especializada também pode ser utilizada como uma fonte importante para as descobertas no âmbito educacional. Em *Discutindo a história da educação: A imprensa enquanto objeto de análise histórica*, Carvalho, Araujo e Gonçalves Neto analisaram periódicos e jornais consultados no Arquivo Público Municipal de Uberlândia (*O Progresso, A Tribuna, O Estado de Goyaz e Correio de Uberlândia*) com o objetivo de recuperar as discussões sobre educação que circulavam

⁵ Catani (1989); Bastos (1994); Nery (1994); Frade (2000); Leher (2002); Fernandes (2004).

⁶ Cf. Schelbauer e Araujo (2007); Mizuta, Faria Filho e Periotto (2010).

em Uberlândia entre os anos de 1930 e 1940. Para os autores, os jornais do município mostraram-se como “um valioso documento para compreendermos, pelo menos em parte, as propostas educacionais divulgadas pelos educadores locais” (In: ARAUJO; GATTI JUNIOR, 2002, p.70).

Vieira, em *Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da educação*, dedicou-se a análise de dois periódicos paranaenses (*Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*) problematizando a relação entre imprensa, educação, intelectuais e modernidade. Tratando do uso da imprensa como documento, afirma:

A imprensa permite uma ampla visão da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. Talvez, nas sociedades modernas, urbanas e complexas que emergiram em temporalidades distintas na Europa e na América e se difundiram pelo mundo, não tenhamos outro documento que forneça, ainda que de forma superficial e opaca, uma perspectiva tão ampla da sociedade e dos seus problemas. Em outras palavras são incomensuráveis as possibilidades de reconhecimento e de problematização do passado por meio das páginas da imprensa. (2007, p.13)

Nesse sentido, destacamos o uso da imprensa não específica como fonte importante para a História da Educação por possibilitar ao pesquisador uma visão perspectiva da sociedade e suas principais questões, assim como a percepção de diferentes visões de mundo. Nesse trabalho, a imprensa tem lugar de destaque por ser a principal fonte a partir da qual é possível apreender as discussões que envolveram o Colégio Piracicabano em seus primeiros anos.

Ressaltamos que dentro dessa diversidade de questões que podem ser trabalhadas tendo como fonte a imprensa, é importante considerarmos o seu caráter tendencioso. Vieira acentua de forma perspicaz essa questão chamando-nos a atenção para o fato de que esse veículo de informações e opiniões ligado a seus atores vincula-se também aos engajamentos políticos, religiosos e morais de tais agentes sociais. Esse quadro, longe de ser prejudicial à análise, mostra-se como mais uma fonte de vestígios do passado expressando o ponto de vista dos que o produziram, ou sua representação. Em suas palavras: “Embora não sejam necessariamente justificáveis ou defensáveis, as posições defendidas pela imprensa expressam visões motivadas por razões passíveis de serem compreendidas e explicadas”, e é nesse sentido que o jornal se mostra como fonte

importante de análise da circulação de discursos e representações do mundo produzidas por seus agentes (VIEIRA, 2007, p.16).

Reforçamos que, para além de local de circulação de discursos e representações, os jornais se destacam como um veículo no qual as estratégias de defesa de ideais são evidentes. Pallares-Burke afirma:

Dentre as chamadas ‘obras menores’, o jornalismo (juntamente com o romance) é, a partir do século XVIII, uma das mais importantes fontes para a história da educação. Na Europa, o jornalismo, pelo menos em uma de suas vertentes, passa a constituir-se num poderoso instrumento do projeto iluminista de mudar as ideias e maneiras das pessoas comuns. Aderindo ao otimismo da época, no que diz respeito às possibilidades da educação, a imprensa periódica, no seu veio mais propriamente cultural do que noticioso, assumiu explicitamente as funções de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de ideias. (1998, p.145-6)

É nesse sentido que analisaremos os jornais a partir das noções já apresentadas de discurso, enquanto modo de dar a ver as representações do mundo e local de aplicação/apresentação de estratégias para a defesa ou crítica de ideias.

1.5 As fontes. De onde saem suas vozes?

Considerando que um dos pontos fundamentais na pesquisa com fontes da imprensa é a identificação dos agentes do campo jornalístico e que o lugar social ocupado pelo jornal ajuda-nos a localizar a representação de mundo veiculada, apresentaremos algumas características dos jornais utilizados como fontes de análise nessa pesquisa, com o objetivo de ampliar nossa compreensão sobre o objeto.

A primeira fonte de análise foi o periódico *Methodista Catholico/Expositor Christão* (imagens 1 e 2), publicação quinzenal da Igreja Metodista Episcopal no Brasil, que começou a circular em janeiro de 1886, tendo como redator responsável o missionário James J. Ransom, o primeiro enviado pela Junta de Missões da Igreja Metodista do Sul dos Estados Unidos. Na primeira publicação, a redação explica o propósito do periódico

Em agosto de 1887, o nome *Methodista Catholico* foi alterado para *Expositor Christão*. A alteração do nome se deu com a substituição do termo “Catholico” por “Christão”, já que a palavra suprimida fazia alusão ao catolicismo e isso incomodou principalmente a igreja Católica. Juntamente com a alteração do nome, o *Expositor Christão* deixou de ser uma publicação quinzenal para tornar-se mensal. Retornou as publicações quinzenais em setembro de 1888 e a partir de agosto de 1891 era editado semanalmente. Ao longo das edições, notamos mudanças na organização do jornal, que apesar de não deixar de publicar notícias sobre os pareceres da Comissão das escolas Dominicais e das Conferências da Igreja Metodista Episcopal do Brasil, passou também a divulgar novos itens da Livraria Evangélica, a localização de principais igrejas metodistas pelo país, além de propor mais artigos para reflexão. Tais artigos não limitavam-se a discussões de trechos da Bíblia ou da organização da Igreja, mas tratavam de temas importantes ao país, a partir de um perspectiva religiosa. Entre os diversos temas discutidos estavam, por exemplo, a evangelização de índios e libertos, publicados principalmente após a abolição da escravidão, o direito de voto à mulher a partir do advento da república, a educação religiosa e comparações entre o catolicismo e o protestantismo.⁷ Entre todos os temas tratados, é possível notarmos um ponto em comum na abordagem dos editores do jornal: a discussão sobre o **progresso**. Na perspectiva dos editores do *Expositor Christão*, progresso significava a produção de riqueza a partir do trabalho, o desenvolvimento da ciência para melhoria da produção, além da instrução popular, fundamental para o estabelecimento de um bom governo.⁸

Para evidenciar o caráter dessa discussão sobre o progresso, utilizaremos a edição de 15 de novembro de 1889, que trouxe na primeira página uma reflexão sobre os elefantes, juntamente com a seguinte gravura:

⁷ Sobre a *Evangelização de índios e libertos*, Cf. a edição de 15 nov.1889; *O direito de voto à mulher*, Cf. E.C., 15 maio1890; *Uma Comparação* entre “O progresso das missões catholicas e das protestantes”, Cf. E.C., 07 fev.1891.

⁸ A obra *Do futuro dos Povos Catholicos. Estudo de economia social*, de Emilio de Laveleye, publicada no jornal traz a seguinte consideração sobre “progresso”:
 “Hoje está admittido por todo o mundo que a diffusão das luzes é a primeira condicção do progresso. O trabalho é tanto mais productivo quanto maior for a intelligencia que o dirigir. A applicação da sciencia, sob todas as suas formas, á producção é o que faz a riqueza do homem civilisado. A horrivel desnudez do selvagem provém de sua ignorância. O progresso economico estará, pois, em proporção das descobertas scientificas applicadas á industria. A instrucção, geralmente espalhada, é também indispensavel a pratica das liberdades constitucionaes. Onde o poder emana da eleição, é preciso que os eleitores tenham bastantes luzes para bem escolher seus representantes, do contrário, o paiz sera mal governado. (...) A instrucção é, pois, a base da liberdade e da prosperidade dos povos. Ora, até hoje, os Estados protestantes são os unicos que teem conseguido assegurar a instrucção a todos.” (E.C., 19 nov.1892, p.1)

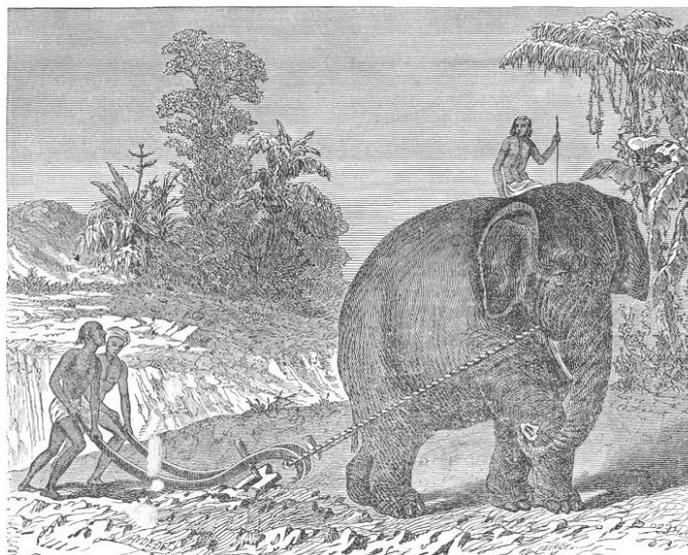


Imagem 3. Gravura (fonte: E.C., 15 nov.1889, p.1)

O início do texto tratava sobre os atributos físicos e a inteligência do animal, que teriam sido construídos engenhosamente por Deus. Entretanto, o tema principal de tal reflexão se revela ao final da primeira página, no tópico intitulado “O evangelho faz progredir aos paizes” no qual a imagem publicada é utilizada para a realização de uma análise sobre o arado:

Vede o arado antigo, puchado, pelo elephante da nossa gravura. A este arado os modernos são muito superiores, e com elle não têm comparação alguma. Como já dissemos aonde quer que vá adiante o Evangelho, alli progredirão tambem os interesses materiaes. Quanto mais evangelizada fôr uma nação, tanto mais prospera, mais diligente e mais dedicada será ella ao desenvolvimento do seu paiz. (E.C., 15 nov.1889, p.1-2)

Na sequência dessa afirmação que relaciona evangelização com prosperidade, são citados exemplos do processo de evangelização na cidade dos cafres, Zululandia e em outras partes da África declarando que se antes eram “selvagens”, após relações com os Estados Unidos e a compra de arados modernos, essas regiões estariam progredindo. O jornal ainda afirma: “(...) alli onde o Evangelho está se propagando efficazmente; alli os interesses materiaes, intellectuaes e espirituaes prosperam muito” (E.C., 15 nov.1889, p.2). Essa relação entre protestantismo e progresso perpassa a maior parte dos textos do jornal.

Se o *Expositor Christão* publicava textos associando o protestantismo ao progresso, no sentido contrário, o atraso era relacionado ao catolicismo. A publicação da obra *Do futuro dos Povos Catholicos. Estudo de economia social*, escrita pelo

economista belga Emilio de Laveleye, foi dividida em 15 edições⁹ para disponibilizar a ideia do autor de que a “raça latina” estaria em decadência devido ao catolicismo, enquanto que as regiões com maior progresso eram as que possuíam um considerável número de protestantes.

Laveleye afirmava:

Não creio que os latinos estejam condemnados a declinar por causa do sangue que corre em suas veias, isto é, em virtude de uma causa fatal, fatal porque um povo não pôde mudar de natureza, nem modificar sua constituição physica; mas, da história e principalmente dos acontecimentos contemporaneos, parece resultar que os povos catholicos progredem muito menos depressa que as nações que deixaram o catholicismo e que, relativamente a estas, parecem recuar. (E.C., 27 out.1892, p.1)

Comparando diversos países, o autor tenta demonstrar que o culto era um fator determinante para o desenvolvimento dos povos, e não a raça ou clima, como propuseram diversas análises realizadas ao longo do século XIX. Afirma: “Por toda a parte em que, em um mesmo paiz, os dous cultos estão em presença um do outro, os protestantes são mais activos, mais industriosos, mais economicos, e, por conseguinte, mais ricos que os católicos” (05 nov.1892, p.1).

Desse modo, encontramos no *Expositor Christão* uma noção de progresso que estaria intrínseca ao protestantismo. Com esse jornal, obtemos os principais discursos protestantes no embate a ser pesquisado.

A segunda fonte de imprensa analisada foi o jornal *Gazeta de Piracicaba* (imagem 4). O jornal teve início em 1882, era publicado em Piracicaba e inicialmente circulava três vezes por semana, tornando-se diário a partir de 1883. Com a frase “Liberdade de pensamento é responsabilidade do autor” encabeçando a folha, a *Gazeta de Piracicaba* posicionou-se como um jornal declaradamente republicano, o que se pode confirmar com o excerto a seguir, escrito para a comemoração dos quinze anos do jornal:

Completo hontem quinze annos a nossa Gazeta de Piracicaba. Quantas vicissitudes passadas, quantos desfallecimentos solfridos, quantas difficuldades vencidas, só pode avaliar quem já lidou no jornalismo do interior. (...)
Apezar de todas as vicissitudes, porque tem passado desde o seu inicio, a Gazeta conservou sempre a sua orientação de orgam republicano. Desde esse

⁹ As edições do *Expositor Christão* com a publicação de trechos do livro de Laveleye foram dos dias: 27 out.; 05,12,19,26 nov.; 14,24,31 dez.1892; 07,14,21,28 jan.; 04,11,18 fev.1893, sempre na primeira página.

tempo tem procurado bem servir os interesses do município, e há cerca de 6 annos que ella só vive por Piracicaba e para Piracicaba. Não fosse o amor intenso que sentimos por nossa terra, e não fosse a enorme vergonha de Piracicaba não possuir um só jornal, que há um muito tempo teria deixado de existir a Gazeta, tal é a somma de sacrificios que a sua manutenção tem imposto. Em grande parte essa manutenção é devida á generosidade do partido republicano que mais de uma vez tem supprido os nossos defficits, por meio de subscrições entre os co – religionarios. Esperamos que d’ora em diante não mais teremos necessidade de recorrer ao auxilio dos companheiros políticos (...).(G.P., 12 jun. 1987)

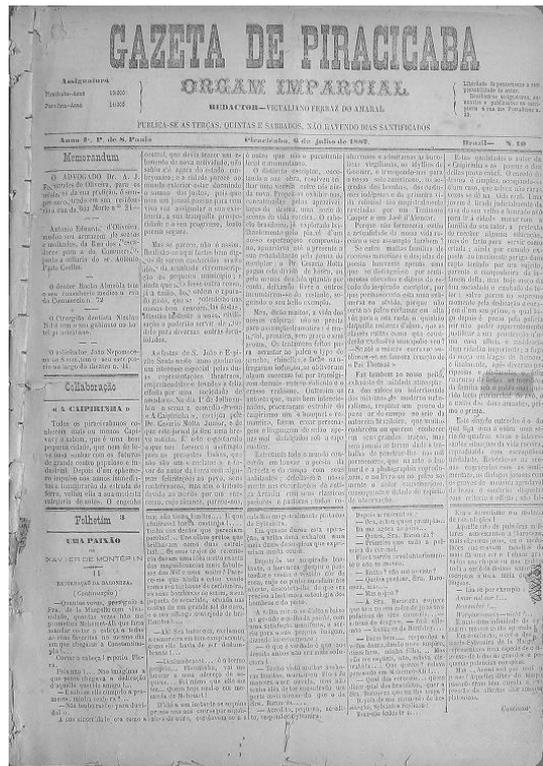


Imagem 4. *Gazeta de Piracicaba* (fonte: G.P., 06 jul.1882, p.1)

Assis & Ferraz foram os primeiros proprietários do jornal, que tinha Victaliano Ferraz do Amaral como redator. Dois meses após o início da circulação do jornal, Joaquim Borges o adquiriu, permanecendo com a folha até 6 de fevereiro de 1885, data a partir da qual assumiram como redatores e proprietários os professores José Manuel de França Junior e Augusto César de Arruda Castanho (Cf. G.P., 6 fev. 1885).

Destacamos uma breve recuperação de informações sobre os proprietários e redatores da *Gazeta de Piracicaba*, pois a partir deles é possível percebermos além das declarações da defesa do republicanismo pelo jornal, as ligações de seus membros com o Clube Republicano da cidade, inaugurado em 27 de outubro de 1889.

Victaliano Ferraz do Amaral foi o primeiro redator do jornal, permanecendo nessa função até 1885. De acordo com as informações da *Gazeta de Piracicaba* de 1 de

setembro de 1889, durante a reunião da comissão que organizaria o Clube Republicano da cidade, Victaliano fora escolhido como vice presidente do Clube. Reproduzimos a notícia:

Club Republicano

Teve lugar antehontem á noite, em casa do dr. Manuel de Moraes Barros, a reunião da comissão organizadora de um club republicano nesta cidade, achando-se presentes muitos cavalheiros que anteriormente já haviam adherido á idéa e outros que de ocasião adheriram indo aquella reunião.

Foram lidos e approvados os estatutos apresentados pela comissão que os organisou e procedeu-se em seguida á eleição da directoria do Club, que ficou assim organisada:

Presidente – dr. Manoel de Moraes Barros.

Vice-dito – Victaliano Ferraz do Amaral.

1º Secretario – Joaquim Borges.

2º-dito – Julio Huffenbaecher.

Thesoureiro – José Gomes Marques.

Orador – Augusto Castanho.

Commissão fiscal – Dr. Paulo Pinto, Antonio de Carvalho Sardenberg e João Guidi.

Por proposta do sr. Marcellino Penteado, e de conformidade com os Estatutos, foi conferido o titulo de socio benemerito ao dr. Prudente de Moraes, pelos elevantes serviços que tem prestado á causa da republica.

O dr. Prudente agradeceu n'uma brilhante allocução o titulo que a casa lhe ofereceu.

Foi empossada a nova directoria. (G.P., 01 set.1889, p.1-2)

Outros nomes destacam-se nessa lista da directoria do Clube: Joaquim Borges da Cunha que aparece acima como Vice Primeiro Secretário foi o proprietário da *Gazeta de Piracicaba* até 1885, período que teve Victaliano Ferraz do Amaral como redator. Além de Joaquim Borges da Cunha, encontramos ainda Augusto Castanho, ou Augusto César de Arruda Castanho, enquanto orador oficial do Clube. Castanho assumiu a directoria da *Gazeta de Piracicaba* em 06 de fevereiro de 1885 (Cf. G.P., 06 fev. 1885), juntamente com José Manuel de França Junior, permanecendo nesse posto até 30 de agosto do mesmo ano (Cf. G.P., 30 ago. 1885), quando Joaquim Borges da Cunha retornou à direção da *Gazeta* até o dia 30 de dezembro de 1888, data em que a direção e redação do jornal foi transferida para Alfredo Soares.

Não encontramos ligações de Alfredo Soares com o Clube e podemos notar inclusive a tentativa do jornalista de desvincular a imagem do jornal a de um partido. Durante sua nota de apresentação ao jornal, em 01 de janeiro de 1889, afirmava:

O jornal é do povo e para o povo:

Não tem bandeira, não tem partido, não tem paixões, não tem sentimentos inconfessáveis: defende unicamente a justiça, o bem, a causa dos oprimidos e dos fracos.

Esta é a missão nobre e elevada do jornalista. (...)
 Não temos política, não temos *parti pris*, não nos filiamos a facção alguma.
 Somos livres pensadores. (...)
 Assim, o nosso fito unico e exclusivo, ao tomar conta da *Gazeta de Piracicaba*, é: (...) Deixar de parte as tricas e artimanhas politigueiras. (G.P., 01 jan.1889, p.1)

Com esse levantamento, é possível afirmar que a direção e redação da *Gazeta de Piracicaba* de 1882 até 1888 fora composta por pessoas que fizeram parte do Clube Republicano da cidade desde seu início, no ano de 1889. Essa vinculação de seus membros sugere-nos bastante quando consideramos a análise dos discursos presentes no jornal e compreendemos esses discursos enquanto a forma de retratar o modo como determinado grupo apreende e estrutura o mundo em que vive. Devemos destacar então que, quando nos referirmos à *Gazeta de Piracicaba* ao longo desse trabalho, estamos nos referindo a um grupo que se declarou como republicano. Trataremos no segundo capítulo sobre as significações dessa declaração, com base nas particularidades do Partido Republicano Paulista.

Alguns dos temas que verificamos como sendo parte frequente das publicações da *Gazeta de Piracicaba* tratavam sobre acontecimentos considerados relevantes para a cidade (como o início das aulas nas escolas, pessoas importantes que passaram pela região, problemas com iluminação e tratamento de água, a ocorrência de festas religiosas), mas também havia destaque para as disputas religiosas e políticas que assolavam o país, informações e opiniões sobre a instrução pública e a educação feminina; dados sobre a imigração com ênfase na defesa da vinda de determinados grupos de imigrantes; além de notícias e curiosidades sobre a Europa, como as Exposições Universais. Dentro desses temas, é possível notar um ponto comum: a defesa do progresso, compreendido como instrução, propostas de inovação na agricultura, no comércio e na indústria e a defesa da imigração para um país que deveria acabar com a escravidão – aspectos que eram identificados como símbolos do novo e da modernidade que trariam o progresso.

Em uma notícia sobre a Exposição de Produtos Sul Americanos organizada em Berlim, em 1886, a *Gazeta de Piracicaba* demonstrava a importância do convite ao Brasil feito por “uma das cinco maiores nações da Europa”:

A Sociedade Central de Geographia Commercial de Berlim promove para o mez de Julho n'aquella capital uma exposição de productos sul-americanos, e especialmente brasileiros, não só da lavoura e industria, como de materias

primas, as quaes serão sugeitas á analyse chimica e experiencias para determinar-se a sua utilidade industrial (...). Como se vê, é a sociedade, directora scientifica do commercio e industria de uma das cinco maiores nações da Europa, a convidar o Brazil a exhibir em sua grande capital todos os elementos de vida e prosperidade, que offerece a quem o habita, tanto em relação ao que já tem feito e conseguido pela lavoura, industria e commercio, como principalmente em relação ao muito, que ainda tem a fazer pelo aproveitamento de suas riquezas naturaes: quer emfim tornar conhecido ao centro da nação européa, que mais emigra, como é a vida no Brazil actualmente, e qual será no futuro. (G.P., 17 mar.1886, p.1)

“Tornar conhecido ao centro da nação européa, que mais emigra, como é a vida no Brazil actualmente, e qual será no futuro”, ora, os objetivos do Brasil na exposição era a exibição dos progressos realizados e os esclarecimentos sobre as possibilidades de imigração ao país. Como afirma Schwarcz, as feiras universais eram “a melhor expressão da força e da utopia modernistas”. Considera a autora:

Concebidas de início — por intelectuais, políticos e empresários — como um local de exibição de produtos, técnicas e novas ciências, as exposições se transformaram, gradativamente, em espaços de apresentação da própria burguesia, orgulhosa com seus avanços recentes. Verdadeiros espetáculos da evolução humana, traziam um pouco de tudo: de negros africanos em pessoa à arte francesa, indígenas com seus artefatos e a mais recente das invenções. Compactuando com um ideário evolucionista, nas feiras se realizavam imensos exercícios de classificação e catalogação da humanidade, em que o mundo ocidental representava o topo da civilização, e as culturas indígenas “o passado da humanidade”. (SCHWARCZ, 2010, p.388-9)

Por ser um jornal publicado na cidade, a *Gazeta de Piracicaba* apresenta-se como nossa principal fonte de divulgação das informações sobre os acontecimentos do Colégio Piracicabano, mas também dos ideários republicanos e da defesa do progresso.

Além do *Expositor Christão* e da *Gazeta de Piracicaba*, ambos com grande enfoque na noção de progresso do país, a *Gazeta de Notícias* (imagem 5) e o jornal *O Paiz* (imagem 6) também foram fontes de análise desta pesquisa. Destacam-se por serem publicações do Rio de Janeiro, a capital do Brasil, e nos permitem a percepção da repercussão no cenário nacional do debate em análise, iniciado no interior da província de São Paulo.

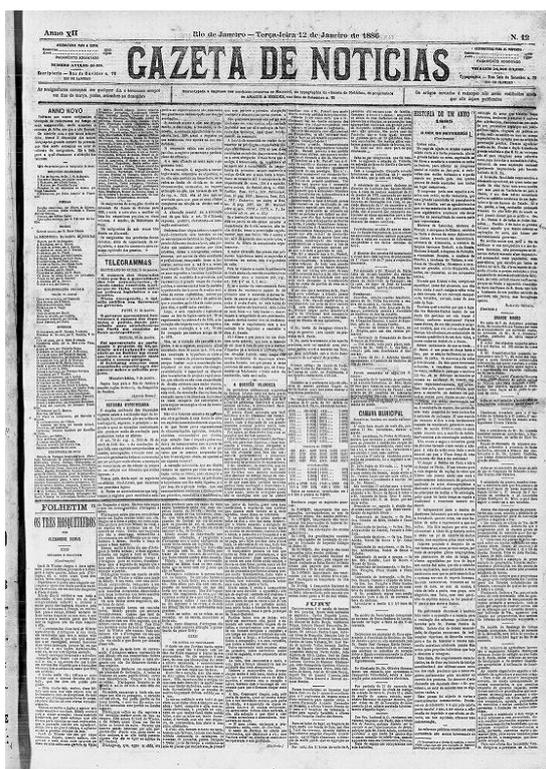


Imagem 5. *Gazeta de Noticias* (fonte: G.N., 12 jan.1886, p.1)

Imagem 6. *O Paiz* (fonte: O PAIZ, 22 mar.1886, p.1)

O Paiz, fundado em 1884, afirmava em seu primeiro exemplar a busca por uma neutralidade partidária (01 jan. 1884). Contudo, Pessanha (2006) que se dedicou ao estudo desse jornal em sua tese intitulada *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*, afirma que é notável a simpatia do periódico pela república, sendo explicitada em vários momentos, seja em comparações entre o Brasil e as demais nações da América, em críticas a administração do país, na publicação de matérias de outros jornais que exaltavam a república, entre outros. Além da simpatia republicana do jornal notada em seus textos, outro fator importante evidencia o caráter republicano do periódico: o redator chefe no período de 1884 até 1889, foi Quintino Boucaúva, defensor ardoroso dos ideais republicanos e redator do *Manifesto Republicano* de 1870, publicado na primeira edição do jornal *A República*. Boucaúva retornou à redação do jornal em 1891 e permaneceu nela até 1899.

Por sua vez, a *Gazeta de Notícias*, com publicação inicial em agosto de 1875, mostrava-se como um jornal com a proposta de trazer a seus leitores atualidades, arte e literatura. Classificado como um jornal popular, barato e liberal, trazia desde seu início a produção de algum escritor ilustre do país (entre eles, Machado de Assis, Eça de Queirós, Émile Zola), declarou-se favorável à proclamação da república no Brasil,

assim como ao fim da escravidão pelas penas de representantes da literatura antiescravista, como foi o caso de José do Patrocínio (ASPERTI, 2006).



Imagem 7. O Apóstolo (fonte: O APÓSTOLO, 20 jan.1886, p.1)

O cruzamento de informações veiculadas por essas diferentes fontes da imprensa busca possibilitar o estabelecimento de conexões entre o contexto local e o nacional, a fim de analisarmos algumas das representações instituídas por esses documentos. Para o trabalho com esses jornais foi necessário certa cautela, tendo em vista que a *Gazeta de Piracicaba*, a *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* tiveram fortes representantes do republicanismo em suas redações e as críticas dirigidas ao governo monárquico do período não deixam de estar imbricadas com a forma de governo defendida. A identificação de elementos proselitistas que perpassam alguns dos textos foi necessário também com a análise do *Expositor Christão*, já que por ser um jornal protestante com uma clara tendência liberal, defende fortemente suas perspectivas. Ora, o cuidado com a leitura dos discursos é fundamental nesse momento, já que tais práticas discursivas produzem, como afirma Chartier, ordenamento, divisões, afirmação de distâncias, além de serem a forma de retratar o modo como os grupos apreendem e estruturam o mundo em que vivem. Para encontrarmos vozes dissonantes em meio aos jornais escolhidos, marcados por defesas ao republicanismo e pelo discurso protestante presente no

Expositor Christão, trouxemos para o debate um pouco do discurso católico, mediado pelo jornal *O Apóstolo* (imagem 7). Apesar de não ser considerado órgão oficial da Igreja, *O Apóstolo* era produzido por padres que iniciaram as publicações em 1866, no Rio de Janeiro. De acordo com Pinheiro, durante o primeiro ano o jornal foi publicado aos domingos, mas durante os anos de 1874 e 1875, período da chamada Questão Religiosa, tornou-se diário. Posteriormente, passou a ser publicado três vezes por semana (PINHEIRO, 2011, p.55).

Por meio d'*O Apóstolo*, podemos ter acesso a artigos e trechos de livros de padres e leigos em defesa das posições da Igreja, cartas pastorais e documentos do episcopado brasileiro, além de notícias sobre as atividades clericais e laicas. Segundo Pinheiro, “*O Apóstolo* assume a função de dar subsídios apologéticos para o clero no embate contra os ‘inimigos da Igreja’” (2011, p.7).

Nesse sentido, tentaremos analisar como as diferentes questões referentes à criação do Colégio Piracicabano foram apresentadas por meio dos discursos propiciados por essas diferentes fontes.

2. Metodistas em Piracicaba: estranhos, irradiadores de luz, ou lobos em pele de ovelhas?

Nós somos **estranhos** e protestantes, e a cidade está cheia de escolas e de professores, que ensinam a preços excessivamente baixos (...). (Carta de Marta Watts, 1882. MESQUITA, 2001, p.36, grifo nosso)

Um facto altamente significativo acaba de dar-se n'esta cidade. Ante-hontem foi lançada a primeira pedra para a construcção do projectado edificio onde há de funcionar o Collegio Piracicabano, essa **esplendida luz** que seus benemeritos fundadores tão generosamente fizeram raiar no vasto horizonte de nossa patria. (GAZETA DE PIRACICABA, 11 fev.1883, p.1, grifo nosso)

De Piracicaba, escrevem o seguinte á *Provincia de S. Paulo* de hontem: “O padre Julio Marcondes acaba de converter o púlpito da matriz d'esta cidade – *a cadeira da verdade* – em cadeira da difamação e do insulto. (...) Passando, porém, a tratar de Judas, o traidor, foi logo dizendo que o mundo estava cheio d'esses, e indicando-os em seguida disse: “São Judas os pais de familia, que entregam a educação de suas filhas a **verdadeiros lobos de outras religiões**, que, encobrando seus vícios e corrupção **com a pelle da ovelha**, têm-se introduzido n'esta população. (...)” E' manifesta a allusão aos pais e alumnas do collegio Piracicabano (...). (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29 mar.1883, p.2, grifo nosso)

Nos excertos apresentados, encontramos três diferentes representações para os metodistas fundadores do Colégio Piracicabano: “**estranhos na cidade**” foi a classificação dada aos protestantes pela diretora da instituição, Martha Watts, na carta escrita em 1882 à junta dirigente da Sociedade Missionária de Mulheres Metodistas nos EUA¹⁰. Para os republicanos do jornal *Gazeta de Piracicaba*, em 1883, o colégio protestante deveria ser visto como portador de “**esplêndida luz**” e, por sua vez, para o padre da cidade, eram “**lobos de outras religiões**” que encobriam seus vícios e corrupção com a pele da ovelha.

Tais representações trazem consigo, assim como destaca Chartier, os interesses dos grupos que as forjam e a tentativa de legitimação e justificativa das visões de mundo e dos projetos defendidos. Para uma melhor compreensão dos aspectos que envolvem a constituição de tais representações, destacaremos elementos da pluralidade social existente a partir da identificação de características dos grupos envolvidos e do

¹⁰ Essa sociedade sustentava missões educativas e foi responsável pela instalação de 15 escolas no Brasil no final do século XIX e início do XX.

contexto em questão. Apresentaremos inicialmente algumas considerações sobre o processo educacional na província de São Paulo durante o período imperial.

2.1 A educação no período imperial

Para Carvalho (2007), a obra *A cultura brasileira* (1943) de Fernando de Azevedo, foi a responsável por “cristalizar” as representações sobre a educação no Brasil, a partir de um procedimento de apagamento dos conflitos em benefício da política educacional e cultural do Estado Novo (1937-1945), com a qual era comprometido. De acordo com a autora,

As representações sobre a educação no Brasil e sua história, articuladas na obra de Azevedo, não foram ainda suficientemente desarticuladas e criticadas, enquanto dispositivos de produção de rígidos esquemas de enquadramento da disciplina. Estruturando-se monumentalmente como obra de síntese, *A cultura brasileira* é uma espécie de compêndio em que se apagam as posições da enunciação e, por isso, é sem dúvida, um lugar no qual a “memória dos renovadores é erigida em conhecimento histórico”. Na medida em que, por seu tamanho e formato editorial, é obra de consulta destinada a pesquisadores, ganha especial relevância a análise dos dispositivos textuais que, nela, definem o que é pertinente ao campo da história da educação a ser narrada, prefigurando os elementos da intriga e constituindo o seu sentido. (CARVALHO, 2007, p.331)

Carvalho afirma que é possível identificar no prefácio da obra seu caráter de encomenda, a partir da qual a política cultural do Estado Novo seria legitimada. Para a autora, na perspectiva azevediana, os colégios jesuíticos representariam a unidade de um sistema de ensino que fora rompido com a sua expulsão, em 1759, e a desagregação do sistema resultara na fragmentação a partir da pluralidade de aulas isoladas e dispersas, superada apenas pela intervenção dos renovadores da educação durante o Estado Novo.

Diversos pesquisadores¹¹ tem demonstrado novos posicionamentos em oposição à visão consagrada pela História da Educação brasileira que considera o período imperial como símbolo do atraso. Como destaca Hilsdorf, no artigo intitulado *Educação e instrução na Província de São Paulo* (2011), a revisão crítica das obras de Azevedo

¹¹ Hilsdorf (2011) destaca como pesquisas críticas à obra de Azevedo: Antunha (1967), Reis Filho (1974), Haidar (1972) entre outros, além de trabalhos que tratam sobre a província de São Paulo a partir da exploração de fontes como a imprensa diária, acervos escolares e o acervo manuscrito do Arquivo Público de Estado de São Paulo (AESP), como Barbanti (1977), Hilsdorf (1986), Paris (1980), Kishimoto (1986), Moraes (1981).

iniciou-se uma década após a publicação de *A cultura brasileira*, obra que se tornou ponto de partida para a escolha de temas de diversas pesquisas.

Em *Instrução elementar no século XIX*, artigo no qual apresenta um levantamento e análise de outros aspectos não considerados por Azevedo, Faria Filho propõe-se a desnaturalizar o lugar que a historiografia brasileira construiu para suas instituições escolares a partir da historiografia consagrada na vertente azevediana. O autor apresenta considerações sobre o desenvolvimento das escolas e o acesso à população durante o período imperial contrariando a concepção de que essa época seria um tempo de passagem, conhecida como a nossa “idade das trevas”, na qual “a educação primária no século XIX [estaria] confinada entre a desastrosa política pombalina e o florescimento da educação na era republicana” (2000, p.135).

De acordo com Faria Filho, estudos recentes tem demonstrado a existência de discussões sobre a necessidade de escolarização da população em várias províncias, envolvendo, por exemplo, questões referentes à instrução ou não de negros, mulheres e índios. Para o autor, os limites enfrentados pelos que defendiam o acesso à educação para a maioria da população e a baixa capacidade de investimento das províncias são fatores que devem ser considerados ao analisar o processo de escolarização nesse período, entretanto, faz-se necessário também relativizar o papel e o lugar do Estado. Segundo o pesquisador, além do Estado ter uma presença “pequena e pulverizada”, tal presença era considerada em alguns momentos “perniciosa no ramo da instrução”. O autor considera ainda que a própria escola não tinha um lugar social de destaque na sociedade e que o Estado precisou lentamente afirmar sua presença nessa área para possibilitar a “centralidade do papel da instituição escolar na formação das novas gerações”. Nesse sentido, demonstra como a instituição escolar teve que produzir seu lugar próprio dentro da sociedade, em diálogo com outros espaços da vida social, evidenciando que tal instituição não surgiu “no vazio deixado por outras instituições” (2000, p.135-6).

Tratando também sobre a educação brasileira durante o império, Haidar defende a importância do período, afirmando que

O Império, não obstante sua relativamente curta duração, foi uma fase extremamente importante da história brasileira pelo volume, diversidade e complexidade dos problemas que teve de enfrentar nos planos político e administrativo, especialmente no campo da educação, pelo que lhe foi possível realizar, pelas lições auferidas de experiências frustradas, pela identificação dos problemas a serem futuramente resolvidos, bem como pelos

importantes estudos e reflexões sobre questões educacionais que legou à República. (HAIDAR, 2009, p.167)

Foi a partir da Constituição de 1824, artigo 179, §32, que foi determinada a instrução primária como gratuita a todos os cidadãos. A primeira lei geral sobre instrução primária no Brasil, instituída em 15 de outubro de 1827, trazia em seu artigo 1º: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”, além de estabelecer as diretrizes básicas para o ensino. De acordo com Faria Filho,

Essa lei é contemporânea de um lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução umas das principais estratégias civilizatórias para o povo brasileiro, tal qual frações importantes da elite concebiam e propunham-se a organizar. Instruir as “classes inferiores” era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação. (2000, p.137)

O decreto determinava ainda o ensino mútuo, conhecido também por método *Lancaster*, como forma de organização das aulas. De origem inglesa, tal método baseava-se no princípio de “ensino entre as crianças – as quais, agrupadas em decúrias, realizavam uma série progressiva e controlada de atividades de leitura, escrita e cálculo sob a supervisão de alunos monitores” (HILSDORF, 2007, p.44). Os monitores eram alunos considerados mais avançados, que instruídos pelos professores, passavam a auxiliar na instrução dos colegas.

Posteriormente à lei geral sobre instrução primária de 1827, o Ato Adicional de 1834, única emenda à Constituição de 1824, definia, entre outras determinações, que dentre as funções das Assembleias Legislativas Provinciais estava a de legislar sobre a instrução pública. Na perspectiva de Fernando de Azevedo, esse momento teria sido, como destaca Carvalho, o de desagregação das instituições educacionais:

O ensino público estava condenado a não ter organização, quebradas como foram as suas articulações e paralisado o centro diretor nacional, donde devia se propagar às instituições escolares dos vários graus uma política de educação, e a que competia coordenar, num sistema, as forças e instituições civilizadoras, esparsas pelo território nacional. (AZEVEDO, 1963, p. 566 apud CARVALHO, 2007, p.337).

Faria Filho considera que alguns fatores representam as dificuldades no desenvolvimento das instituições de ensino após a descentralização do controle sobre as

instituições educacionais, entretanto, tais fatores não podem ser considerados como impeditivos para o desenvolvimento da instrução primária no Brasil nesse período:

(...) a diversidade e a forma muito desigual como se desenvolveu o processo de escolarização primária não devem nos levar a acreditar que a descentralização político-administrativa possibilitada pelo Ato Adicional de 1834 acabou por impedir o desenvolvimento da instrução primária no Brasil imperial. Apesar da fragilidade e precariedade dos dados estatísticos, que, de forma muito precária, quase sempre se referem à instrução primária mantida pelo Estado, deixando de lado um significativo número de escolas sem nenhuma ligação com o mesmo, tais dados, bem como a crescente instituição de estruturas administrativas dão-nos mostras de que em várias províncias do Império existiam significativas redes de escolas públicas, privadas ou domésticas. (FARIA FILHO, 2000, p.138)

Ao destacar a criação e o desenvolvimento de redes de escolas no período, o autor não desconsidera as dificuldades existentes, das quais aponta: 1. a diversidade das províncias, responsáveis pelo desenvolvimento de redes de escolas muito diversas; 2. o baixo investimento no serviço de instrução em decorrência da precariedade das finanças provinciais; 3. a existência de uma multiplicidade de atos legais e orientações resultantes da não continuação das políticas de presidentes e assembleias provinciais anteriores (FARIA FILHO, 2000, p.137-8).

Na província de São Paulo, de acordo com Haidar, em decorrência das dificuldades resultantes dos baixos recursos provinciais para a criação e manutenção de instituições de ensino, a oferta de ensino primário e, especialmente o ensino secundário, foi progressivamente entregue à iniciativa particular. Uma das maiores dificuldades da manutenção das escolas no período, principalmente com relação ao ensino elementar (reduzido às primeiras letras), devia-se ao fato de que as despesas necessárias à instalação das aulas eram pagas pelos professores, sendo instaladas em sua moradia ou em locais cedidos por terceiros, uma vez que as autoridades afirmavam a inexistência de condições para o pagamento das despesas com a compra ou o aluguel de prédios. A dificuldade em adquirir o material escolar também existia, devido à insuficiência de verbas e a inoperância da burocracia governamental (HAIDAR, 2009, p.179). Tratando sobre tais dificuldades, Giglio destaca:

O nascimento das escolas de primeiras letras não surge de um plano racionalmente traçado para cobrir o território da Província com as condições de realização do direito à instrução; são criadas não escolas mas “cadeiras” do magistério por meio de leis da Assembleia Provincial. A criação da escola, como instituição à qual corresponde um espaço com determinada arquitetura, um mobiliário específico, instrumentos próprios do ofício, não é o modelo de

nascimento das escolas de primeiras letras na província. O que se cria é uma “cadeira”, um lugar, um posto de trabalho que vincula um professor a uma localidade. O professor, por sua vez, vincula-se ao espaço físico onde a escola deve se instalar para ocupar a cadeira. Arranjo sempre móvel, que supõe o mestre como a escola: ele é a escola; seu deslocamento implica o deslocamento espacial da escola, dos alunos que a frequentam, da mobília, das obrigações dele com os custos de manutenção do prédio que aluga. (GIGLIO, 2001, p.115)

Nesse sentido, o relatório da Inspeção Geral de Instrução Pública, apresentado em 1862, demonstra que no final da década de 1850, o maior número de estabelecimentos destinados ao ensino secundário na província de São Paulo pertencia à iniciativa particular¹². Haidar aponta que nesse período já era possível identificar estabelecimentos de ensino denominados colégios, que se dedicavam à instrução elementar dos meninos, além de “estudos mais ou menos aprofundados de gramática latina e línguas modernas e, na medida do interesse dos alunos, uma ou outra aula de retórica, geometria, história, geografia, filosofia e música”. Entre esses estabelecimentos denominados colégios, estavam elencados no Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública de 1857, os colégios Ipiranga, Brasileiro, Emulação e Ateneu Paulistano (HAIDAR, 2009, p.180).

Além dos colégios apontados, ressaltamos a existência das aulas avulsas, tendo em vista que nem todas constavam nos registros oficiais. De acordo com Hilsdorf, em *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*, o inspetor geral recebeu em 1860 o pedido de reconhecimento de 21 estabelecimentos particulares de instrução primária e secundária da Capital e 59 do interior da província, estabelecimentos que ministravam, em sua maior parte, apenas instrução elementar com modestas proporções, podendo ser considerados como **aulas avulsas**. Sobre esses estabelecimentos, a autora afirma:

Embora intitulados Escolas ou Colégios, não passavam de aulas avulsas instaladas junto à moradia de seu proprietário, quase sempre seu único professor, que, com liberdade para fixar a duração e o horário das aulas, ministrava conhecimentos rudimentares em troca de uma parca remuneração. De um modo geral, ensinavam aos meninos – não se permitia ensino misto na Província – as primeiras letras, noções de gramática portuguesa e um pouco de aritmética, e, às meninas, além do ABC, prendas domésticas, em especial trabalhos de agulha. A esse reduzido programa-padrão, alguns mestres mais cuidadosos acrescentavam doutrina cristã, uma outra língua viva, e até mesmo noções de matemática comercial. (HILSDORF, 1977, p.24)

¹² Haidar afirma: “O relatório da Inspeção Geral de Instrução Pública, apresentado em 1862, dá notícia da existência de apenas dez aulas públicas secundárias de latim e francês no interior da Província e de uma aula de pintura e desenho na Capital”(2009, p.180)

De acordo com Hilsdorf, o número de escolas particulares nesse período crescia, atendendo minorias estrangeiras e também meninas, que eram deixados de lado principalmente pelo ensino secundário. Em 15 de abril de 1868, a lei número 54, determinava “a liberdade de ensino nos níveis primário e secundário e a desoficialização do ensino secundário”, de acordo com Haidar, o reconhecimento da importância da contribuição da iniciativa privada, a precariedade da fiscalização que era exercida por agentes não remunerados, além da defesa de que os entraves para o desenvolvimento do ensino deviriam ser eliminados, foram os fatores que propiciaram o surgimento dessa legislação (HAIDAR, 2009, p.180-1). Em *A Província de São Paulo: Trabalho estatístico, histórico e noticioso*, escrito por Joaquim Floriano de Godoy¹³ em 1875, para compor o pavilhão que representou o Brasil na Exposição Industrial da Filadélfia de 1876, o autor afirmava:

Ao passo que as escolas *officiaes* não prosperam, as *particulares* caminham e desenvolvem-se visivelmente, desde que a assemblea legislativa provincial proclamou a *liberdade de ensino*. É dessa data em diante que as aulas nocturnas foram instaladas, as prelecções publicas abertas, os collegios reorganizados sob bases mais amplas e bibliothecas fundadas. (GODOY, 2007, p.86)

Nesse contexto de crescimento do número das escolas particulares, as escolas americanas protestantes tornaram-se instituições de destaque. Hilsdorf (1977) dedicou-se a identificar alguns dos motivos que justificavam essa notoriedade, destacando que tais instituições cresceram como símbolo de renovação no ensino, pois: 1. tiveram mais liberdade, não apenas para enriquecer o acanhado programa de estudos existente, mas até mesmo para rejeitá-lo, uma vez que os colégios femininos não necessitavam preparar suas estudantes para o ingresso nos cursos superiores (vetados às mulheres), podendo então “ensaiar novas experiências de estudos avançados e regulares de ciências exatas, físicas e naturais, e línguas modernas” (1977, p.43); 2. eram diferentes da maioria dos estabelecimentos paulistas contemporâneos, públicos ou particulares; 3. atendiam à necessidade de instrução de algumas minorias estrangeiras; 4. uma vez que o catolicismo estava associado ao espírito aristocrático e conservador e aos velhos métodos pedagógicos, o protestantismo era considerado por alguns setores da sociedade paulista do período como versão religiosa dos ideais liberais e democráticos,

¹³ Godoy foi deputado pela província de São Paulo entre 1869 e 1872, governador da província de Minas Gerais entre 1872 e 1873 e senador (Cf. de Luca (2007)).

representando ainda a renovação educacional, consagrando a mentalidade científica da época; 5. tais escolas eram suportadas financeiramente pelas igrejas protestantes, o que em certa medida, garantia o êxito de seu funcionamento.

Além dessas considerações, as instituições de ensino protestantes de origem norte americana receberam a concordância de parte do movimento republicano paulista, o que os auxiliou à manter tais instituições. Considerações sobre a aproximação entre esses grupos serão tecidas na sequência.

2.2 Relação entre protestantes norte americanos e republicanos brasileiros

O Colégio Piracicabano foi inaugurado no final do ano de 1881. A primeira iniciativa de abertura de um colégio protestante em Piracicaba é datada de 1879, entretanto, foi somente em setembro de 1881 que a escola começou a funcionar efetivamente, sem novas interrupções.

Infelizmente, não foram encontradas notícias nos jornais consultados sobre o início do funcionamento do colégio em 1881, tendo em vista que a *Gazeta de Piracicaba* foi fundada em 1882, *O Paiz* teve início em 1884 e o *Expositor Christão* em 1886. Nos jornais com origem anterior ao colégio, *O Apóstolo* (início em 1866) e *Gazeta de Notícias* (1875), não foram encontradas notícias referentes ao início do Piracicabano. O jornal *O Piracicabano* também circulou na cidade, com início a partir de 1876, anterior portanto à *Gazeta de Piracicaba*, mas somente quatro edições foram encontradas, não havendo nelas considerações sobre o Colégio Piracicabano¹⁴. Entretanto, encontramos referência ao primeiro dia de aula em uma carta escrita pela diretora do colégio, Martha Watts, à junta dirigente da Sociedade Missionária de Mulheres Metodistas nos EUA. Na carta, Watts indicava que somente uma aluna compareceu ao primeiro dia de aula (MESQUITA, 2001, p.36).

Apesar de o colégio protestante ter sido instalado em um país ainda oficialmente católico, é possível notar o crescimento do número de alunas. Como destaca Jair Toledo Veiga em levantamento sobre os primeiros alunos do Colégio Piracicabano, o número de matrículas em fevereiro de 1882 era quatro, enquanto no mesmo período do ano seguinte, o número registrado foi de 42 alunos. Em fevereiro de 1884, o caderno de

¹⁴ As edições de 24 jan.1877, 27 fev.1878, 21 jun.1882 e 08 out.1884 estão disponíveis para consulta no AEL-UNICAMP.

matrículas apontava o número de 88 estudantes, praticamente duplicando a quantidade de inscrições no período de um ano (Cf. J.P., maio-jun.1981).

É importante destacar ainda que houve um estreito relacionamento entre os membros do Colégio Piracicabano e as elites republicanas da província, que garantiram as bases necessárias para o estabelecimento e a sustentação do colégio. Elisa de Moraes Barros e Jorge de Moraes Barros, filhos de Manoel de Moraes Barros¹⁵ foram matriculados no colégio em março de 1882. Anna Maria de Moraes Barros, também filha do republicano, foi matriculada em abril do mesmo ano como aluna das segundas letras, enquanto Nicolau de Moraes Barros ingressou na instituição em 13 de setembro de 1883, com seis anos de idade (J.P., 31 mar.; 14-21 jun.1981). Em junho de 1882 também eram matriculados no Colégio Piracicabano Maria Amélia de Moraes Barros, que na época contava com 15 anos e Prudente de Moraes Filho, com oito anos de idade, ambos filhos de Prudente de Moraes Barros¹⁶ (J.P., 14 jun.1981).

Além da realização das matrículas de seus filhos no colégio, foram os irmãos Moraes Barros que receberam Martha Watts em Piracicaba. De acordo com Nicolau de Moraes Barros, filho de Manoel de Moraes Barros e aluno do colégio, os primeiros dias da estadia de Watts em sua casa foram “uma tragédia”, já que seus pais se comunicavam com a americana mais com gestos do que com palavras. Entretanto, destaca que “ao cabo de uma semana de convivência, clarearam-se os horizontes, quebraram-se as arestas do protocolo, diluiu-se a prevenção do ambiente e a mais franca camaradagem se estabeleceu entre hóspedes e hospedeiros” (BARROS, 1958, p.7-8).

Essa amizade pode ser constatada também nas palavras da própria Watts, que durante as férias no ano de 1883 escrevia: “Eu tenho planos de passar uma semana no campo com a família do Dr. M. de M. Barros, e, quando voltar, devo colocar a escola em ordem para o reinício das aulas no dia 15 de janeiro” e ainda, “Devo também dizer que o presidente do Conselho da Cidade é um bom amigo nosso – Dr. Moraes Barros” (MESQUITA, 2001, p.53,55-6).

¹⁵ Um dos líderes republicanos em Piracicaba. Nascido em Itu em 1836, mudou-se para Piracicaba em 1857, ao ser nomeado promotor público. Exerceu também os cargos de juiz municipal e delegado de polícia em Piracicaba. Foi senador pelo Estado de São Paulo de 1895 a 1902, além de deputado provincial.

¹⁶ Nascido em Itu em 1841, mudou-se para Piracicaba em 1863. Foi presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, deputado provincial em São Paulo e Governador do Estado de São Paulo no período de 1889 até 1891, cargo que renunciou para presidir como senador a sessão para a promulgação da Constituição Republicana, em 1891. Foi o primeiro Presidente Civil eleito pelo povo, com mandato de 1894 a 1898.

Observamos, entretanto, que a ligação entre a família Moraes Barros e os metodistas se estabeleceu antes mesmo da chegada de Martha Watts. Tratando da história do colégio, a *Gazeta de Piracicaba* declarou em 1883:

A existência do Collegio Piracicabano é devida ao revdm. Junius E. Newman, aquelle venerando e modesto ancião norte-americano, que desde 1875 incessantemente tem trabalhado para conseguir sua fundação. A esse importante estabelecimento acha-se ligado um nome, cuja pessoa muito o tem auxiliado: é o sr. dr. Manoel de Moraes Barros, a quem o sr. Newman e os demais amigos do collegio devem valioso acoroçoamento e relevantes serviços. (G.P., 11 fev.1883, p.1)

Essa ligação entre as lideranças republicanas da cidade e a direção do colégio tornou possível a sustentação da instituição de ensino e a consolidação de relações interessantes para ambos os lados. Além do estabelecimento dos norte americanos na cidade e a possibilidade de realização do trabalho missionário por meio também da escola, não podemos desconsiderar o interesse das elites progressistas da região em se aproximarem do modelo político norte americano e seus ideais republicanos e liberais. Esse cenário de apoio republicano aos metodistas não foi um quadro restrito ao interior da província de São Paulo. Republicanos com influência no Rio de Janeiro também ofereciam seu apoio à obra educacional metodista¹⁷, assim como em Minas Gerais. O apoio republicano não se limitava aos metodistas, se estendendo às demais religiões protestantes. Em *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, Gueiros Vieira demonstra como colégios presbiterianos obtiveram o apoio de republicanos em São Paulo e também em outras regiões do país.

Desse modo, nos deteremos nesse momento à identificação de alguns aspectos que fundamentaram o apoio dos republicanos aos protestantes no Brasil. Para tal, partiremos dos levantamentos apresentados nos estudos de Maria Lúcia Spedo Hilsdorf Barbanti (1977), David Gueiros Vieira (1980), Maria Stella Bresciani (1993) e Cesar Romero Amaral Vieira (2006).

Ressaltamos que quando utilizamos o termo “republicanos”, não estamos lidando com um grupo homogêneo. Em *O cidadão da República: positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870-1930)* (1993), Bresciani realizou um levantamento das séries de enunciados das falas políticas republicanas, identificando nelas variantes entre o

¹⁷ Peri Mesquida destaca: “No Rio de Janeiro, maçons republicanos como Joaquim Saldanha Marinho, advogado dos metodistas, o industrial José Luiz Fernando Braga, o jornalista João Baptista Lopes (Jornal do Comércio), o juiz Antonio Pedro Ferreira e o Capitão Custódio Laurindo Caldas, bem como outras pessoas de influência, deram sustento e estímulo à obra educacional metodista” (1994, p.130).

projeto liberal e também o positivista. Não é nosso objetivo discutir tais variantes, desse modo, partiremos de alguns eixos comuns dos grupos para uma tentativa de compreensão do cenário geral.

Apesar do movimento republicano não sugerir uma revolução ao país, apresentando suas propostas como opção para a realização de uma reforma pacífica, para não “convulsionar a sociedade”, a publicação do *Manifesto Republicano* em 1870, no Rio de Janeiro, trouxe consigo as críticas às instituições vigentes:

Neste paiz, que se presume constitucional, e onde só deveram ter acção poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do systema, que só há um poder activo, omnimodo, omnipotente, perpetuo, superior á lei e á opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável. O privilegio, em todas as suas relações com a sociedade – tal é, em synthese, a fórmula social e política do nosso paiz – privilegio de religião, privilegio de raça, privilegio de sabedoria, privilegio de posição, isto é, todas as distincções arbitrarías e odiosas que cream no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos. (ALMEIDA E MELO, 1878, p.62)

Segundo o *Manifesto Republicano*, a decadência moral, a desorganização administrativa e as perturbações econômicas deviam-se a esse desequilíbrio de forças marcado pelo privilégio e pela ausência de representação nacional, resultado da inexistência de eleições livres. Para os signatários do *Manifesto*, a defesa da autonomia das províncias e a adoção da federação seria o único meio “capaz de manter a comunhão da família brasileira” (ALMEIDA E MELO, 1878, p.80).

De acordo com a análise de Bresciani, enquanto projeto civilizador, prevendo a “eliminação da criminalidade, a ampla difusão da instrução e o crescimento econômico apoiado no trabalho livre, em técnicas modernas e implementos agrícolas mecanizados e na implantação de indústrias”, os projetos republicanos compartilhavam ideias semelhantes com os partidos monárquicos, entretanto, as diferenças estavam marcadas na definição do melhor regime político a ser seguido (1993, p.124). Para os republicanos, todas as áreas da sociedade estariam comprometidas com a vigência da monarquia, que tinha como uma de suas características a ausência de liberdade. Vale destacarmos o seguinte trecho do *Manifesto*:

A liberdade de consciencia nullificada por uma igreja privilegiada; a liberdade economica suprimida por uma legislação restrictiva; a liberdade da imprensa subordinada á jurisdicção de funcionários do governo; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspecção arbitraria do governo e pelo monopolio official; a

liberdade individual sujeito á prisão preventiva, ao recrutamento, á disciplina da guarda nacional, privada da propria garantia do *habeas-corporis* pela limitação estabelecida, taes são practicamente as condições reaes do actual systema de governo. (ALMEIDA E MELO, 1878, p.69)

Imprensa, religião, associação, economia, ensino, eram algumas das frentes pelas quais os republicanos lançavam suas críticas e é nesse ponto que encontraremos por parte de alguns deles uma identificação com os Estados Unidos pois, se na perspectiva republicana todos esses setores citados eram prejudicados pela forma de governo, restava então a alteração do regime político como alternativa para a melhoria do país. Tal alternativa seria o **federalismo**, como Vieira destaca:

A solução federalista norte-americana, com seu sistema de divisão de poderes, atraia tanto os propagandistas republicanos quanto os proprietários rurais, principalmente paulistas, que viam na descentralização do poder a possibilidade única para a manutenção de seus interesses particulares e garantia da unidade do País, ou seja, a manutenção da liberdade só se daria pela autonomia local e não por um poder central controlador. O federalismo era visto como o motor principal para a produção da liberdade, em oposição ao centralismo dominante na sociedade monárquica. (VIEIRA, 2006, p.73)

O federalismo era defendido não apenas pelos republicanos do Rio de Janeiro, mas também pelos paulistas. Entretanto, é necessário destacar que se o movimento não foi organizado por um grupo com ideias homogêneas na Corte, também não o foi na província de São Paulo.

O contexto de aumento de produção do café associado a ampliação da ferrovia sustentou no oeste paulista a prosperidade material dos agrossenhores em seus nichos locais e regionais, assim como a busca por uma maior representatividade política. De acordo com Perecin, o café constituía em 1873 mais de 60% do valor exportado do país e, apesar da queda de preços entre 1874 e 1886, o reestímulo dos preços internacionais fez com que a produção continuasse a se expandir entre 1886 e 1890 (2004, p. 37):

A busca de representatividade por parte dos agrossenhores do Oeste, a defesa dos seus interesses e o anelo por intervenção política nos quadros da Monarquia foram postos em evidência, à medida que se ampliavam as suas relações de poder no contexto do adensamento demográfico da região, assinalado pelas importantes comunidades urbanas. (PERECIN, 2004, p. 38)

A falta de representatividade política teria estimulado a adoção de parte dos agrossenhores ao Partido Republicano, como foi o caso da adesão do Clube Radical de São Paulo ao *Manifesto Republicano* de 1870, convertendo-se então em Clube

Republicano. Entretanto, um aspecto diferenciava o movimento no oeste paulista e na Corte: a questão abolicionista. Como destaca Perecin, as ideias republicanas “não impediram que o oeste resistisse, até a década de 1870, à substituição do trabalho escravo pelo assalariado” (2004, p. 37). O *Manifesto do Congresso Republicano* que expressava o pensamento republicano paulista, aprovado em 1873, definia que a questão da abolição deveria ser de responsabilidade do Parlamento e que, de acordo com o princípio federativo que deveria ser adotado, cada província agiria segundo seus interesses (PERECIN, 2004, p.43).

O Programa dos Candidatos do PRP (Partido Republicano Paulista) criado no início da década de 1880, defendia a liberdade de ensino concebida em todos os graus, associada ao fim da hegemonia da instrução confessional católica. A escravidão era tratada enquanto fator econômico e por esse motivo, era defendida pelos grandes proprietários da província, seguida de um gradual emancipacionismo que teria como alternativa a substituição da mão de obra a partir da naturalização do trabalhador imigrante¹⁸. Outra questão fundamental apontada pelo Programa dos Candidatos do PRP foi a defesa do federalismo, que, assim como para os republicanos do Rio de Janeiro, perpassava todos os itens do documento (PERECIN, 2004, p.44-5).

Um dos brasileiros que mais defendeu a aproximação com os Estados Unidos foi Tavares Bastos. Eleito deputado pela província de Alagoas em 1860, era doutor em direito e também foi oficial da Secretaria do Ministério dos Negócios Navais. Foi demitido da Secretaria por discordar do Ministro da Marinha, Joaquim José Inácio e a partir de então, passou a publicar no *Correio Mercantil*, as *Cartas do Solitário*, tratando sobre diversos assuntos polêmicos.

De acordo com seu diagnóstico sobre os problemas do país, a tragédia do Brasil teria sua origem no colonialismo português, que tinha em seu bojo a decadência moral, o definhamento das municipalidades e cortes, a anulação da nobreza cavalheiresca, um clero ignorante e bruto, a existência de um rei beato e corrupto, a perseguição aos industriais e a corte de Roma. Todos esses aspectos, somados à escravidão seriam os responsáveis por um quadro nacional de “depravação geral” (RÊGO, 1993, p. 169-170).

Junto com o diagnóstico dos problemas, Bastos comparava o Brasil com os Estados Unidos. De acordo com Rêgo, para Tavares Bastos: “O exemplo americano apresentava uma diferença radical. Lá tinha-se outra ordem política: vida associativa,

¹⁸ Apesar da defesa do PRP do emancipacionismo gradual, não podemos negligenciar a existência de alguns abolicionistas no grupo.

instituições livres, participação. A isto tudo somava-se uma maior expansão das liberdades individuais” (1993, p.169). Vieira propõe em quatro tópicos o remédio para as mazelas do país, sugerido por Bastos:

O remédio para todas as mazelas do Brasil, de acordo com Tavares Bastos, era preparado com quatro ervas básicas do liberalismo: 1) o estabelecimento da mais ampla liberdade de comércio – o escritor admitia que era um grande adepto dos profetas britânicos do livre-tráfego, John Bright e Richard Cobden, cujas ideias eram, para ele, o novo ‘Evangelho’ da nova era do ‘progresso’. 2) o reconhecimento de que existia uma ‘divisão internacional natural do trabalho’, razão pela qual o Império deveria concentrar todos os esforços na sua especificidade, ou seja, a agricultura. Para Tavares Bastos, entretanto, os outros dois mais importantes itens que, na sua opinião, trariam verdadeiramente o Brasil para o mundo civilizado eram, 3) a abertura do Amazonas e dos outros grandes rios brasileiros aos navios de todas as nações, e 4) uma mudança da ‘alma’ brasileira que teria lugar através da abertura dos portões do Império à imigração maciça britânica, germânica, irlandesa (na verdade escocesa-irlandesa) e especialmente norte americana. (1980, p.100-1)

Como podemos notar, Bastos chegou a defender causas impopulares em nome do tão desejado progresso, como a liberdade comercial, a abertura dos rios brasileiros para a navegação e o aumento da imigração associado ao casamento civil e a completa liberdade de culto. Como ressalta Vieira, se as ideias de Bastos não agradavam os mais conservadores, por outro lado foram bem recebidas pelos protestantes estrangeiros no Brasil, assim como por seus amigos liberais (1980, p.104).

Junto com a opção federalista, a imigração europeia foi outro aspecto defendido não somente por Bastos, mas também pelo movimento republicano. Bresciani afirma que, na perspectiva republicana, “na ausência de formas espontâneas de organização política dessa coletividade chamada ‘povo’, cabia aos cidadãos conscientes a tarefa de marcharem à frente da opinião para formá-la” (1993, p.133). Entre os cidadãos conscientes estariam os imigrantes europeus, que trariam consigo o conhecimento sobre o contrato de trabalho e a chance para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, em um período marcado pela transição entre mão de obra escrava e livre, os imigrantes foram vistos por esses setores da sociedade como uma alternativa para a escassez de mão de obra, mas também como possibilidade de progresso, uma vez que o trabalho era considerado um dos pontos principais para a organização social (Cf. NAXARA, 1998).

Podemos identificar a defesa do imigrante em artigo publicado na *Gazeta de Piracicaba* de 1882. Na seguinte passagem, o jornal faz alusão ao movimento migratório para a Argentina, comparando-o com as iniciativas existentes no Brasil:

A *Gazeta de Campinas*, tratando deste assumpto de real importancia para nós, em seu numero de 23 do corrente diz o seguinte: Quantas vezes temos dito: sirva-nos de exemplo a louvavel e patriótica actividade com que as republicas do Prata tratam de chamar a si a maior corrente possível de emigração! (...) Apressando-se em indagar as causas que levavam tamanha porção de estrangeiros a procurar de preferencia ao Brazil a Republica visinha, chegou ao conhecimento de que alli tratava-se sériamente da questão, e que tanto o governo como os particulares eram incansaveis em chamar ao territorio argentino essa onda de trabalhadores estrangeiros. Assim, pois, temos que para questões de colonisação aquella pequena Republica está muito mais acreditada que este grande imperio. (G.P., 26 nov.1882, p.1)

A existência do latifúndio, a associação entre vida civil e religião (prejudicando a vinda de adeptos de outras crenças) e a vigência da escravidão eram alguns fatores que dificultavam a atração de imigrantes ao país. A abolição gradual da escravidão com o fim do tráfico de escravos em 1850 e a Lei do Ventre Livre em 1871, tornou o problema da mão de obra uma das questões centrais da política nacional. Algumas ações da iniciativa privada e do governo provincial tiveram como objetivo a facilitação da vinda de imigrantes para o país: em 1883 foi criada no Rio de Janeiro a Sociedade Central de Imigração, que funcionou até 1891; em São Paulo, foi fundada em 1871 a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração para a Província de São Paulo e em 1886 a Sociedade Promotora de Imigração¹⁹ (OLIVEIRA, 2002, p.15-6).

Diferentemente do Partido Republicano da província do Rio de Janeiro, outro elemento de crítica presente no PRP, que era o catolicismo. A crítica maior dirigia-se à oficialidade da religião, como podemos notar no trecho abaixo, extraído da *Gazeta de Piracicaba*:

(...) Igreja ou religião oficial, é hoje cousa que o espirito moderno não pôde admitir, porque – official – tem laivos de imposição. Pense cada qual como quizer sobre o – absoluto, e não seja qualquer divergência de opinião motivo de perseguição e hecatombe, como ha sido; visto como as apreciações humanas têm o cunho da relatividade, e não ha quem possa scientificamente provar o – sobrenatural. Nada menos justo e equalitario, como a subvenção á uma religião, tirada dos impostos tributados a todos os contribuintes que professam idéas e têm crenças contrarias áquella. (G.P., 07 dez.1886, p.1)

¹⁹ Apesar do surgimento das organizações em prol da imigração ao Brasil se concentrar principalmente a partir da década de 1870, uma iniciativa apareceu em 1866 com a criação da Sociedade Internacional de Imigração, que contava com a participação de Tavares Bastos na diretoria. A iniciativa teve vigência por apenas um ano, de acordo com relatório da Sociedade de 1867, a falta de ajuda do governo e a falta de apoio dos sócios foram os motivos que levaram ao fim da organização (Cf. GUGLIOTTA, 2006).

Além da crítica à oficialidade religiosa, que fez com que muitos republicanos defendessem o casamento civil e a completa liberdade de culto e, conseqüentemente, recebessem o apoio dos protestantes estrangeiros no país, outro fator aproximou os dois grupos: a defesa da educação. Abaixo, um excerto do artigo publicado na *Gazeta de Piracicaba* intitulado *Utilidade da instrução*:

(...) O instrumento da regeneração está em nossas mãos? A instrução sabiamente dada e indistinctamente derramada nas varias classes da sociedade destruirá as raizes dos males tão perniciosos que hoje lamentamos, e nos seus eixos naturaes collocará o mundo; assim as familias e os estados alcançarão os seus gloriosos destinos.
Reforme-se a instrução e ao mesmo tempo se reformará o genero humano.
(G.P., 21 jan.1883, p.2)

Apontada como a possibilidade de regeneração da sociedade, a educação foi utilizada enquanto alternativa não apenas por políticos republicanos, mas também por jornalistas, padres, homens de letras, ministros evangélicos, proprietários e homens do povo (HILSDORF, 2007, p.61). Se a educação era defendida por uma parcela significativa da população, a grande discussão se dava sobre qual o melhor modelo a ser utilizado.

Em *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo*: um estudo de suas origens, Hilsdorf dedica-se, entre outras questões, a investigar as razões que levaram as elites progressistas paulistas a aceitar a criação e permanência das escolas americanas protestantes, chegando a considerá-las como modelos educacionais. Para a autora, a primeira razão a ser considerada é que o protestantismo “era visto como a versão religiosa dos novos ideais liberais e democráticos do século XIX” (1977, p.145). Hilsdorf afirma:

(...) Em outras palavras, a sociedade brasileira aceitava ou combatia o “espírito moderno” subjacente ao protestantismo – antes que a doutrina religiosa – do mesmo modo como combatia ou aceitava a “modernidade” do liberalismo, do positivismo, do cientificismo ou do republicanismo.
(HILSDORF, 1977, p.146)

Se o protestantismo era considerado como uma versão religiosa dos novos ideais liberais e democráticos, a associação entre catolicismo e monarquia também existia. De acordo com Vieira, os republicanos da província de São Paulo “direcionaram seu foco de atuação, não somente contra o regime político, mas também contra a Igreja Católica,

já que este dois poderes eram vistos pelos republicanos como faces distintas da mesma moeda” (2006, p.70).

Bresciani demonstra como a educação foi tema frequente nas discussões dos projetos republicanos publicados e debatidos na imprensa. Citando trechos de artigos de maio de 1887 da *Gazeta de Campinas*, que se sobressaiu como um dos mais importantes periódicos de São Paulo para a propaganda republicana antes da fundação de *A Província de São Paulo* em 1875, a autora destaca que na perspectiva republicana:

Em termos culturais, uma "educação pesada e restrita" fizera do povo um ente enfermo e inválido que só agora "apanhava de frente os raios benéficos da civilização". A política imperial quanto à *instrução pública* traduzia na prática sua própria contradição. De um lado, construíam-se escolas-palácios que davam a ilusão do progresso, de outro, nada se fazia em definitivo para eliminar a ignorância e a má-formação moral do povo. Evidenciava-se dessa maneira o descompasso entre o pretenso sistema representativo de governo e a política de ostentação, política incapaz de cobrir a "profunda e absoluta ignorância em que vivia a maior parte da nação". (BRESCIANI, 1993, p.131)

Foi entre essas críticas à política imperial para a instrução pública que a associação entre um novo modelo educacional e a possibilidade de utilização do modelo de educação norte americano tornou-se matéria de propaganda e debate. De acordo com a divulgação do projeto republicano por meio do jornal *A Província de São Paulo*, Mary Lou Paris identifica como proposta de educação recusada a ideia de deixar a educação entregue à direção da igreja católica. A autora aponta ainda que diversas foram as razões assinaladas pelo jornal para justificar a iniciativa particular na educação, como:

estabelecer obstáculos à influência das ordens religiosas, criar alternativas à precariedade do ensino público e libertar o ensino da doutrina oficial, [...] até uma descrença generalizada na ação do governo, denotando pouco crédito na sua ação educativa e deixando sua colaboração relegada à última das providências desejadas. (PARIS, 1980, p.82)

Nesse sentido, Paris destaca que, na perspectiva republicana do jornal *A Província de São Paulo*, era a educação de responsabilidade dos particulares que formaria o cidadão, tanto no âmbito político (segundo os princípios democráticos), quanto no âmbito social.

Outro fator que deve ser considerado ao analisar a aproximação entre republicanos paulistas e protestantes foi a ligação estabelecida entre eles por meio da maçonaria. Ao estudar a implantação da educação metodista de origem missionária

norte americana no Brasil, entre os anos de 1870 e 1930, Mesquida analisou as relações entre as elites progressistas e os protestantes norte americanos, destacando a importância das lojas maçônicas que principalmente na região oeste de São Paulo e na Zona da Mata, em Minas Gerais, eram os locais nos quais as elites intelectuais e políticas se reuniam. De acordo com Mesquida “As lojas funcionavam como centros de difusão dos ideais liberais e republicanos que circulavam numa parte considerável da imprensa” e a educação possuía um lugar importante em meio às discussões (1994, p.20-1).

A relação entre os ideais republicanos discutidos nas lojas maçônicas e em alguns jornais e a educação protestante se estabeleceu com base na ideia de que um novo contexto para o país necessitaria de outro modo para formar as novas gerações, “seja a nível de conteúdo, seja com relação aos métodos didático-pedagógicos” (MESQUIDA, 1994, p.48). Em *Americanismo e Educação* - um ensaio no espelho, Warde demonstra como os Estados Unidos foram vistos como um espelho no qual o Brasil deveria se inspirar, em oposição à Europa envelhecida. Destaca como, a partir da independência de Portugal, a ideia de construção do povo brasileiro perpassava pela necessidade de instrução, trabalho e muitas virtudes. As comparações com os norte americanos, identificados como um povo possuidor de “representação popular descentralizada, a escola disseminada, o povo industrioso, livre, honesto, enfim, americanos autênticos”, evidenciavam a necessidade de investimentos em educação a partir do método de ensino adotado naquele país (WARDE, 2000, p.39;42). Assim, as escolas particulares de responsabilidade de americanos de confissão protestante, de positivistas e de cientificistas foram vistas por parte dos republicanos como o modelo a ser seguido. Em oposição a essas instituições estariam as escolas públicas monárquicas, de iniciativa privada comercial e a confessional católica, que consideradas corrompidas e atrasadas ofereceriam um ensino ultrapassado e incompleto (HILSDORF, 2007, p.62).

Desse modo, podemos identificar alguns aspectos que foram consideravelmente importantes para a aproximação entre republicanos brasileiros e protestantes norte americanos: a defesa do federalismo pelo movimento republicano, identificando o regime político norte americano como referência e a possibilidade de adoção do modelo norte americano de ensino para o país.

Conjuntamente a esses pontos abordados, outro aspecto deve ser destacado: o processo de emigração do sul dos Estados Unidos, ocorrido após o fim da guerra civil²⁰. De acordo com Jones, cerca de 2700 americanos sulistas emigraram para o Brasil entre os anos de 1866 e 1868 (JONES, 1967, p.165). O período conhecido como *reconstrução*, marcado pelo fim da guerra civil trouxe mudanças consideráveis para o sul, fator que contribui para o aumento dos números referentes à emigração. Como destaca Junqueira,

Os antigos estados confederados passaram a ser governados por militares do norte e os nortistas também tomaram conta dos principais cargos políticos. Os funcionários sulistas que colocavam obstáculos à reconstrução eram demitidos. Era um caminho de reconstrução do país, sem dúvida, mas era um exercício imposto por uma derrota. (2001, p.88)

Entretanto, Gussi (1997) ressalta que nem todos os imigrantes norte americanos que chegaram ao Brasil nesse período estavam necessariamente vinculados à guerra e à Confederação, tendo em vista a heterogeneidade do grupo. Havia um líder nortista (Hasting), emigrantes contrários à escravidão, alguns que nunca haviam cultivado a terra, assim como profissionais liberais.

Além das dificuldades encontradas por alguns sulistas durante o processo de reconstrução, as propagandas realizadas nos Estados Unidos em prol da emigração para o Brasil é outro fator importante para o grande número de imigrantes atraídos ao país. Após o fim da guerra civil, foram criadas associações sulistas para o envio de agentes à ibero-américa, com o objetivo de verificar as condições para imigração nessas regiões e diversas propagandas foram realizadas destacando do Brasil. Mesquida ressalta que mesmo antes da guerra civil, entre os anos de 1822 até 1888, foram escritos aproximadamente vinte livros sobre o Brasil nos Estados Unidos:

O “sonho” brasileiro dos confederados (*the confederate brasilian “dream”*) foi alimentado nos Estados Unidos por uma propaganda favorável ao Brasil feita pelos viajantes americanos: missionários, marinheiros, aventureiros, que

²⁰ A guerra civil norte americana, também conhecida como Guerra de Secessão (1861-1865), foi motivada, entre outras questões, pela discussão sobre a manutenção ou abolição da escravidão no país. De modo geral, os estados do norte, com investimentos nas áreas comerciais e industriais, mantinham essencialmente o trabalho livre, enquanto os estados do sul defendiam a manutenção da escravidão enquanto base para a produção econômica da região. Em dezembro de 1860, os estados defensores da manutenção do regime (Texas, Louisiana, Mississippi, Alabama, Flórida, Geórgia e Carolina do Sul) declararam-se independentes do restante do país, adotando o nome de Estados Confederados da América. Após o início da guerra civil, em abril de 1861, os estados do Arkansas, Carolina do Norte, Virgínia e Tennessee uniram-se ao Confederados.

escreveram narrativas de viagens, artigos nos jornais e realizaram conferências públicas por toda parte, no sul do país. (MESQUIDA, 1994, p.35)

Como destaca Gussi, a abundância de terras no país era o centro principal das propagandas, que mostravam o Brasil como um país de terras a serem ocupadas. A abertura, a partir de 1868, de um escritório brasileiro de colonização em Nova Iorque, tendo Quintino Bocaiúva como responsável, além da criação da *Southern Colonization Society* e da *United States and Brazil Steamship Company and Co.*, que inaugurou uma linha de vapores entre Estados Unidos e Brasil favoreceram o processo de propaganda e emigração (GUSSI, 1997, p.87-90). De acordo com Hilsdorf, fatores de ordem sócio econômica tornaram-se atrativos importantes para a vinda dos imigrantes ao país:

Além da possibilidade de disporem de seus próprios serviços religiosos e pedagógicos, os emigrantes americanos deparavam, no Brasil, com outros atrativos de ordem sócio-econômica, oferecidos sobretudo pela Província de São Paulo: terra abundante e adequada às técnicas de cultivo que já praticavam nos Estados Unidos, clima ameno, semelhança de paisagem com a terra natal, produtos familiares, mão de obra de baixo custo e, sobretudo, grande interesse pela cultura do algodão – aspectos da economia da época especialmente significativos para os sulistas. (1977, p.87-8)

Grupos de imigrantes se estabeleceram no Rio de Janeiro, em São Paulo (principalmente nas cidades de Campinas e Santa Bárbara) e em algumas outras regiões brasileiras²¹. Nesse sentido, a presença de imigrantes sulistas foi um fator que favoreceu a vinda de missionários protestantes ao país. Dawsey destaca que no que se refere às ações da Igreja Metodista, “é um fato incontestável que a Igreja Metodista sulista dos Estados Unidos exerceu influência muito maior no metodismo brasileiro do que Igreja Metodista do Norte” (2005, p.198).

Destacamos então, além dos fatores de ordem sócio econômicas, a presença de imigrantes confederados no país como outro aspecto importante para a vinda de outros protestantes norte americanos, já que a presença desses imigrantes ofereceria um ambiente favorável a chegada de novos missionários.

²¹ Junius Newman, fundador da primeira Igreja Metodista no Brasil, foi pastor em várias igrejas nas regiões do Alabama e Mississipi, nomeado em 1865 para o trabalho no Brasil. De acordo com Dawsey, uma explicação concreta para a vinda do Newman para o Brasil é apresentada por Kennedy, que afirma que juntamente com o desejo de transmitir a mensagem do Evangelho, estava a tentativa de recuperação de seus recursos financeiros, perdidos durante a guerra civil norte americana (DAWSEY, 2005, p.183). Newman foi reconhecido oficialmente reverendo de Saltinho pela Junta de Missões da Igreja Metodista em 1875, dez anos após sua chegada no país.

2.3 Protestantes no Brasil

Diversos autores trataram sobre a vinda de protestantes ao Brasil, entre os quais podemos destacar Vieira (1980), Mesquida (1994), Lopes (2000), Dawsey (2005) e Vieira (2006). Nesse sentido, destacaremos aqui apenas alguns aspectos pertinentes à essa pesquisa.

De acordo com Vieira (2006) e Mesquida (1994), apesar de existirem algumas tentativas de estabelecimento de protestantes no Brasil desde o início da colônia, tais ações não aconteceram em grande número. O primeiro projeto foi organizado no Rio de Janeiro pela Igreja Reformada de Genebra, em 1555, sendo finalizado em 1567, com a expulsão dos estrangeiros organizada pelos portugueses. Durante o período da presença holandesa no nordeste do Brasil (1624-1654) o modelo da Igreja Reformada de Genebra também acompanhou a tentativa holandesa de permanência no país, tendo seu fim com a expulsão do grupo.

Como destaca Mesquida, a interdição portuguesa criada no século XVIII para a circulação de estrangeiros na colônia fez com que não fossem organizadas novas iniciativas para a vinda de protestantes ao país, retomadas somente após a transferência da Corte em 1808 e o aumento do relacionamento com a Inglaterra. Para o autor, fatores como “os movimentos de libertação nacional, a propagação das ideias liberais (e liberadoras) e os ideais republicanos que tinham como fontes a Revolução Francesa e o exemplo prático da independência dos Estados Unidos”, foram aspectos que teriam contribuído para a propagação do protestantismo no país, juntamente com uma “ausência de preconceito” de uma parte dos grupos políticos e membros do clero católico (1994, p.92-3).

Em 1820, houve a inauguração de um templo da Igreja Anglicana no Rio de Janeiro; em 1827, imigrantes alemães iniciaram celebrações religiosas também na Corte, que direcionavam-se aos imigrantes que viviam no país e não a conquista de novos fieis. Para Mesquida, a Igreja Metodista Episcopal foi a primeira a inaugurar o Protestantismo de Missão no Brasil, não se limitando à propagação da fé, mas abrangendo também aspectos sócio políticos e culturais (1994, p.93).

Em 1835 chegou ao Brasil, com o objetivo de investigar as possibilidades de realização de um trabalho metodista na América do Sul, o rev. Fountain E. Pitts, que permaneceu no país por duas semanas e, de acordo com Dawsey, teria considerado o

Brasil como uma “região fértil para a verdadeira filosofia cristã” (2005, p.183). Após Pitts, Justin Spauldings e Daniel P. Kidder permaneceram no país entre os anos de 1836 e 1841, retornando aos Estados Unidos. Como destaca Vieira, o livro *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, de 1845, escrito por Kidder em dois volumes, tornou-se uma obra de referência sobre o Brasil para os norte americanos. Outra publicação significativa de Kidder foi o livro *O Brasil e os brasileiros*, escrito em parceria com J. C. Fletcher, que chegou ao Brasil em 1851 e trabalhou como capelão da marinha para servir os americanos residentes no Brasil (VIEIRA, 2006, p.117).

A fundação da primeira igreja Metodista no Brasil é datada de agosto de 1871, por Junius E. Newman, localizada em Saltinho²², na província de São Paulo. A segunda comunidade foi criada em 1878, no Rio de Janeiro e a terceira em 1881, na cidade de Piracicaba, local que abrigou também a primeira instituição escolar de tradição metodista instituída no Brasil, o Colégio Piracicabano (ELIAS, 2001, p.24).

A fundação da primeira igreja Metodista em Saltinho e da primeira escola em Piracicaba, no oeste paulista, relacionam-se com a existência de uma colônia de imigrantes norte americanos na região. Nosso objetivo não é recuperar informações sobre o processo de estabelecimento dessa colônia, já pesquisado por Jones (1967). Entretanto, vale destacar que cerca de 500 famílias americanas se mudaram para a região de Santa Bárbara, estimuladas principalmente pela fazenda do coronel William Hutchinson Norris, do Alabama, que chegou ao Brasil no final de 1865 (JONES, 1965, p.165-7). De acordo com Mesquida, quando chegaram no Rio de Janeiro, os Norris, que eram maçons, foram recebidos pelos também maçons George e Charles Nathan, “a filiação à maçonaria aproximou também os Norris do Imperador, simpatizante da organização maçônica, que os recebeu em audiência e sugeriu-lhes adquirir terras próximas a Campinas” (1994, p.44-5). A prosperidade com o cultivo de algodão na região fez com que algumas famílias que estavam estabelecidas no sul da província de São Paulo e também da região de Rio Doce, no Espírito Santo, se mudassem para os arredores de Santa Bárbara. De acordo com Jones, a influência do arado trazido pelos norte americanos, mais leve e de fácil manejo, substituiu o arado “arcaico” utilizado na região, favorecendo a produção (1965, p.168).

²² Região doada por volta da segunda metade do século XVIII pelo Governo da Província de São Paulo ao piracicabano Major Fernandes, como terras devolutas. Com a formação de núcleos familiares, teve início a Vila de Saltinho, elevada à categoria de Distrito de Piracicaba em 1922 e Município em 1991. (Cf. SALTINHO - IBGE)

Podemos perceber que a presença desses imigrantes norte americanos na região contribuiu para o desenvolvimento da produção no local. Como havia a promessa de construção de uma ferrovia, os imigrantes organizaram-se próximos à área de implantação dos trilhos em torno dos quais se desenvolveu o núcleo urbano, principalmente após a inauguração da Estação Ferroviária, em 1875. A região ficou conhecida como Estação, e no mesmo ano da inauguração da ferrovia, o norte americano William Putney Ralston se associou aos fazendeiros brasileiros Antônio e Augusto de Souza Queiroz, implantando a primeira indústria da região, uma tecelagem de algodão situada na fazenda São Domingos (atual Carioba). Devido a grande presença norte americana, a partir de 1870, Estação passou a ser chamada de Vila dos Americanos e em 1924 recebeu o nome de cidade de Americana. A maçonaria foi um dos caminhos para a aproximação entre os líderes do grupo de imigrantes norte americanos e membros da elite intelectual e fazendeiros da região.

Após essa breve exposição, é possível começarmos a identificar alguns aspectos que esclarecem as representações atribuídas aos metodistas por parte dos republicanos, assim como o processo de instauração do Colégio Piracicabano.

2.4 O Colégio Piracicabano: representantes dos progressos do século ou das trevas das heresias e dos erros²³?

A primeira tentativa de abrir um colégio metodista em Piracicaba foi anterior a criação do Colégio Piracicabano. Junius E. Newman, fundador da primeira igreja metodista no Brasil, mudou-se com suas filhas Annie e Mary de Saltinho para Piracicaba. Foi Annie Newman quem começou a traduzir obras da literatura metodista para o português, além de se destacar nos estudos e atividades de ensino. Foi aluna do Colégio Internacional de Campinas, presbiteriano, e depois de formada foi convidada para trabalhar em várias instituições escolares do país, escolhendo o Colégio Rangel Pestana, que funcionava desde 1876 na capital da província – referência na educação feminina (Cf. DAWSEY, 2005). O interesse dos irmãos Moraes Barros em fundar uma escola em Piracicaba fez com que convidassem Annie, por intermédio de Newman, para tal atividade. Podemos identificar o convite de Prudente de Moraes Barros na carta que

²³ “Representantes do progresso do século” foi a imagem atribuída ao Colégio Piracicabano pelos republicanos da *Gazeta de Piracicaba* (15 dez.1882, p.2), enquanto para *O Apóstolo*, o Colégio impelia “uma população inteira nas trévas das heresias e erros” (12 nov.1886, p.1).

o reverendo John James Ransom (que casou-se com Annie em 1880) enviou a *Board of mission*, reproduzida anos mais tarde na *Gazeta de Piracicaba*:

Um advogado de renome dessa cidade escreveu ao irmão Newman estimulando-o a abrir um Colégio lá [Piracicaba]. O meu plano é ir a Piracicaba conseguir pensão em casa de alguma família brasileira educada e logo que for possível, abrir uma escola para brasileiros. (...) O nosso advogado promete exercer sua influência e tem certeza de nosso sucesso. (...) Logo que for aberta nossa escola o irmão Newman virá para Piracicaba e teremos a senhorita Annie Newman na escola (...). (G.P., 13 set.1959 apud VIEIRA, 2011, p.2)

Os trabalhos na nova escola se iniciaram em julho de 1879, mas a mudança de Annie para o Rio de Janeiro, devido ao casamento com o reverendo James Ransom em 1880, provocou o fechamento do colégio em pouco tempo. A morte de Annie causada por febre amarela meses depois do casamento fez com que Ransom retornasse aos Estados Unidos. De acordo com Dawsey, Ransom passou a viajar pelos Estados Unidos falando sobre as necessidades e oportunidades existentes no Brasil:

A narrativa de Ransom sobre a perda de Annie, que emerge do fundo do seu coração quebrantado, muito ajudou a firmar a missão brasileira na consciência da Methodist Episcopal Church South. Graças ao apelo, ele conseguiu arrecadar grande apoio financeiro para o trabalho iniciado por ele, Annie e Junius Newman. Duas regiões episcopais e a Sociedade Missionária de Senhoras resolveram sustentar missionários no Brasil. Depois de ouvir a história de Annie Ransom, em 1881, James W. Kogger e família, James L. Kennedy e Martha Hite Watts ofereceram-se como voluntários para trabalhar no país. (DAWSEY, 2005, p.195)

Em 19 de maio de 1881 chegou a Piracicaba Martha Hite Watts, juntamente com James W. Kogger, que foi o primeiro pastor da Igreja Metodista na cidade e James L. Kennedy, que trabalhou no Rio de Janeiro com Ransom e se tornou um historiador do metodismo no Brasil. Watts foi a primeira missionária enviada pela Junta de Missões das Mulheres Metodistas do Sul dos EUA, e, como já destacamos, foi recebida em Piracicaba pelos irmãos Moraes Barros.

Filha de pai advogado e mãe dona de casa, Watts nasceu em fevereiro de 1845 no Kentucky (EUA) e estava com 36 anos quando chegou ao Brasil. De acordo com Elias, a descrição de Watts feita pela Sociedade Missionária de Mulheres (*Woman's Missionary Society*) foi a que segue:

Possuidora de um corpo forte e saudável, ao lado de uma mente ativa e bem disciplinada por uma experiência de sete anos em escolas, ela é alegre, tem um temperamento equilibrado, com uma rara combinação de amabilidade e força de caráter. Tudo de si, vida, tempo e talentos, ela consagrou a Deus há vários anos passados, e tem estado permanentemente engajada nos diferentes ramos de trabalho da igreja. Por dois anos, ela desejou servir como missionária e quando viu abrir-se o Brasil, a fé simples foi manifesta em sua resposta: ‘Eis aqui a criada do Pai’. (*Woman’s Missionary Society of the Methodist Episcopal Church, South*, In: ELIAS, 2001, p.39)

É possível compreender um pouco do pensamento e das impressões de Watts sobre o Brasil com a leitura das cartas e relatórios que eram escritos para serem enviados periodicamente à Sociedade Missionária de Mulheres dos Estados Unidos. Retomamos o trecho da carta destacado no início do capítulo e escrita em janeiro de 1882, na qual Watts enviava informações sobre o início das aulas, que eram realizadas numa casa alugada em Piracicaba. Ao indicar que somente uma aluna compareceu ao primeiro dia de aula, a norte americana afirma:

Nós somos estranhos e protestantes, e a cidade está cheia de escolas e de professores, que ensinam a preços excessivamente baixos, e a probabilidade é de que teremos que esperar algum tempo para termos uma escola grande, pois somente alguns que dão valor a um sistema de educação melhor do que o fornecido por estas escolas nos darão suporte. (MESQUITA, 2001, p.36)

Ao se classificar como “estranha” e “protestante”, Watts se refere a um ponto negativo da representação que possuía na cidade. Ser protestante em um país oficialmente católico não oferecia muitas vantagens, pois, apesar de contar com o apoio de um grupo republicano, não tinha a aceitação de grande parte da população. Além do estranhamento causado pela vinda dos protestantes à cidade, Watts aponta outro aspecto no trecho acima que evidencia a dificuldade no estabelecimento da instituição de ensino, que é a existência de um grande número de escolas e professores. De acordo com os dados apontados pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), em 1860, aproximadamente vinte anos antes da chegada de Watts à cidade, apesar da existência de somente duas escolas primárias em Piracicaba²⁴, as iniciativas particulares já ofereciam mais opções de locais para o estudo (2012a, p.11-2). Temos dados mais concretos das iniciativas particulares a partir de setembro de 1882, pouco mais de um ano após a chegada de Watts: os números apontados pela *Gazeta de Piracicaba* com relação às escolas particulares indicam a existência de 11 instituições,

²⁴ “em 1860, a cidade contava com duas escolas primárias masculinas com cerca de 200 alunos e uma classe feminina com 42 alunas, além dos cursos particulares” (IPPLAP, 2012, p.11).

“O numero dos alumnos que frequentam as 11 escolas particulares que existem nesta cidade eleva-se a 238, sendo 163 do sexo masculino e 75 do sexo feminino” (03 set.1882, p.2).

Nesse sentido, além da representação negativa atribuída por alguns setores da sociedade aos protestantes, os “estranhos”, na perspectiva de Watts a concorrência tornou-se inicialmente outro fator de dificuldade para o estabelecimento da instituição.

Apesar das adversidades na criação da instituição, já apontamos o crescimento do número de alunas do colégio ao longo dos anos e a ligação entre as lideranças republicanas da cidade e a direção da instituição. Além dos líderes republicanos, o colégio possuía também o apoio do jornal *Gazeta de Piracicaba*, que informava a população sobre os progressos do Colégio Piracicabano, propagando sobre a instituição. O quarto número da *Gazeta de Piracicaba* da cidade trazia, com caráter elogioso, a primeira notícia dentre tantas que publicou sobre a instituição:

Collegio Piracicabano para meninas

Assistimos hontem aos exames que se effectuaram n'este collegio.

O progresso das alumnas, a boa ordem, o methodo no ensino, e as mais qualidades que são o fundamento dos collegios mais propicios para espalhar a educação e solida instrução, na nossa sociedade, patentearam-se aos ouvintes.

Sentimos em não poder apontar o que mais attrahiu a nossa atenção.

Falta-nos o tempo, visto esta folha achar-se em ponto de ser impressa.

Resumiremos, pois dizendo que (...) saptisfizeram plenamente aos espectadores e deram provas evidente da habilidade e illustração das professoras. (G.P., 17 jun.1882, p.2)

No início de 1883, fez-se necessário a construção de um edifício para abrigar o crescente número de alunas. Diferentemente da carestia de fontes jornalísticas sobre o início do funcionamento da instituição, encontramos diversas considerações na imprensa sobre o evento de colocação da primeira pedra para a construção do prédio do colégio. Essas considerações nos permitem identificar as distintas perspectivas de agentes sociais do período e alguns aspectos da multiplicidade social que envolvia o colégio.

Como destacamos no excerto exibido no início do capítulo, para a *Gazeta de Piracicaba*, o colégio era sinônimo de uma “esplendida luz”. Não foi apenas esta a comparação utilizada, o jornal ainda afirmava que o ato de lançamento da primeira pedra para a construção do prédio do colégio era significativo, pois:

(...) acompanhando o tactear confuso ainda, da geração actual do nosso querido Brazil, vemos debater-se nas **trevas** o maior numero das nossas compatriotas a quem está confiada directamente a nobre missão de mães. Um facto altamente significativo, dizemos ainda, porque n'aquella pedra que ante-hontem foi lançada a terra, vae basear-se um estabelecimento de **instrucção solida** e companheira da verdade accordada com os **progressos do seculo** em que vivemos, e o que é mais, um estabelecimento de solida educação para a mulher, educação que afasta fortemente de si as velhas rotinas. (G.P., 11 fev.1883, p.1, grifo nosso)

A associação entre o colégio e os “progressos do século” é apresentada tendo como ponto de oposição a geração contemporânea do país, que estaria a “debater-se nas trevas”. A partir das considerações apresentadas sobre a aproximação entre protestantes e republicanos, é possível compreendermos, em certa medida, porque os republicanos da *Gazeta de Piracicaba* classificaram o Colégio Piracicabano como um irradiador de esplêndida luz e representante do progresso. Tal representação não era uma atribuição exclusiva dos republicanos de Piracicaba às instituições educacionais protestantes, sendo um movimento fortemente organizado na província que fez parte do debate educacional no Brasil no fim do século XIX. Como destaca Souza,

Vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância. “Alicerce das sociedades modernas, garantia de paz, de liberdade, da ordem e do progresso social”; elemento de regeneração da nação. Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século dezenove. Em realidade, elas fazem parte da concepção liberal de educação que tomou conta do pensamento e da política educacional nesse período. No projeto liberal dos republicanos paulistas, a educação tornou-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social. (SOUZA, 1998, p.26)

Essas associações entre o Colégio Piracicabano, o progresso e as luzes, perpassará todas as notícias veiculadas pela *Gazeta de Piracicaba* sobre a instituição durante o período de análise desse trabalho. Em levantamento sobre as diferentes formulações teóricas e realizações que modificaram a Escola Normal da Praça, em São Paulo, durante o período de 1840 a 1930, Monarcha utilizou como um dos fios condutores de sua pesquisa o estudo do emprego da metáfora “luzes” e “trevas” para analisar as diferenças de sentidos e representações. Para o autor, no imaginário paulista da época o futuro estaria associado à máquina a vapor e ao trabalho, assim como ao nível de civilização. A realização de uma exposição dos produtos da indústria paulista, que participariam da Exposição Internacional de Filadélfia, em 1876, é um demonstrativo dessa associação. Para Monarcha, além da defesa da industrialização, da

expansão das linhas ferroviárias e da educação, também existia a utilização de um vocabulário específico:

Os sujeitos que desenvolvem ideias e atitudes, à sombra do iluminismo, popularizam um vocabulário específico – ‘civilização’, ‘razão’, ‘progresso’, ‘lei’, ‘constituição’, ‘soberania’ – e, acima de tudo, a palavra ‘luz’. Estruturada a partir das máximas do materialismo científico e das explicações racionais, essa linguagem pode ser interpretada como índice de alterações profundas e intensas, que aparecem registradas principalmente nos relatórios oficiais produzidos pelos diferentes administradores públicos, que, de diferentes pontos de observação, periodicamente prestam contas aos seus superiores. (MONARCHA, 1999, p.75)

Apesar de Monarcha realizar o levantamento do vocabulário a partir dos relatórios oficiais dos administradores públicos da província de São Paulo, identificamos na *Gazeta de Piracicaba* o emprego das mesmas palavras para associar a educação norte americana representada pelo Colégio Piracicabano com o progresso. Como destaca Monarcha: “Nesses documentos, a luz interior é identificada com a razão. Refuta-se o milagre e aceitam-se o prodígio e o desígnio; rompe-se o mistério e a ele se retorna” (1999, p.75).

Diferentemente da defesa ao colégio realizada pela *Gazeta de Piracicaba*, a *Gazeta de Notícias* apenas noticiou o acontecimento, com os seguintes dizeres: “Realisára-se a 28²⁵ do passado, em Piracicaba, com a solenidade do estylo, o assentamento da primeira pedra para o edifício destinado á nova escola para educação de meninas” (03 mar.1883, p.1).

Para ampliarmos a identificação dos discursos, vale analisarmos ainda a notícia veiculada pelo jornal católico *O Apóstolo* sobre o evento da colocação da primeira pedra do colégio:

Eis o caso: desde 1875, varios *pastores* methodistas têm-se esforçado para realisarem a fundação de um collegio (internato) protestante, para meninas! Brasileiras nascidas de pais catholicos! Manhosamente caminhando, a empreza conseguiu no dia 8 do mez findo lançar a primeira pedra de um edificio proprio, permanente, consolidado, tendo o auxilio decidido do actual presidente da municipalidade da catholica cidade de Piracicaba! (O APÓSTOLO, 02 mar.1883, p.1)

²⁵ Consideramos que possivelmente houve um erro de impressão na data publicada pela *Gazeta de Notícias*, tendo em vista que o programa do evento de assentamento da primeira pedra do colégio destaca como data de realização o dia 08 de fevereiro e não 28.

Podemos notar que o reforço da palavra “católico” (“brazileiras nascidas de pais catholicos!” e “catholica cidade de Piracicaba”) evidencia a representação do protestante enquanto outro, fora de seu lugar. Na sequencia do trecho apresentado, *O Apóstolo* cita um artigo do jornal *Piracicabano* que resume a história do colégio, afirmando com ironia:

Depois dessa *brilhante* marcha da instituição protestante sancionada na [sic] cidade catholica, não sabemos mais o que admirar: se a audaciosa temeridade dos *Rvds.* Ministros methodistas a afrontarem os brios religiosos de uma nação que herdou o catholicismo como precioso legado dos seus maiores; se a culposa indiferença e manifesta apostasia de pais catholicos, sacrificando o futuro de suas filhas, e aceitando uma educação inviscada do **virus protestante**; se a criminosa tolerancia deste nosso paternal governo, que jurou antigamente, e continua a jurar todos os dias que mantém a religião catholica como a religião do Estado. (O APÓSTOLO, 02 mar.1883, p.1, grifo nosso)

Segundo tal notícia, a causa do espanto dos editores d’*O Apóstolo* não pôde ser identificada, pois uma conjunção de fatores permitiu o desenvolvimento do colégio: a indiferença dos pais, a afronta dos metodistas e a criminosa tolerância do governo. O artigo publicado n’*O Apóstolo* destaca que mais do que a questão educacional referente a disciplinas ou métodos de ensino utilizados pelo Colégio Piracicabano (que não são avaliados pela notícia), a principal questão a ser discutida era a preocupação religiosa com a presença do “vírus” protestante na região.

Tal preocupação fundamentava-se principalmente no proselitismo dos colégios protestantes. De acordo com Hilsdorf,

(...) não podemos esquecer que as escolas protestantes americanas tinham evidentes fins de proselitismo, funcionando como agências catequéticas: a manutenção de estabelecimentos de ensino acadêmico representava na realidade, uma das técnicas de evangelização mais largamente empregadas pela Igreja Reformada na América. (HILSDORF, 1977, p.45)

Se a preocupação principal apresentada no jornal *O Apóstolo* estava centrada na presença protestante e na evangelização realizada dentro da instituição educacional, não podemos desconsiderar a importância da educação como veículo de propaganda e transmissão de cultura. Considerando que a uma instituição de ensino produz sua própria cultura escolar, existia dentro do Colégio Piracicabano aspectos que o diferenciavam dos demais e após o início de funcionamento do colégio no novo prédio esses aspectos se intensificaram: mobiliário importado dos Estados Unidos, com

carteiras individuais que se distinguiam das carteiras coletivas das escolas católicas, a ausência de estrado nas salas de aula, que, assim como destaca Mesquida (1994, p.133), permitiam a aproximação entre alunos e professor, a existência das bandeiras norte americana e brasileira no auditório onde os alunos se reuniam para ouvir a leitura da bíblia e cantar hinos religiosos, sugerindo uma aproximação entre Estados Unidos e Brasil, além da existência de laboratórios de química e física, com equipamentos importados, propondo a identificação dos alunos com a cultura norte americana. Essas características que diferenciavam o Colégio Piracicabano das demais escolas da região tornaram possível a criação de um espaço atraente que propunha pela arquitetura e organização do prédio uma cultura escolar diferenciada.

No mesmo mês de publicação da notícia sobre o assentamento da primeira pedra do prédio que abrigaria o colégio, recuperamos da *Gazeta de Notícias* o terceiro trecho destacado no início desse capítulo, no qual o jornal denunciava a partir da cópia de um artigo escrito na *Provincia de S. Paulo* a forma como o padre da cidade referia-se aos responsáveis pelo Colégio Piracicabano, classificando-os como “lobos de outras religiões, que, encobrando seus vícios e corrupção com a pelle da ovelha, têm-se introduzido n’esta população” (G.N., 29 mar.1883, p.2). Por meio desse artigo que manteve reservada a assinatura de seu autor, começamos a identificar os discursos dissonantes que demonstram alguns dos embates traçados na cidade em decorrência do Colégio Piracicabano. A suposta crítica realizada pelo padre, se realmente foi feita, dirigia-se não somente aos protestantes da cidade, mas também aos pais católicos que permitiam que seus filhos fossem educados por eles. Identificamos aqui uma estratégia de luta pela manutenção do espaço de domínio católico. As críticas do padre revelam a invasão de seu território pelo outro, representado pelo Colégio Piracicabano, que teria se introduzido entre a população. A tentativa do representante da igreja católica da cidade de impor seus valores e recuperar seu domínio evidencia que a representação atribuída aos protestantes, “lobos em pele de ovelha”, faz parte da estratégia para a recuperação da influência entre os pais piracicabanos que matriculavam seus filhos no colégio protestante.

Não podemos negligenciar o fato de que se a influência republicana crescia, seu espaço de poder ainda não era legítimo nesse período, tendo em vista que a monarquia era o regime político vigente. Portanto, se os protestantes vinham para um país que tolerava constitucionalmente outra religião e travavam embates em defesa de suas

perspectivas, os republicanos também mantinham seus discursos e suas representações no campo da luta para o estabelecimento de maior influência e de efetivo poder, daí a importância do confronto no campo das representações.

Um exemplo significativo dessa disputa por espaços de poder se evidenciou em 1884. De acordo com Guerrini, em 04 de maio de 1884, a Câmara da cidade aprovou a planta do edifício destinado à igreja metodista (2009, p.115). Encontramos em outubro de 1885, no noticiário da *Gazeta de Piracicaba* que era o jornal responsável por publicar as atas da Câmara, uma queixa do vigário da cidade quanto ao prédio que estava em construção:

Camara municipal – sessão de domingo, 27, achando-se presentes seis vereadores, sob a presidencia do sr. Dr. Canuto Saraiva
 (...) – O revdm. Sr. Vigario da parochia queixou-se ao exm.sr. bispo diocesano, de haver a camara indefirido sua reclamação contra a torre, que os protestantes estão construindo junto a sua capella á rua da Boa-Morte d'esta cidade: o sr. Bispo queixou-se ao exm. presidente da provincia, e este mandou a queixa á camara para responder.
 Esta assignou naquella sessão o officio de resposta, redigido por seu presidente, informando à s. ex. o sr. Presidente da provincia, que o templo protestante está sendo construído de conformidade com a planta préviamente approvada pela mesma camara, que a approvou por considerar que o art.5º da constituição permite todas as religiões com seu culto particular, em casas para isso destinadas, sem fôrma exterior de templo, e que a torre não pode constituir a especialidade d'essa forma, por haver muito templo catholico sem torre e casas particulares com torres ou torreões. (G.P., 01 out.1885, p.1)

É possível acompanharmos o processo dessa queixa realizada pelo vigário a partir do levantamento efetuado por Guerrini. A resposta que a Câmara deu ao presidente da província foi necessária, tendo em vista que após uma reclamação do vigário à Câmara da cidade, em 23 de agosto – que não obteve sucesso -, foi encaminhada a D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, arcebispo de São Paulo. Guerrini aponta que o arcebispo levou a questão ao conhecimento da Presidência da província e por isso a cobrança à Câmara da cidade para esclarecimentos (GUERRINI, 2001, p.126).

Nesse embate, que durou cerca de dois meses, o conceito de representação mostra-se como uma importante ferramenta de análise, pois, se nenhuma outra religião que não a do Estado poderia construir casas para culto com forma exterior de templo, a imponência de um edifício religioso, permitida somente à religião oficial, tinha sua exclusividade ameaçada. O artigo 5 da Constituição de 1824 determinava: “A religião Católica, Apostólica, Romana, continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas, com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso

destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”. Construir um templo protestante com características externas de uma igreja, seguindo os modelos de outros países protestantes, poderia significar, para os católicos da cidade, uma afronta, já que o prédio de uma igreja é um símbolo do poder religioso, como canal entre o homem e Deus.

Dias depois da publicação da resposta da Câmara ao presidente da província, a *Gazeta de Piracicaba* publicou um artigo que se referia ao acontecimento. Iniciava:

Não ha muito tempo, que à nessa camara municipal foi apresentado um requerimento, no qual, sem mais nem menos, se attentava contra os dias de uma pobre torre, coitada, que sem ter feito mal a ninguem, se viu seriamente ameaçada de dar comsigo em terra, quando apenas vinha de apparecer ao mundo (...). (G.P., 18 out.1885 p.1)

Apesar de não ter “feito mal a ninguém”, a torre mostrava-se como uma ameaça ao catolicismo na cidade, por representar outra religião – e daí os questionamentos do vigário sobre sua construção. Destacamos ainda que a torre não faria “mal a ninguém” apenas na perspectiva dos republicanos da *Gazeta de Piracicaba*, que tinham contra sua opinião grande parte da população católica da cidade.

Como é possível notar na fotografia (Imagem 8), identificamos na rua Boa Morte duas torres. Ao fundo, a torre da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção²⁶ (Imagem 9) e mais a frente, a torre da capela da igreja Metodista, a *Trinity Church* (Imagem 10). O que a fotografia não revela, é que a *Trinity Church* foi erguida entre a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção e a Matriz de Santo Antônio²⁷ (Imagem 11), ou seja, “a via natural de passagem das procissões católicas” (IPPLAP, 2012b, p.20).

²⁶ A Igreja Nossa Senhora da Boa Morte foi construída entre os anos de 1853 e 1855, ao seu lado, estava localizado um cemitério para religiosos. O prédio do Colégio Nossa Senhora da Assunção foi construído ao lado da igreja e quando, em 1901, foi atingido por um incêndio, a reedificação do colégio incluiu a demolição da igreja para a construção de uma nova no local, concluída apenas em 1926. (IPPLAP, 2012b, p.44)

²⁷ A Matriz de Santo Antônio foi construída entre os anos de 1870 e 1875. (IPPLAP, 2012b, p.15)



Imagem 8. A Rua Boa Morte era, e ainda é, uma das principais vias da cidade. Ao fundo podemos notar, à esquerda da fotografia, as torres da Metodista e da Assunção. Fonte: NETTO, 2000, p. 71



Imagem 9. Igreja da Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção. (Fonte: IPPLAP, 2012b, p.4)



Imagem 10. *Trinity Church*. (Fonte: IPPLAP, 2012b, p.20)



Imagem 11. Igreja Matriz de Santo Antônio. (Fonte: IPPLAP, 2012b, p.15)

Nesse contexto de disputa por espaços de poder e representações, não podemos negligenciar que do mesmo modo que republicanos e protestantes se articularam para estabelecerem suas posições, houve também uma movimentação católica no sentido de

fortalecer sua presença no país. No Brasil, o processo de expansão do catolicismo romano sob a influência direta do papado, também conhecido como ultramontanismo ou romanização, iniciou-se em meados do século XIX. Leonardi destaca que como meio de implementação da política ultramontana,

estava a instalação de seminários e escolas, organização de associações para o estímulo de novas devoções a fim de combater aquelas desenvolvidas entre o povo, fundação de jornais e periódicos e ampliação do clero através da vinda de congregações estrangeiras para o país. (LEONARDI, 2010, p.32, nota 20)

Em 1893, as Irmãs de São José de Chambery chegaram à Piracicaba para assumir o Colégio Nossa Senhora da Assumpção. As irmãs de São José vieram para a província de São Paulo em 1858, instalando inicialmente o colégio feminino Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu. Como destaca Leonardi, a vinda de Congregações francesas ao Brasil inseriu-se no contexto não apenas do desenvolvimento da política ultramontana, mas também por um processo de aumento do número de mulheres entrando para a vida religiosa durante o século XIX na França, além de uma posterior internacionalização e/ou exílio dessas Congregações (LEONARDI, 2010, p.29).

Alguns debates que surgiram entre os representantes do Colégio Piracicabano e do Colégio Nossa Senhora da Assumpção serão explorados na sequência.

3. Disse o Imperador: “A religião Católica ainda é a religião oficial do Estado”

A preocupação das lideranças católicas de Piracicaba com a presença protestante na cidade e o estabelecimento do colégio era evidente quando observamos que vinte dias após o lançamento da pedra para a construção do prédio do Colégio Piracicabano, foi divulgada a notícia da realização da benção para o lançamento da primeira pedra de um colégio católico que seria criado, também direcionado para meninas assim como o colégio protestante. Foi a *Gazeta de Piracicaba* que trouxe as informações:

Collegio para meninas – ante-hontem à tarde teve lugar a bençam e lançamento da primeira pedra para a construcção do collegio para meninas, junto à Igreja da Boa Morte, d’esta cidade. (...)

As primeiras pancadas da pedra inaugural e primeiras colheres de rebôco foram dadas e postas pelos srs. Revdm. Vigário Francisco Galvão Paes de Barros, José Custodio Soares de Barros – vice presidente da camara, dr. Afrodisio Vidigal – juiz municipal do termo, e o dr. Adolpho Alberto Nardy de Vasconcellos – promotor publico da comarca, sendo na mesma pedra encerrados um exemplar de cada um dos jornaes desta cidade, um do *Brazil Catholico* e outro do *Apostolo*, bem como os retratos do finado bispo de Olinda, d. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, do secretario do bispado e lente de direito canonico, conego Ezequias Galvão da Fontoura e do revdm. Sr. Padre piracicabano João José Lopes Rodrigues (...). (G.P., 28 fev.1883, p.2)

Diversos fatores podem ser analisados com base nessa notícia. Esclarecemos inicialmente que a construção do colégio católico para meninas foi organizada a partir da iniciativa de algumas pessoas da cidade que se comprometeram em contribuir financeiramente para a realização da obra. Foi instituída uma comissão (da qual não conseguimos descobrir os critérios de escolha), que era a responsável por convocar os contribuintes para reuniões e também para o pagamento do capital que teriam anunciado como promessa.

O vigário da cidade publicou na sessão livre da *Gazeta de Piracicaba* os nomes das 21 pessoas²⁸ que teriam se alistado para contribuir financeiramente com a construção do novo colégio e as quantias renunciadas. Um pequeno texto com considerações significativas encabeçava a publicação dos nomes:

²⁸ Os colaboradores eram: Major Fernando Ferraz de Arruda, Ten. Cel. Antonio de Barros Ferraz, Antonio Corrêa Pacheco, Cel. Carlos de Arruda Botelho, Luiz Antonio de Almeida Barros, Jeremias Ferraz de Andrade, Manoel Morato de Carvalho, Joaquim da Silveira Mello, Conselheiro Antonio da Costa P. e Silva, Dr. João B. da Rocha Conceição, José Amancio da Silveira, Francisco de Souza Barros José Fernando de A. Barros, Francisco Antonio da Rocha, João de Almeida Prado Junior, José Pinto de Almeida, Dr. Pedro Augusto da C. Silveira, Raphael da Silveira Mello, Francisco de Toledo e Silva, Francisco Alves Bonilha, Joaquim E. do Amaral Pinto.

Sr. Editor

E' nutrido das mais lisonjeiras esperanças, que venho a imprensa para congratular me com os distintos cavalheiros, que tanto se exforção na consecução de **um bom collegio de meninas** nesta cidade. Este grande melhoramento, e **verdadeiro progresso** a eles, e só a elles se deve. A memoria de seus nomes passará coberta de bênçãos à posteridade: e ficarão para sempre buriladas em letras indeléveis nos corações dos vindouros. Peço-lhes permissão para declarar os nomes dos que já se acham alistados no numero dos illustres fundadores do collegio e irei sempre declarando os nomes dos que foram se alistando. (...) (G.P., 12 ago.1882, p.2, grifo nosso)

Nas palavras do vigário, o novo colégio seria “um bom colégio para meninas” e representaria o “verdadeiro progresso”. Não podemos negligenciar o fato de que o Colégio Piracicabano era classificado pela *Gazeta de Piracicaba* justamente como sinônimo de progresso. Anunciar, onze meses após a criação do Piracicabano, a apresentação de um “bom” colégio, católico e representante do “verdadeiro progresso” era, portanto, a declaração de um embate pelo vigário e seus contribuintes.

Na mesma data do anúncio dos contribuintes para a construção do novo colégio, havia também o convite para que as pessoas habilitadas para a construção de um edifício para o colégio católico para meninas apresentassem suas propostas, além do pedido para que os contribuintes que ainda não tinham feito sua primeira contribuição financeira, a fizessem.

Duas novas publicações com a solicitação aos contribuintes do pagamento prometido foram realizadas antes da notícia da escolha dos projetos apresentados para a construção do prédio, no dia primeiro de setembro do mesmo ano. Cinco meses após a escolha do projeto, a *Gazeta de Piracicaba* anunciava o convite para a solenidade de benção do lançamento da primeira pedra do edifício, marcada para o dia 19 de fevereiro de 1883 (16 fev.1883, p.2). Devemos realizar algumas comparações: desde 28 de janeiro a *Gazeta* publicava o convite do Colégio Piracicabano para a cerimônia de lançamento da primeira pedra do edifício (imagem 12). Em 16 de fevereiro um novo convite estampava o jornal, dessa vez para a solenidade de benção do lançamento da primeira pedra do colégio católico (imagem 13). Não podemos deixar de notar as diferenças das publicações, no que se refere ao tamanho da notícia e as características tipográficas:

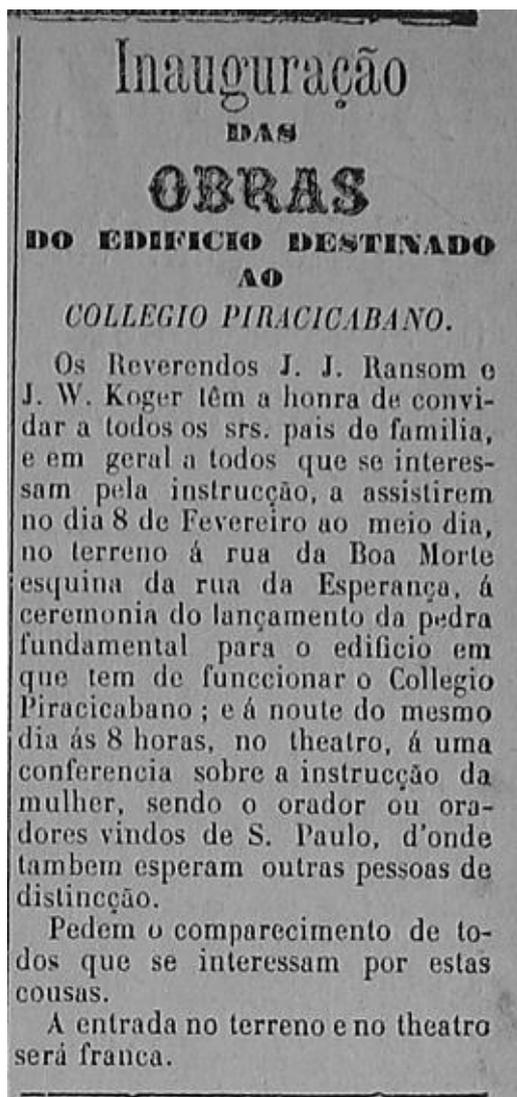


Imagem 12. Convite publicado na *Gazeta de Piracicaba* nos dia 28 de janeiro e 08 de fevereiro de 1883, sempre na terceira página, destinada aos anúncios (fonte: G.P., 28 jan.1883, p.3)

Collegio de meninas.—Por um convite que vimos publicado pelo revdm. sr. vigario Francisco Galvão Paes de Barros, sabemos que no dia 19 d'este mez ás 5 horas da tarde solemosise a bençã da primeira pedra que tem se

lançada para construcção do edificio que deve funcionar o collegio de meninas proximo á igreja da Boa Morte. serão ouvidas n'essa occasião as duas bandas de musica habilmente dirigidas pelos professores srs. J. L. Albertum e Escobar.

Imagem 13. Notícia de 16 de fevereiro de 1883, na segunda página da *Gazeta de Piracicaba* (fonte: G.P., 16 fev.1883, p.2)

Não sabemos informar o preço pago por tais publicações, nem mesmo se houve algum custo. Entretanto, vale destacar que o impacto visual causado pelas notícias são diferentes, dado o destaque para a chamada “Inauguração das obras do edificio destinado ao Collegio Piracicabano”, com a utilização de negrito, itálico e outra fonte tipográfica.

A cerimônia de inauguração do prédio do colégio católico prevista para ser realizada no dia 19 de fevereiro foi transferida para o dia 26 do mesmo mês, devido ao

mal tempo. A *Gazeta de Piracicaba* publicou informações sobre o evento²⁹, como citado acima, mas juntamente com as informações sobre quem estava presente, os exemplares dos jornais e os retratos guardados junto a pedra, o jornal trazia um comentário que não deixa de evidenciar sua vertente republicana e a oposição à educação católica:

Há poucos dias applaudíamos a inauguração das obras destinadas ao edificio em que deve funcionar o “Collegio Piracicabano”, certos de que n’esse estabelecimento não se vai alliar á instrucção a propaganda religiosa de qualquer seita. N’esta convicção continuaremos com nossos louvores, que, ao momento em que se nos apresentar o contrario se transformarão em censuras, porque desejamos a instrucção puramente scientifica, e desembaraçada de preconceitos, como muito bem disse um dos illustrados oradores de ante-hontem.

Não pretendemos discutir, mas não podemos abafar a convicção para deixarmos de dizer que todo o estabelecimento de instrucção que alliar à sua nobre missão um outro fim que não seja esclarecer os espiritos jovens sem intervenção de principios religiosos, não póde ser accitavel em toda sua plenitude. Deve-se instruir, e deixar que as pessoas adoptem esta ou aquella religião, conforme entenderem melhor, por seus espiritos já então esclarecidos. (...)

Assim entendendo, só podemos bem dizer o “Collegio d’Assumpção” na parte em que promete instruir, esclarecer o espirito da mulher, que é par excellencia a base da sociedade, e não na parte em que confunde com a instrucção o ensino religioso. (G.P., 28 fev.1883, p.2)

Cabe aqui algumas considerações sobre a afirmação da *Gazeta de Piracicaba* de que estariam certos da inexistência da propaganda religiosa dentro do Colégio Piracicabano. Como já destacamos, para os protestantes norte americanos, os estabelecimentos de ensino serviam também como espaços de evangelização. Encontramos nas cartas da diretora Watts considerações significativas nesse sentido que demonstram que, diferentemente do que afirmava a *Gazeta de Piracicaba*, as práticas religiosas faziam parte da rotina da instituição. Em uma das cartas escrita por Watts em 1883, a diretora se refere aos comentários da *Gazeta de Piracicaba* sobre os exames realizados em dezembro de 1882:

²⁹ Consideramos interessante o fato de o jornal *O Apóstolo*, que publicou críticas sobre a construção do prédio do Colégio Piracicabano, não divulgar nenhuma notícia sobre a construção do Colégio Nossa Senhora da Assumpção. Conjecturamos que a ausência de notícias pode ter sido gerada pela distância entre Piracicaba e Rio de Janeiro, somada ao fato de que a criação do Assumpção foi uma iniciativa do vigário da cidade juntamente com uma parcela da população – e não uma proposta vinda dos setores mais altos da igreja Católica. Assim, não sabemos se a informação sobre a construção do colégio chegou aos responsáveis pelo jornal, ou se foi considerada irrelevante.

A *Gazeta de Piracicaba* deu a conta mais brilhante de nosso exame, e como não posso dar à senhora todos os detalhes agora, irei traduzir, e a senhora pode dar tais extratos como melhor lhe convier.

Muito do modo das lições, músicas e poemas foi deixado de fora; mas nada foi tão sentido quanto as aulas de história de Miss Newman e as aulas de geografia de Mlle. Rennotte. O artigo principal foi escrito pelo Prof. Omparet, que vinha aqui o tempo todo e questionava as aulas quando lhe dávamos oportunidade.

Ele não mencionou que iniciávamos as aulas a cada manhã com a **leitura da Bíblia e oração**, nem que terminávamos a aula com a **Oração do Pai Nosso e a Bênção**; nem mesmo mencionou as duas belas **canções** que eram cantadas – “Shall We Know Each Other There?” (Lá nos conheceremos?) e “When the Mists Have Cleared Away” (Quando a névoa se desfizer). (MESQUITA, 2001, p.50, grifo nosso)

Watts evidencia que a matéria da *Gazeta de Piracicaba* suprimiu de sua notícia as práticas religiosas do colégio. Em outra carta, a diretora comenta sobre o ensino religioso em suas aulas:

Dei uma aula recentemente para a minha turma mais adiantada sobre a edificação do Tabernáculo e a consagração dos padres; (...) Eles parecem gostar do Evangelho que eu tento ensinar a eles a partir destas lições e quando eu mostrei que o Tabernáculo representava a Igreja de Deus no mundo e que as partes (...) representavam as diversas seitas reunidas pela fé comum em Cristo, o único Salvador, eles pareceram tocados com a ideia e aceitaram-na. (MESQUITA, 2001, p.60)

Notamos então, a partir das notícias veiculadas pela *Gazeta de Piracicaba* sobre o Colégio Piracicabano, uma estratégia para a construção de uma representação do colégio associando-o ao ensino cientificista, do mesmo modo que desassociava de questões religiosas. Entretanto, no período entre as publicações de notícias sobre o início das construções dos colégios, algumas discussões religiosas envolvendo o Colégio Piracicabano suscitaram debates no jornal. A *Gazeta de Piracicaba* trazia em 18 de fevereiro de 1883, período de intervalo entre os lançamentos da pedra do Colégio Piracicabano (08 de fevereiro) e do Colégio Nossa Senhora da Assumpção (28 de fevereiro), um artigo publicado por James W. Kogger, pastor da igreja Metodista de Piracicaba, em resposta a um texto divulgado pelo jornal *Piracicabano*³⁰. Apesar de não possuímos acesso ao texto publicado no *Piracicabano*, o início do artigo de Kogger possibilita conhecermos o título do referido texto. Kogger afirmava: “Apareceu hontem nas columnas do *Piracicabano* um quarto artigo intitulado ‘Collegio de meninas’ cujo fim foi fallar mal contra a Igreja Methodista e dar falso testemunho contra o proximo a

³⁰ O *Piracicabano* teve início em 1876. Infelizmente não encontramos exemplares dessas publicações para consulta.

favor da Igreja Romana” (G.P., 16 fev.1883, p.2). Na sequência, Koger apresentou uma defesa aos protestantes traçando algumas reflexões sobre a leitura da Bíblia. O artigo de Koger deixa evidente que a discussão travada por meio da imprensa se fazia a partir das diferenças religiosas entre metodistas e católicos.

Outros textos de resposta às publicações do jornal *Piracicabano* foram divulgados na *Gazeta de Piracicaba*, escritos não somente por Koger, mas também por Rennotte, professora do Colégio Piracicabano e contribuidora frequente da *Gazeta*. Em um deles, a resposta de Rennotte ao artigo do jornal *Piracicabano* circulava em torno de uma discussão sobre os métodos de ensino do Colégio Piracicabano, mas também sobre o interesse dos protestantes em se estabelecerem na região (G.P., 28 jan.1883, p.2).

O início das aulas no novo prédio do Colégio Piracicabano se deu em janeiro de 1884. Em junho do mesmo ano uma descrição do prédio e suas acomodações foi publicada pela *Gazeta de Piracicaba*, juntamente com a informação de que a instituição contava com mais de 60 alunas frequentes “e alguns alunos menores de 12 anos” (11 jun.1884, p.2).

A existência de um edifício construído para abrigar a instituição é importante, uma vez que, como já destacamos, grande parte das instituições de ensino nesse período localizavam-se em prédios alugados, não construídos com a finalidade de acomodar uma escola. O destaque que o novo prédio proporcionaria ao colégio aumentava considerando as demais construções existentes na cidade, pois, de acordo com a descrição de Piracicaba feita por Watts em 1881, a cidade não possuía “casas grandiosas ou sofisticadas”, “quase todas as casas antigas são de barro” e mesmo as mais novas, de alvenaria, seguiam o estilo das antigas (MESQUITA, 2001, p.32-3; Cf. RAFAETA, 2007).

Em *Arquitetura Eclética na cidade de Piracicaba*, dissertação de Marcelo Cachioni, na qual se dedica a um estudo dos edifícios mais representativos da arquitetura eclética na cidade de Piracicaba, o autor traça as características do edifício do Colégio Piracicabano, defendendo que a construção se assemelha a outras edificações escolares protestantes, especialmente às construções originais do Colégio ‘Culto à Ciência’ de Campinas, do Colégio Internacional de Campinas e do Instituto Mackenzie de São Paulo. Sobre o prédio do Piracicabano, afirma:

O Edifício Principal foi construído com características da arquitetura norte-americana com influência do neoclássico paladiano, que é comum na Grã-Bretanha e Estados Unidos. A execução em alvenaria aparente também é típica destes países, no século XIX.

A fachada principal original apresentava-se dividida em três corpos, sendo o central destacado dos laterais, em altura e comprimento. Com quatro pilastras da ordem dórica arrematando as três grandes janelas centrais em arco pleno no primeiro pavimento, se compunham diretamente com as três aberturas em arco abatido do pavimento térreo, a portada central e as janelas laterais. Os corpos laterais simétricos apresentavam na parte frontal duas janelas no térreo e duas no superior, com peças envidraçadas de abrir para dentro, e venezianas independentes. A dimensão do edifício só apresentava três janelas na fachada da Rua D. Pedro II, sendo os blocos restantes, de construções posteriores. Arrematando os arcos plenos e abatidos das envasaduras é possível ainda observar o tratamento estético feito com os próprios tijolos da obra. O edifício apresenta também, um beiral de pequenas proporções com tijolos trabalhados em diagonal. Possivelmente, tenha sido um dos primeiros edifícios cobertos com telhas francesas do tipo ‘Marselha’ na cidade. (CACHIONI, 2002, p.156-7)

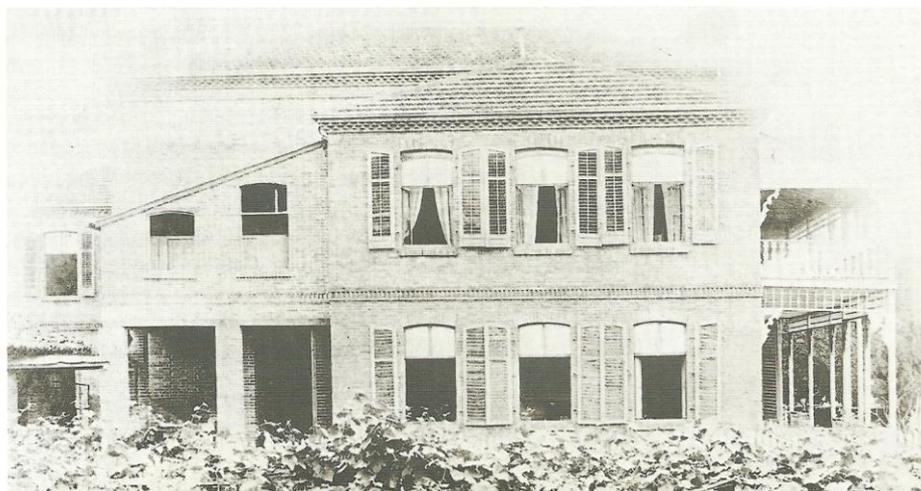


Imagem 14. Primeiro prédio próprio do Colégio Piracicabano, inaugurado em 1884 (fonte: ELIAS, 2001, p.60)

O jornal também apresentava na mesma edição uma descrição do prédio do Colégio Assumpção, que apesar de estar “adiantado”, encontrava-se com as obras interrompidas³¹.

³¹ “Como se vê, está bastante adiantada a construção deste edificio, sendo de esperar-se que, a não haver algum contratempo, em breve fique terminada.” (G.P., 11 jun.1884, p.3)



Imagem 15. Prédio do Colégio Nossa Senhora da Assunção, após o incêndio ocorrido em 1901. (fonte: IPPLAP, 2012a, p.22)

A interrupção das obras devia-se à dificuldade financeira, o que fez com que a finalização do prédio demorasse a acontecer. Encontramos na *Gazeta de Piracicaba* nas edições dos dias 28 e 30 de maio e 01, 04, 06 e 18 de junho, publicações indicativas desse fator:

A comissão encarregada de levar a efeito nesta cidade áquelle collegio, pede hoje por esta folha ás pessoas que não realisaram ainda toda a entrada do capital a que se comprometteram, o favor de completal-a, fazendo entrega das respectivas quantias ao thesoureiro sr. Ricardo Pinto de Almeida. No ponto de adiantamento em que se acha o collegio, não demanda mais de grandes capitaes para sua conclusão. Os abaixo assinados desde já agradecem a attenção que merecerem no pedido que ora fazem. (...) (G.P., 18 jun.1884)

De acordo ainda com as notícias da *Gazeta de Piracicaba*, o comparecimento de apenas alguns contribuintes do colégio à reunião de 19 de outubro, fez com que nenhuma deliberação pudesse ser tomada sobre a conclusão do edifício. A próxima notícia sobre a finalização do Colégio Assunção informava, em novembro de 1886, que os subscritores da escola estavam dispostos à desistir de suas partes em favor da congregação das Irmãs de São José, para tornarem possível a finalização da obra (30 nov.1886, p.3). As irmãs de São José de Chambery³² eram as mantenedoras do colégio

³² As irmãs fundaram diversas escolas no Brasil, entre elas: Itu (1859), Campinas (1883), Taubaté (1880), Franca (1888), Piracicaba (1893), Jaú (1901). Para mais informações Cf. MANOEL, 1996.

de Nossa Senhora do Patrocínio, localizado em Itu, cidade da região marcada pela grande presença do ensino católico.

Ao longo dos anos de 1887 e 1888 ainda encontramos reclamações no jornal sobre a não conclusão do prédio que permanecia como um edifício abandonado, acumulando “mato”, “letreiros” e alvo de imoralidades (G.P., 17 e 19 jul.1887; 06 jan.1889).

De acordo com Guerrini, em *História de Piracicaba em Quadrinhos*, livro resultado de longa pesquisa realizada pelo autor em bibliotecas, institutos e arquivos, as primeiras irmãs de São José chegaram na cidade em 10 de agosto de 1893, realizando uma festa comemorativa 5 dias depois. Consta em seus quadrinhos:

10 de agosto – Chegam a Piracicaba as primeiras Irmãs de São José, em número de seis, a fim de tomar conta de um colégio para meninas, que mais tarde, recebeu o nome de Colégio Nossa Senhora da Assunção. (2009, p.241)

15 de agosto – foi solenemente e festivamente instalado o Colégio Nossa Senhora da Assunção, sendo suas primeiras alunas as meninas Maria das Dores Correia, filha de Joaquim Mateus Correia e Alcilia Teixeira, filha de Joaquim Teixeira. (2009, p.241)

A obra *Piracicaba – Documentário* de 1936, também atesta o ano de 1893 como o de início do funcionamento do colégio Nossa Senhora da Assunção (NEME, 1936, p.202). Manoel, em *Igreja e educação feminina* (1895-1919), trabalho no qual analisa o cotidiano das escolas feministas das irmãs de São José de Chamberry, confirma as informações de Neme e Guerrini, pontuando o ano de 1893 como o de criação do colégio. Apresentamos esse levantamento, pois no ano de 1893 não foi encontrada nenhuma notícia sobre o início do funcionamento desse educandário na *Gazeta de Piracicaba*.

A inexistência de artigos ou propagandas sobre a inauguração do colégio Assunção e a chegada de suas primeiras alunas na *Gazeta de Piracicaba* revela-se demasiadamente importante, tendo em vista que o jornal sempre fornecia informações sobre os inícios das aulas nas escolas da cidade, além de comentários sobre os principais eventos. Consideramos que provavelmente essa notícia não tenha sido veiculada pela *Gazeta de Piracicaba* pelas características do jornal, declaradamente republicano, crítico em diversos momentos à oficialidade religiosa no país e ao ensino religioso.

Além da ausência de notícias sobre o início do funcionamento do colégio Assunção, também não encontramos comunicados sobre a chegada das irmãs de São

José à cidade. De acordo com Guerrini, as irmãs teriam chegado em 10 de agosto de 1893 (2009, p.241), entretanto, apesar de a *Gazeta de Piracicaba* frequentemente divulgar a entrada e saída de pessoas consideradas importantes na região, não há notícias sobre as irmãs. Possivelmente, a recusa em informar sobre os acontecimentos da escola católica na cidade pode estar relacionada a tentativa de não deixar o colégio em evidência. Ressaltamos que essa hipótese encontra-se no campo das conjecturas, entretanto é possível encarmos o silêncio do jornal como uma estratégia, já que as chances de os redatores do jornal não saberem dos acontecimentos é praticamente nula.

A primeira notícia que anuncia que o colégio católico já estava em funcionamento é apenas de 1894, entretanto é somente uma pequena referência no corpo de um informe sobre a criação de Escolas Normais na região: “Não ha negar que os alumnos da Propagadora da Instrucção e as alumnas do Collegio Piracicabano sem fallar no Collegio Assumpção, ainda noviço – tem preparo egual, se não melhor do que proporcionam as escolas annexas ás normases” (G.P., 01 ago.1894, p.1).

Não tivemos acesso aos livros de matrículas e registros do extinto colégio Nossa Senhora da Assunção, entretanto, Neme aponta que “No anno de sua inauguração, já o Collegio, matriculou cento e vinte alumnas internas”, número que demonstra o apoio de piracicabanos à instituição (NEME, 1936, p.202).

Apesar dos números apontarem o crescimento desse colégio, encontramos na *Gazeta de Piracicaba* diversas críticas à instituição. Nas edições de 10 e 31 de maio de 1896, denunciavam que duas cartas de alunas enviadas a suas mães não teriam como autora as assinantes dos textos, na primeira carta, uma menina entre 10 e 12 anos e na segunda, uma aluna de 14 anos. A denúncia se dava pelo conteúdo das cartas, que, de acordo com a *Gazeta* seriam embustes, “um verdadeiro conto do vigário passado pelas freiras nos paes e mães de essas alumnas” (G.P., 10 maio1896, p.1). Nas duas denúncias, havia ainda acusações sobre o modo como as freiras tratavam as alunas, abaixo apresentamos um trecho:

É assim que inquirem sempre as alumnas sobre o procedimento das collegas, impondo-lhes a obrigação de contar as faltas que tenham praticado havendo então um bom numero de crianças e meninas que se prestam ingenuamente para desempenhar o papel indigno de delatora. Mas para isso há um ritual, com formalidades próprias. A menina que tem qualquer novidade a delatar dirige-se a uma freira e de joelhos, como quem confessa, faz a narração, que é sempre recebida com agrado. Em regra estas narrações versam sobre pequenas faltas de comportamento, e também sobre o assumpto das revelações, expressamente prohibidas.

Si por exemplo uma menina, quando visitada pela família descuidadamente se queixa de alguma coisa do Collegio, de modo a que possa ser ouvida por collegas suas, pagará logo o pecado, por que não faltam delatoras officiosas. As que se prestam de boa vontade ao vergonhoso officio de delatoras, são recompensadas com tratamento melhor por parte das freiras, que lhes dão santinhos, verônicas, etc. não lhes passam pitos, etc. (G.P., 31 maio1896, p.1)

O autor das críticas era Antonio de Moraes Barros, que finalizava o texto com os dizeres:

Isto tudo passa dos limites do tolerável, e é por isso que nos julgamos obrigados a trazer á publico estes factos, afim de que os srs. paes e mães de família fiquem sabendo o modo pelo qual podem suas filhas ser tratadas no Collegio Assumpção, e a educação moral perversiva do caráter que lá recebem. (G.P., 31 maio1896, p.2)

Uma análise das críticas dirigidas ao tratamento dado pelas Irmãs às alunas foi realizada por Scremin, em *Pobre coração de Maria: Assistência e educação de meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX*, dissertação na qual o autor demonstra que, assim como no caso do Colégio Assunção de Piracicaba, outras escolas, colégios, e até mesmo os asilos dirigidos por ordens religiosas não agiam de forma independente ou autônoma e sim “em concordância com as ordens religiosas” (2009, p.132). Nesse sentido, as críticas dirigidas pelo jornal *Gazeta de Piracicaba* não eram isoladas, pois “marcavam claramente a posição das elites republicanas, em relação à educação oferecida pelos colégios católicos” (SCREMIN, 2009, p.128).

Podemos notar com as passagens acima apresentadas que os debates na cidade de Piracicaba englobavam diversos fatores, que não permitem que realizemos uma análise a partir de um único olhar: as críticas apresentadas pelo jornal católico *O Apóstolo* com relação à criação do colégio protestante na cidade, a defesa da mesma instituição pelos republicanos representados pela *Gazeta de Piracicaba*, a tentativa de fortalecimento do Colégio Piracicabano pelas lideranças metodistas que se estabeleceram na região, nos possibilitam um campo rico de representações, discursos e disputas por influência a partir de diferentes estratégias e táticas – seja a propaganda em defesa de uma instituição, a crítica à ela e/ou as pessoas nela envolvidas, ou mesmo o silêncio.

Nesse sentido, outra relação deve ser estabelecida, pois como propusemos no primeiro capítulo desse trabalho, faz-se necessário a compreensão do quadro mais amplo que circunda as relações educacionais da cidade.

3.1 Caso Vianna³³

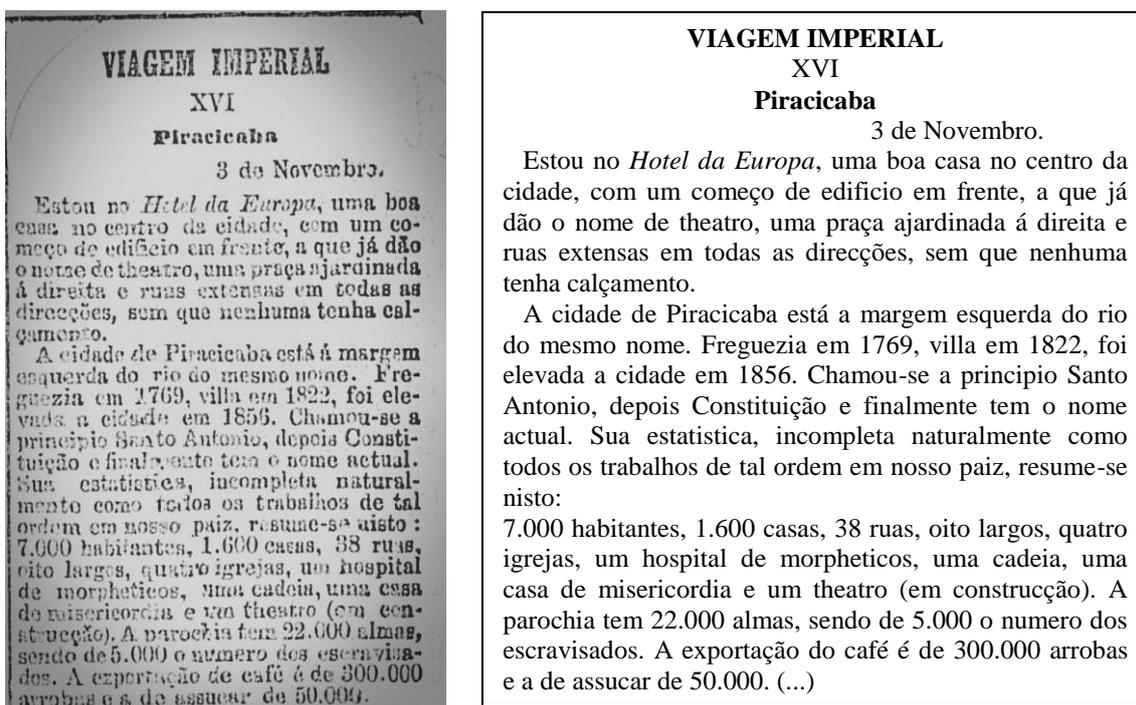


Imagem 16. (fonte: O PAIZ, 07 nov.1886, p.1)

Em outubro de 1886, o imperador D. Pedro II iniciou uma visita ao interior da província de São Paulo, passando por diversas cidades do oeste paulista. De acordo com Netto (2002/3), o motivo da visita foi uma recomendação dos médicos da Corte à imperatriz Teresa Cristina para que realizasse uma “estação de águas”. Para tal, a cidade de Poços de Caldas foi escolhida pelas suas águas termais utilizadas para tratamento e D. Pedro II teria aproveitado a oportunidade para inaugurar um novo trecho da Estrada de Ferro Mogiana, que servia à província de São Paulo. A zona cafeeira paulista foi visitada, com a passagem por Batatais, Mogi, Campinas, Porto Ferreira, Jundiaí, Itu, Capivari e, finalmente, Piracicaba. A fase final da excursão compreendeu as regiões de Rio Claro, Bragança, São Paulo e Santos.

Durante o período da viagem, os jornais *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* mantiveram espaços reservados para as publicações referentes aos principais acontecimentos da jornada, descritos pelos jornalistas que acompanharam a comitiva imperial. Em seis de novembro de 1886, *O Paiz* informava que após passagem pela cidade de Itu no dia dois do mesmo mês, o imperador e sua comitiva chegaram à cidade

³³ Parte dessa análise foi discutida no IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares, 2012, Lisboa.

de Piracicaba. Na edição do dia seguinte, sete de novembro, o jornalista que acompanhava a comitiva imperial escreveu algumas informações sobre a cidade, como destaca o recorte exposto no início desse capítulo (imagem 16). Na sequência do trecho apresentado, que ocupou a última coluna inteira da primeira página do jornal, expunha a seguinte colocação:

Tratemos de Sua Magestade o imperador, que ás 6 de manhã, seguido da sua comitiva (com excepção dos representantes da imprensa, que só tiveram conhecimento do que se passou durante o dia depois de ter cahido a noite) visitou os trabalhos de encanamento de agua do Salto, examinando o aparelho filtrador; a fabrica de tecidos do Sr. Luiz do Queiroz; a cadeia nova, onde achou máo o estado das enxovias, dando-se ahi um curioso dialogo que passo a reproduzir.

Vendo o imperador uma Biblia protestante sobre a mesa, perguntou:

- Que livro é este?

- É o livro dos juramentos.

- Oh! Livro de juramentos, uma Biblia Protestante?

- E... essa biblia... é propriedade do Sr. Juiz de direito...

Sua Magestade riu-se... (O PAIZ, 06 nov.1886, p.1)

A mesma viagem e a chegada do imperador à cidade de Piracicaba também foi divulgada pela *Gazeta de Notícias*, no dia dez do mesmo mês. Nas palavras do correspondente do jornal:

De todas as localidades da província, Piracicaba é a que se mostrou mais fria para com os imperiaes viajantes. Depois dos vivas obrigados da estação, cada um dos habitantes voltou ao seu trabalho diario – salvo aquelles que voltaram ás tavernas, onde passam o dia n’uma pacata vadiação, a conversar com os cocheiros de carros.

Em manifestação publica, além da que houve na estação, apenas realizou-se mais uma, á noite. O povo, acompanhando uma banda de musica, dirigiu-se ao palacio e ahi muitos oradores fizeram diversos discursos, terminando sempre por vivas a Sua Magestade, mas tratando quasi que exclusivamente dos meritos do Sr. Ministro da agricultura, do Sr. Presidente da provincia, do partido conservador. Alguns oradores dirigiram tambem phrases attenciosas aos representantes da imprensa da provincia e da côrte. (G.N., 10 nov.1886, p.2)

Associamos, ainda que no campo das conjecturas, a recepção “fria” da cidade à comitiva imperial relaciona-se com a grande influência republicana existente na região. Como destaca Percin, a partir das eleições de 1876 já era possível notar o crescimento, lento, mas qualitativo, do eleitorado republicano. Enquanto o litoral e o Vale do Paraíba tinham grande influência dos monarquistas, a autora afirma que na região de Campinas e Piracicaba “as elites republicanas vinham disputando espaço aos monarquistas com certo êxito” (2004, p.54).

Além da ressalva quanto a falta de acolhimento da cidade, notamos que a *Gazeta de Notícias*, assim como o jornal *O Paiz*, mencionou sobre a existência de uma bíblia protestante como livro de juramentos:

Sua Magestade visitou escolas publicas; os trabalhos de canalisação de agua potavel; (...) a casa da camara, onde viu uma biblia protestante, que era o livro do juramento, segundo declarou o presidente edil, accrescentando que tal livro pertencia ao Dr. Juiz de direito. (...) a matriz, onde Sua Magestade, conversando com o vigario, aconselhou-lhe que reagisse contra a propaganda protestante, que está avassalando a cidade, ensinando e instruindo seus parochos na religião do Estado; (...)

A observação de Sua Magestade ao Sr. Vigario repousa sobre um facto indiscutivel. A propaganda acatholica n'esta cidade parece já invencivel; as meninas e meninos das principaes familias estão confiados a educadores protestantes, e abortou completamente a tentativa da creação de um collegio dirigido por irmãs de caridade, para o qual até se fez casa. (G.N., 10 nov.1886, p.2)

Nessa edição, além do comentário sobre a bíblia, a *Gazeta de Notícias* ressaltava o conselho de D. Pedro II ao vigário. Após esse breve recorte de uma sequência de notícias que tinham como função informar a população sobre a viagem do imperador, retomamos os pontos principais da discussão: temos primeiramente o questionamento realizado pelo imperador sobre que livro era o que estava sobre a mesa da cadeia da cidade de Piracicaba, na sequência, a resposta de que era uma bíblia protestante do juiz e, como destaca o trecho divulgado pela *Gazeta de Notícias*, o posterior conselho de D. Pedro II ao vigário para que “reagisse contra a propaganda protestante”. Temos, a partir desses excertos, o início de uma discussão que alcançou dimensões internacionais.

Também no dia dez, *O Paiz* retomava na sessão *Tópicos do dia* a questão da bíblia utilizada para a realização dos juramentos em Piracicaba, ampliando a discussão ao usar o suposto comentário do imperador como mote para valorizar a ação dos protestantes e para discutir sobre a escravidão:

Não sabemos se as biblias protestantes são apropriadas ou não para, sobre ellas, prestarem juramento os funcçionarios municipaes de Piracicaba, como humoristicamente reflexionou Sua Magestade: o que sabemos é que o protestantismo de S. Paulo envia-nos cousas muito preciosas, como, por exemplo, este 8º opusculo em que se trata do christianismo e suas relações com a escravidão. São folhetos de propaganda, mas de propaganda social (...) O que ahi fica é bastante para qualificar como benemeritos da terra de José Bonifacio os que se esforçam em nome do protestantismo, a combater aquelle inimigo que foi o adversário implacavel de José Bonifácio.

Podem os funcionarios de Piracicaba jurar sobre essa Biblia que mereceu um commento imperial: os que a espalham em S. Paulo, espalham tambem sementes de liberdade. (O PAIZ, 10 nov.1886, p.1)

Como podemos notar, a utilização de uma bíblia protestante para realizar juramentos tornou-se um motivo para a discussão de questões polêmicas como escravidão, liberdade e protestantismo. Entretanto, a discussão começou a tomar um significado mais amplo quando o fato se repetiu também na cidade de Sorocaba. *O Paiz* do dia quinze de novembro, narrando ainda as passagens do imperador pelo interior da província de São Paulo, relatava: “Na camara municipal [de Sorocaba] o livro de juramentos é uma Biblia protestante; o imperador, vendo-a disse: - ‘A religião catholica ainda é a religião do Estado’. E afastou-se, denotando certo enfado” (15 nov.1886, p.1).

Encontramos também comentários sobre esses acontecimentos no *Expositor Christão*, na edição de primeiro de dezembro do mesmo ano. O redator iniciou seu texto afirmando: “O que se segue já é um pouco velho. Comtudo pela sua graça não posso deixar de dal-o aos nossos leitores os principaes jornaes da côrte e do paiz”. Na sequência, apresentou as matérias do jornal *O Paiz* e da *Gazeta de Notícias* iniciando a defesa dos valores protestantes e um debate com o jornal católico *O Apóstolo*. Sobre o conselho do imperador ao vigário da cidade para reagir contra os protestantes, ensinando e instruindo os párocos da região, o redator do *Expositor Christão* afirma:

Ora! Ora! si os parochos nestes trezentes annos não puderam instruir o povo brasileiro na religião do Estado, então quando o poderão fazer?

Boa lembrança essa do Imperador, aconselhar que se instruissem os “parochos” na religião do Estado.

O que fizeram elles durante os annos que cursaram no seminario?

Mas não é sómente o Imperador que é da opinião que lá nada apprenderam de religião.

O Apóstolo mostra-se furioso com o progresso do Evangelho lá.

Fallando dos cidadãos dessa cidade prospera e sob o ponto de vista de instrucção muito acima das demais cidades do Brazil, o *Apóstolo* emprega estes termos: “Um povo ignorante, sem educação domestica, sem instrucção precisa de seus deveres religiosos.” Ora, meu amigo, admittido que seja verdadeira esta declaração, vos pergunto: quem deixou aquella gente neste estado de precisão?

Declaramos sem o minimo receio de sermos contrariados, que em todo o Imperio a grande maioria está n’um estado lastimavel de ignorancia e superstição (...). (E.C., 01 dez.1886, p.3)

Com o *Expositor Christão*, jornal da igreja metodista, notamos que o debate já iniciado pelo jornal *O Paiz*, tornou-se mais incisivo e se estendeu por cerca de cinco meses. Ao final da mesma notícia exposta acima, que teve como título “A Propaganda acatholica em Piracicaba”, o redator afirmava: “Acautelai-vos cidadãos de Piracicaba! Que não caiaes no estado de atrazo dos Estados-Unidos e da Inglaterra, onde reina o

protestantismo”. A utilização da ironia como um artifício para comparar Estados Unidos, Inglaterra e Brasil evidencia a perspectiva, já apresentada nesse trabalho, de que os dois primeiros países poderiam ser considerados modelos de progresso. Notamos que há ainda um reforço nas palavras “ignorância” e “superstição” que evidenciam, como já destacamos, os debates entre as representações de progresso e atraso.

A notícia do jornal *O Apóstolo* a qual o *Expositor Christão* respondia, comentava com agressividade a matéria da *Gazeta de Notícias* de dez de novembro que exibimos acima. Em suas palavras, “a maldita heresia filha de Lutero” – o protestantismo – pretendia dominar Piracicaba e estava matando a fé do povo “sob o manto da instrução”, abusando da hospitalidade das autoridades e dos governos e impelindo “uma população inteira nas trévas das heresias e erros”. Afirmavam ainda que quase toda a população da cidade deixou-se “apanhar na rede do protestantismo” e que as autoridades pactuavam com tais princípios, assim como os pais, que deixavam seus filhos estudarem nos colégios onde “ingerem o veneno da descrença e se preparam para propagadores das mentiras, dos horrores e heresias dos filhos do frade apostata e crapuloso Lutero, ou do incestuoso e assassino Henrique VIII”. *O Apóstolo* continuava a crítica, afirmando que não somente o pároco da cidade deveria se opor a “invasão protestante”, clamando para que a população também agisse: “saibam também os catholicos defender e sustentar suas crenças, e o governo de Sua Magestade, que presta juramento de ser catholico” (12 nov.1886, p.1-2).

Os termos “maldita heresia”, “trévas das heresias e erros”, “veneno da descrença”, “propagadores das mentiras, dos horrores”, demonstram as representações dos protestantes propostas pelo jornal católico aos seus leitores que, ao final da notícia não se eximia de proclamar a luta contra os invasores.

Dez dias após essa publicação do jornal *O Apóstolo*, o *Expositor Christão* reproduziu uma matéria do *Rio News*, jornal também publicado no Rio de Janeiro, que alertava para o caráter “irrefletido” do conselho de sua Majestade, tendo em vista que um conselho para a reação contra os protestantes poderia desencadear em pessoas ignorantes e supersticiosas um “frenezi de perseguição.” Finalizam o texto do seguinte modo:

Apedrejar missionarios protestantes, queimar os seus livros, dispersar as suas reunioes e expulsal-os de uma cidade com ameaças de violencia são já incidentes não pouco frequentes, mas o que devemos esperar quando tornar-se conhecida a vontade do Imperador? (E.C., 22 dez.1886, p.4).

Encontramos uma rede de jornais que respondiam as críticas uns dos outros, por vezes assumidamente, ou mesmo sem citar o jornal ao qual respondiam, mas deixando evidente a amplitude do debate. Como vimos, republicanos, católicos monarquistas e protestantes utilizavam de diferentes estratégias para a defesa de seus posicionamentos. Entretanto, a questão se ampliou quando outro acontecimento foi inserido na discussão. Dialogando com uma notícia sobre o Colégio Piracicabano publicada em fevereiro no jornal *O Paiz*, o *Expositor Christão* informava a sociedade por meio de uma carta do pastor James L. Kennedy, a exigência do Inspetor de Ensino Abílio E. Vianna, de que para a continuidade do funcionamento do Colégio Piracicabano era necessária a contratação de um professor para o ensino da religião oficial do estado, além da exclusão dos meninos da referida instituição, principalmente os maiores de 10 anos. Kennedy considerava³⁴ que a tentativa de fechamento do Piracicabano não podia ser analisada separadamente do conselho dado pelo imperador ao vigário de Piracicaba:

Desde 1881 funciona o dito collegio da mesma fórma que actualmente, sem embargo algum; mas, de há alguns dias a esta parte, têm cousas mudado: o Sr. Inspector litterario do districto, Dr. Abilio Vianna, que até então não tinha achado motivo para avisar a directora do Collegio Piracicabano de que estava ella fóra da lei, ou que até então não quis cumprir com esse dever, entendeu agora que esse collegio precisa de um professor da religião do Estado! Coincide, Sr. Redactor, que o aviso official (abaixo transcripto) foi ás mãos da directora, pouco tempo depois do conselho que Sua Magestade o imperador deu ao vigario de Piracicaba “reagir contra a propaganda protestante, que está avassalando a cidade”. (Piracicaba)
 Quizeramos saber se Sua Magestade o imperador, que goza no estrangeiro da fama de ser muito liberal e de proteger a todos em suas crenças religiosas, pretende conservar a mesma fama?
 Quizeramos saber se o governo, que hoje chama a emigração estrangeira, promettendo-lhe toda a protecção, pretende depois impor aos pobres immigrants o jugo da igreja de Roma? (...)
 Estará na liberdade gloriosa que o Brazil annuncia ao mundo – o ser-se obrigado a empregar em um collegio particular e acatholico um professor da religião do Estado?
 Se esta é a liberdade que a lei do Brazil garante aos seus subditos acatholicos, que se nos diga para nos regularmos; mas por enquanto, sr. Redactor, nós que não pedimos ao governo imperial nem subsidio, nem qualquer outro favor especial, rogamos ao mesmo imperial governo a protecção contra aquelles que forçada e brutalmente nos deportariam do paiz, se assim pudessem; contra aquelles que procuram por todos os meios reduzirem-nos a meras machinas. (...)
 Rio de janeiro, 11 de fevereiro de 1887.
 James L. Kennedy - Pastor da Igreja Methodista Episcopal, reconhecido pelo governo imperial. (E.C., 16 fev.1887, p.1)

³⁴ Se a associação feita pelo protestante correspondeu efetivamente à intenção do inspetor, nesse caso, não importa. O que nos interessa é a repercussão que a suposta associação causou.

Diversos aspectos devem ser abordados a partir dessa carta publicada no *Expositor Christão*: 1. a ação do inspetor; 2. a exigência de contratação de um professor para o ensino da religião oficial do Estado no Colégio Piracicabano, 3. a exclusão dos meninos da instituição; 4. as críticas ao imperador, envolvendo principalmente as propagandas realizadas em prol da imigração. Trataremos desses aspectos na sequência.

Desde o estabelecimento da legislação complementar à Constituição de 1824, em 1 de outubro de 1828, a Assembleia Geral do Império determinou que entre as atribuições das Câmaras Municipais, estaria também a de inspeção e fiscalização das escolas de primeiras letras. Como demonstram Warde e Paulo, após essa determinação, a legislação da província de São Paulo referente à inspeção e fiscalização das escolas passou por diversas modificações nos anos de 1846, 1851, 1868, 1874 e 1892, o que revelava “a insatisfação do estado com o serviço de inspeção escolar instituídos pelos governos em seu nome” (2013, p.271). O *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* para os anos de 1907-1908 declarava que o modo de organização da fiscalização do ensino durante o período imperial foi duramente criticado também pelos inspetores gerais. Os registros do inspetor geral João Lourenço Rodrigues dão conta de que mesmo após as alterações no cargo, as críticas não se abrandaram (ANNUARIO, s.d.).

Como destacam Warde e Paulo, a partir de 1874 o Conselho de Instrução Pública era composto por um Inspetor do Distrito, pelo Presidente da Câmara Municipal e por um terceiro membro escolhido pelo Presidente da província, que tinham como principais atribuições a implantação e o controle da obrigatoriedade do ensino aos menores, “deixando pouco espaço para a observação de outros elementos pertinentes ao serviço de inspeção escolar” (2013, p. 266-7).

Além das críticas dirigidas às funções e determinações da inspeção de ensino, outra questão passou a ser discutida a partir dos acontecimentos relatados: a exigência do inspetor de que era necessária a contratação de um professor para o ensino da religião oficial do Estado. Podemos notar na carta abaixo as exigências e a legislação utilizada como base pelo inspetor Abilio Vianna:

DISTRICTO LITTERARIO DE PIRACICABA, 27 DE JANEIRO DE 1887.
 Illma. e Exma. Sra. – Communico-lhe para os devidos fins, que, em virtude do art. 165 §1º do regulamento de 18 de abril de 1869 e 23 do regulamento de 8 de novembro de 1851, não posso admittir que seja o collegio (do qual V. Ex. muito digna directora) frequentado por meninos, uma vez que é

estabelecimento de educação de meninas; e muito principalmente de idade superior a 10 annos.

Communico-lhes mais que, em visto do art. 24 deste ultimo Regulamento, é o collegio obrigado a ter um professor da religião do Estado,

Aproveito a occasião para pedir-lhe que me remetta, no prazo mais curto que lhe fôr possível, um relatório do corpo docente do mesmo collegio.

Deus guarde V. Ex. Sra. Miss Bruce, muito digna directora do Collegio Piracicabano. – o Inspector litterario, Dr. Abilio E. Vianna. (*O Paiz*, 15 de fevereiro de 1887). (E.C., 16 fev.1887, p.1)

Ressaltamos que, na corte, o decreto nº 7.247 de 1879, mais conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho, determinava no art. 4, §1º que os alunos acatólicos não eram obrigados a frequentar a aula de instrução religiosa. Entretanto, na província de São Paulo, o Regulamento de 18 de abril de 1869 citado pelo inspetor, que ordenava a Instrução Provincial, estabelecia em sua segunda parte dedicada ao ensino privado:

Art.153. O ensino primario e secundario poderá ser livremente exercido por particulares, salvas as restricções constantes deste regulamento. (Lei n.54 de 1868, art.15)

Art.154. Nenhuma escola ou collegio podem ser installados sem prévia participação ao inspector do districto, do nome do seu proprietario, do lugar da escola ou collegio, programma do ensino, numero de aulas, materias que nellas vão ser ensinadas, horas em que funcionarão, professores que os vão reger, e pessoa a quem compete a direcção.

Art.165. Os directores de collegios, e os professores de aulas ou escolas avulsas são obrigado:

§1º A não admittir ao ensino em suas escolas alumnos de ambos os sexos.

(...)

§4º A não admittir ao ensino da escola, aula, ou collegio, alumnos que professão a religião do Estado, se o director ou professores não fõem catholicos.

§5º A levar os alumnos á missa nos domingos e dias santificados, tratando-se de collegios pelo systema de internato, salvo nos dias em que para isso se acharem impedidos. (Regulamento de 18 de abril de 1869, In: DIÁRIO DE SÃO PAULO, 27 abr.1869, p.1)

O decreto estabelecia que apesar de o ensino primário e secundário poderem ser exercidos livremente por particulares, precisariam ter a aprovação do inspetor do distrito para seu funcionamento, além de não admitir alunos de ambos os sexos, alunos católicos se o diretor ou os professores não o fossem e, por fim, os diretores tinham a responsabilidade de levar os alunos à missa no caso de colégios que contavam com o internato.

Em um discurso proferido na Assembleia Provincial de São Paulo, Rangel Pestana divulgava as discussões em questão e afirmava que a utilização pelo inspetor do Regulamento de 8 de novembro de 1851, estava incorreta:

Pode-se dizer que quanto ao regulamento de 1869, o inspector litterario respeitou o acto de governo, embora *extra-legal*; mas quanto á exigencia de um professor da religião do estado em collegio que não é catholico romano, ella excede das attribuições desse funcionario, pois trata-se de uma disposição revogada. (In: E.C., 01 mar.1887, p.1)

Outro tema que possuía grande discussão no período e que também fez parte dos pontos abordados nesse embate foi a coeducação. As Conferências Pedagógicas realizadas no Rio de Janeiro em 1873 e em 1883 trataram do tema, apresentando perspectivas favoráveis e contrárias à prática. As discussões se davam com base nas escolas de instrução pública dos Estados Unidos³⁵, primeiro país a adotar tal recurso (Cf. CHAMON, 2004). Se o texto da Reforma Leôncio de Carvalho de 1879, permitia que meninos com até 10 anos pudessem estudar em escolas femininas na Corte (art. 4, §3º), o Regulamento de 18 de abril de 1869 da província de São Paulo deixava claro em seu Art.165, §1º a impossibilidade da coeducação. Nesse contexto, questionamentos sobre a legislação brasileira passaram a ser publicados no *Expositor Christão* e também no jornal *O Paiz*:

(...) Tal intolerancia, tal perseguição é condemnavel ante as nossas leis e os nossos costumes, que felizmente não ensinam o odio aos compatriotas ou hospedes, que professem fé diferente da nossa.

O art. 5º da Constituição, este cepo a que se jungiu o desenvolvimento intellectual do povo brasileiro, ordena a tolerancia e condemna, portanto, a perseguição por motivos de crenças religiosas, e neste caso a perseguição é tanto mais odiosa quanto surgiu para servir aos *interesses indutriaes* de outros educadores. (O PAIZ, 04 fev.1887, p.1)

(...) Manifestamente, estas emprezas não podem ser prejudicadas por leis como a de 1851, nem ficar sem a protecção effectiva da lei. Em segundo logar, a aquisição de immigrantes protestantes deve ser baseada sobre uma tolerancia não apparente, mas real, que incluia necessariamente a educação dos filhos em escholas protestantes, si os paes assim desejarem. A tolerancia que impõe o ensino da religião Catholica Romana nas escholas protestantes não é tolerancia de fórmula alguma. (...) (Trad. do *Rio News* de 15 do corrente). (E.C., 16 fev.1887, p.2)

³⁵ A *Gazeta de Piracicaba* de 01 de julho de 1887 trouxe na primeira página um texto da professora Renotte sobre os benefícios da coeducação. Afirmava “Educar separadamente os dous sexos é, segundo notoriedades, desequilibrar as forças que não sómente devem manter, mas ainda revigorar a sociedade abalada moralmente, é trabalhar ao enfraquecimento da raça. A’ esta decadencia, consequencia da educação actualmente em vigor, ajunta-se a desigualdade entre as producções do trabalho e o consummo das necessidades individuaes, e contra essa deficiencia entre a receita e a despeza, contra essa hydra – miseria – o homem só, batalha. A questão é pois: como escapar a esta espada de Damoclés; como resistir á onde ameaçadora? Introduzindo na arena da existencia a mulher; preparando-a, acostumando-a á lucha pela vida, na qual ella deveria aparecer como concorrente e não como engeitada; tornando este ente, até agora dependente e condemnada a protecção do hommem, até hoje com a perspectiva da miseria no dia em que lhe faltar essa protecção, nem sempre desinteressada, um factor, não só pela illiminação de conições negativas, como pela junção de *novas forças convergentes*. (...)” (G.P., 01 jul.1887, p.1)

Além de notícias nos jornais, o discurso proferido na Assembleia Provincial de São Paulo por Rangel Pestana também questionava a ação do inspetor:

Homens importantes por suas luzes e por seu patriotismo, alguns dos quaes já illustam esta Assembléa, dão solemne testemunho do regimen e da moralidade d'aquella casa de educação. (...)

Seja quem fôr o inspector litterario de Piracicaba, praticando o acto que o orador vai moralisar, comprometteu os altos interesses da sociedade e particularmente os da provincia. (...)

É assim que o regulamento de 18 de abril de 1869 contem disposições incongruentes, illegaes, absurdas, e nas quaes firmou-se o inspector litterario de Piracicaba para, em nome da religião official, embaraçar a marcha de um estabelecimento util.

Em um paiz onde se proclama que fechar uma escola é abrir uma prisão, não podem ser sancionadas essas medidas de rigor que a razão repelle e o nosso estado social não justifica. Quando prérgamos a tolerancia dos cultos, não é em nome da religião do estado que se pode crear embaraços dessa ordem, sobretudo quando as crenças religiosas d'aquellas directoras são a de grande parte da humanidade. (...)

Nesta capital existe uma escola protestante e ainda um novo collegio da mesma seita, e o chefe da instrucção publica não fez semelhante exigencia, porque é bastante esclarecido para saber que nas questões que affectam á moralidade de um povo e á pureza dos costumes da familia, ninguem mais competente do que os pais. Desde que elles toleram a existencia de uma escola mixta, é porque confiam no criterio dos directores. O que justifica essa differença de proceder? (In: E.C., 01 mar.1887, p.1).

Notamos a partir dos trechos destacados que o discurso de Rangel Pestana centrou-se na comparação entre a fiscalização da instrução na capital, que tolerava práticas não autorizadas pela legislação, provavelmente no Colégio Americano, fundado em 1870, e a realizada em Piracicaba. A crítica à legislação, que teria disposições consideradas “absurdas” e “incongruentes”, também foi feita, tendo em vista a ideia propagandeada pelo país da existência da tolerância de cultos.

A suposta existência de uma tolerância religiosa é o quarto ponto a ser discutido, já que existiram diversas propagandas realizadas em prol da imigração ao país tendo-a como mote. Como já destacamos acima, na edição de 16 de fevereiro de 1887 do *Expositor Christão*, o pastor da igreja metodista episcopal James L. Kennedy dirigia diretamente ao imperador questionamentos sobre se pretendia conservar a fama de liberal que possuía no exterior ou impor aos imigrantes a religião oficial. Obviamente não responderemos a tais questionamentos, nem tampouco temos como objetivo estabelecer uma discussão sobre o processo migratório no país. Podemos, entretanto, partir dessa questão para pensar em alguns discursos sobre a imigração presentes na imprensa.

Para parte da elite política do país, a imigração representava um passo em direção ao progresso ao trazer novos braços para o trabalho, assim como uma cultura superior. A criação da Sociedade Central de Imigração no Rio de Janeiro em 1883, da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração para a Província de São Paulo em 1871 e em 1886 da Sociedade Promotora de Imigração demonstravam as diversas iniciativas favoráveis a organização do processo imigratório ao Brasil (OLIVEIRA, 2002, p.15-6).

Alguns artigos e notícias do jornal *O Paiz* proclamavam a necessidade de mão de obra: “(...) Uma vez que o immigrante, pela sua moralidade e habitos de trabalho, vem supprir os claros da nossa lavoura, elle representa um capital, tanto mais importante quanto estamos a tratar da substituição do trabalho” (O PAIZ, 07 jun.1885, p.1). O mesmo jornal reproduzia ainda uma transcrição de um artigo do jornal *Paulista*, produzido na província de São Paulo, que também se posicionava favorável às experiências de imigração:

Os symptomas animadores que se notam em nossa cidade a favor da immigração, vão sendo tão pronunciados, principalmente da parte dos lavradores, que os receios que nutriamos de que o depreciamento e escassez do braço escravo pudesse influir na producção do municipio desaparecem de todo. (O PAIZ, 20 jun.1885, p.1)

A *Gazeta de Piracicaba* também se pronunciava favorável ao movimento, como podemos notar na seguinte passagem na qual faz alusão ao movimento imigratório para a Argentina:

A *Gazeta de Campinas*, tratando deste assumpto de real importancia para nós, em seu numero de 23 do corrente diz o seguinte: Quantas vezes temos dito: sirva-nos de exemplo a louvavel e patriotica actividade com que as republicas do Prata tratam de chamar a si a maior corrente possivel de emigração! (...) Apressando-se em indagar as causas que levavam tamanha porção de estrangeiros a procurar de preferencia ao Brazil a Republica visinha, chegou ao conhecimento de que alli tratava-se sériamente da questão, e que tanto o governo como os particulares eram incansaveis em chamar ao territorio argentino essa onda de trabalhadores estrangeiros. Assim, pois, temos que para questões de colonisação aquella pequena Republica está muito mais acreditada que este grande imperio. (G.P., 26 nov.1882, p.1)

Se, como demonstrado nos excertos acima, identificamos opiniões favoráveis à vinda do imigrante, não podemos negligenciar as críticas feitas a esse processo, percebidas nessa pesquisa por meio do jornal *O Apóstolo*. A organização do movimento

imigratório, os privilégios concedidos aos estrangeiros, assim como o desprezo a população nacional de índios e caboclos foram alguns dos argumentos utilizados para estabelecer a crítica. As citações que seguem fazem parte de um artigo publicado em partes, nas edições de 10, 12 e 15 de setembro de 1886, intitulado *Inépcias do Governo*:

Quando temos frequentemente fallado contra a immigração ou colonisação estrangeira, não temos sido oppostos a ella; ao contrario, temos mais que ninguem preparado-lhe o terreno, pois que mostrando-lhe os erros do nosso governo, os perigos a que se expõe, a ineptia dos nossos estadistas, fazemos lhe conhecer os males a que se sujeito vindo para um paiz cujos homens, sem methodo, sem pratica, sem experiencia, fazem e desfazem ao mesmo tempo as acções as mais solemnes, os actos mais transcendentos. (...) A colonisação actual é um mal para o paiz e uma verdadeira desgraça para os immigrants. Cheia de privilegios, de garantias, formará um estado no Estado, enfraquecerá o espirito patriota e suscitará a idéa de vingança da parte dos nacionaes por verem seus direitos conculcados e sacrificados ao bem do estrangeiro. (...) Diante deste systema do governo, o cidadão brasileiro não tem direitos; os privilegios, garantias, immunidades concedidas aos colonos estrangeiros absorvem todos os direitos do cidadão no Brazil. O brasileiro só tem *direito* de trabalhar, pagar impostos, derramar o seu sangue em beneficio dos colonos. E em nossos dias, em lugar de dizer o governo: concedem-se aos colonos estrangeiros os privilegios dos brasileiros; diz-se: concedem-se aos brasileiros os privilegios dos colonos! (O APOSTOLO, 10 set.1886, p.1)

Destacamos ainda o seguinte trecho do mesmo artigo: “Queremos a colonisação na mais larga escala, a mais livre possivel, mas sem recrutamento, sem regalias, sem privilegios, e a desejando jámais pretendemos sacrificar-lhe nossa nacionalidade, nossos costumes, leis, habitos e religião” (O APOSTOLO, 10 set.1886, p.1). Como podemos notar, além da crítica aos privilégios, *O Apóstolo* aponta como fator negativo para a vinda de imigrantes ao país o sacrifício que o Brasil faria com relação a sua nacionalidade, costumes, leis, hábitos e religião. Na edição do dia 15 de setembro, encontramos a intensificação da crítica à essas questões:

(...) E tudo isso não basta, vem a idéa erronea, anti-patriotica, perigosa, despendiosa e inutil de colonisação estrangeira, a que se pretende sacrificar a nossa autonomia, direitos, costumes e religião, sendo tyrannizados os nossos compatriotas e reduzidos a uma nova escravidão, á condição de párias em relação ao estrangeiro. (...) Segundo a immigração que nos vem recrutada, cheia de vicios, ignorante, impregnada de todos os principios revolucionarios da Europa, não temos nada a esperar della em beneficio das artes, das sciencias, da industria e nem da lavoura, como os annos e a experiencia nos têm mostrado. (O APOSTOLO, 15 set.1886, p.1)

Outros artigos poderiam ser utilizados para demonstrar as críticas feitas pelos editores do jornal, entretanto, optamos por essa sequência de citações por serem

demonstrativas de alguns aspectos importantes ressaltados pelos editores de *O Apóstolo*: a inexistência de direito da população nacional, a necessidade de manter os costumes, as leis, os hábitos e a religião vigente, além da crítica ao estrangeiro que traria “os princípios revolucionários da Europa”.

Apesar de encontrarmos um forte grupo dentro do país desfavorável ao movimento imigratório, as propagandas em prol da vinda para o Brasil realizadas no exterior eram grandes, como visto acima, nos Estados Unidos, por exemplo, foram escritos entre 1822 e 1888 aproximadamente vinte livros sobre o Brasil. Entretanto, não apenas as propagandas tentavam chamar a atenção dos outros países, mas também o próprio imperador.

Como destaca Schwarcz, a partir da década de 1880, D. Pedro II começou a investir “em uma imagem ‘progredida’ para o país no exterior. O ‘monarca inventor’ e adepto das vogas científicas combinava com o cidadão do mundo que viajava como um ‘turista, que se quer, qualquer’” (1998, p.385). A tentativa de demonstrar uma imagem do país associado ao progresso fez com que o Brasil estivesse presente nas Exposições Universais dos anos de 1862, 1867, 1873, 1876 e 1889. Da América Latina, somente o Brasil participou de tantas edições do evento – o outro país participante foi a Argentina, comparecendo apenas no ano de 1889. Para Schwarcz, a presença brasileira nessas exposições revelam-se como um esforço do imperador e das elites da corte para “veicular uma imagem diversa desse país distante, agrícola, monárquico e escravocrata mas que queria se ver representado como uma nação moderna e cosmopolita” (1998, p.397).

A propaganda não era o único modo por meio do qual se pretendia atrair os imigrantes. Petri afirma em *“Mandem vir seus parentes”*: a Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo (1886-1894), trabalho dedicado ao estudo sobre a Sociedade Promotora de Imigração paulista, que ao atrelar a entrada de imigrantes à indicação de parentes e amigos já residentes no Brasil, a Sociedade Promotora de Imigração possuía maior sucesso com a vinda de estrangeiros do que com a propaganda:

A chamada para imigração era baseada no incentivo de famílias inteiras que tivessem parentes já residentes em São Paulo e garantia o privilégio do subsídio. Essa medida beneficiava as famílias porque não as onerava e, ao mesmo tempo, atendia a restrição de entrada de solteiros, por exemplo, porque, não tendo vínculos familiares, não eram considerados estáveis para permanecerem tempo suficiente para a produção da lavoura. Sendo assim, não era recorrente o estímulo à propagandas públicas, ou seja, mesmo

produzindo material de divulgação, em edições muitas vezes bilíngues, os sócios não creditavam méritos à ela (...). (PETRI, 2010, p.5-6)

Entretanto, a autora demonstra que nos relatórios da província de São Paulo, a propaganda também era apontada como um fator positivo para a atração dos imigrantes. No relatório intitulado *Exposição com que o Exm. Snr. Visconde do Parnahyba passou a administração da provincia de São Paulo ao exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves presidente desta Provincia no dia 19 de novembro de 1887*, Visconde de Parnayba afirmava:

(...) graças á propaganda seria e honesta e á viagem á Europa do digno Presidente da Associação Promotora de Immigração [Martinho Prado Júnior], que visitará especialmente a Italia e a Allemanha. Muito contribuirá para esse fim uma publicação que se fez ultimamente intitulada – A Provincia de São Paulo no Brazil. Tirada a 60.000 exemplares, foi traduzida em italiano e allemão. A sua impressão foi subsidiada pelo Ministerio da Agricultura, e a sua distribuição tem sido profusa. (In: PETRI, 2010, p.6)

Temos, portanto, iniciativas que incentivavam a vinda de um grande número de estrangeiros ao país, fosse por meio da propaganda em livros e panfletos, pelas ações práticas das associações responsáveis por organizar e subsidiar a vinda desses imigrantes, ou mesmo pela imagem que o próprio imperador manifestava. A partir dessas iniciativas é possível voltarmos com mais clareza ao questionamento proposto por Kennedy: “Quizeramos saber se o governo, que hoje chama a emigração estrangeira, promettendo-lhe toda a protecção, pretende depois impor aos pobres immigrants o jugo da igreja de Roma?”, tendo em vista que eram diversas as iniciativas que tinham por objetivo trazer um grande contingente de estrangeiros para o país. As críticas dirigidas ao imperador em decorrência da falta de liberdade religiosa não se limitaram à carta que apresentamos. Pouco mais de um mês após a publicação da carta, entre outras críticas o *Expositor Christão* publicava:

Esta Provincia [São Paulo], de todas, parece ser actualmente a mais activa em attrahir immigrants do Estrangeiro. É esta a liberdade religiosa e a protecção que ella garante áquelles a quem convida para habitar na sua terra? (I) Obrigar a Directora de um collegio protestante a empregar um professor da Religião do Estado? (II) Obrigar-lhe a não admitir alumnos catholicos, cujo paes de livre vontade e de preferencia são os proprios a levarem-nos para lá? (III) Obrigar-a a levar os alumnos á Missa nos Domingos e nos dias sanctificados (pelo papa)!? Ora, é esta a liberdade que D. Pedro II promete aos estrangeiros, que para aqui vêm? Si é, porque não publica o governo o facto ao Mundo em lugar de enganar propositalmente aos que vem de boa fé,

julgando que terão liberdade de consciencia e de religião no Brazil? (E.C., 18 mar.1887, p.3)

O segundo e o terceiro ponto de questionamento de tal excerto diziam respeito a um novo aviso dirigido ao Colégio Piracicabano pelo inspetor Abílio Vianna, ao qual o *Expositor Christão* comentou:

No ultimo aviso do Sr. Inspector, elle participa a mesma directora que ella não pode segunda a lei admittir no seu collegio alumnos catholicos, por ser o collegio uma instituição acatholica. É verdade que o artigo 165 §4 do Regulamento de 18 de abril de 1869, diz: são obrigados... ‘A não admittir ao ensino da escola, aula, ou collegio, alumnos que professam a religião do Estado, si o director ou professores não forem catholicos’. E o §5 diz ainda mais: “Serão obrigados ... a levar os alumnos á missa nos Domingos e dias santificados, tratando-se de collegios pelo systema de internato, salvo nos dias em que para isso se acharem impedidos.” (E.C., 18 abr.1887, p.3)

A notícia prosseguia com questionamentos sobre a legislação vigente e o desfecho desse debate foi anunciado apenas no dia 1º de maio de 1887, na primeira página do *Expositor Christão*, com a demissão do Inspetor.

3.2 Fim do Caso Vianna e permanência do debate

O que os Padres ganharam para o Dr. A. E. Vianna.

Segundo nos consta, o Sr. Presidente da Província de S. Paulo demittiu ao Sr. Inspector Litterario do Districto de Piracicaba, por causa da posição que este tomou na questão do *Collegio Piracicabano*.

Daqui intere-se que não fez bem, ou não tinha sido demittido. Mas nós julgamos que o mal não está tanto no que fez o digno Inspector, como na existencia de umas leis intolerantes e injustas, que elle quiz executar. Si era do dever do Dr. Vianna pol-as em execução, a sua maior culpa consista em não ter querido obrar mais cedo. Mas, embora o Presidente da Província tenha demittido o inspector, elle não removeu ainda a pedra de escandalo. A Constituição do Imperio garante Liberdade Religiosa. Portanto S. Exa., o Presidente deve tratar immediatamente de trabalhar por annullar as leis odiosas e insupportaveis, que exigem, em escolas particulares o emprego de um professor para ensinar a Religião do Estado e que se leve os alumnos á missa nos Domingos e dias santificados, e que prohibem que os filhos catholicos frequentem escolas acatholicas. Taes leis contrariam a constituição do Imperio e restringem a Liberdade Religiosa não sómente dos acatholicos, mas tambem dos catholicos. Nem os Brasileiros, nem os Estrangeiros podem ficar socegados, até que seja tirada esta grande pedra de escandalo.

O que os Padres ganharam para o Dr. A. E. Vianna

Segundo nos consta, o Sr. Presidente da Província de S. Paulo demittiu ao Sr. Inspector Litterario do Districto de Piracicaba, por causa da posição que este tomou na questão do *Collegio Piracicabano*.

Daqui intere-se que não fez bem, ou não tinha sido demittido. Mas nós julgamos que o mal não está tanto no que fez o digno Inspector, como na existencia de uma leis intolerantes e injustas, que elle quis executar. Si era do dever do Dr. Vianna pol-as em execução, a sua maior culpa consista em não ter querido obrar mais cedo. Mas, embora o Presidente da Província tenha demittido o inspector, elle não removeu ainda a pedra de escandalo. A Constituição do Imperio garante Liberdade Religiosa. Portanto S. Exa., o Presidente deve tratar immediatamente de trabalhar por annullar as leis odiosas e insupportaveis, que exigem, em escolas particulares o emprego de um professor para ensinar a Religião do Estado e que se leve os alumnos á missa nos Domingos e dias santificados, e que prohibem que os filhos catholicos frequentem escolas acatholicas. Taes leis contrariam a constituição do Imperio e restringem a Liberdade Religiosa não sómente dos acatholicos, mas tambem dos catholicos. Nem os Brasileiros, nem os Estrangeiros podem ficar socegados, até que seja tirada esta grande pedra de escandalo.

Imagem 17. (fonte: E.C., 01 maio1887, p.1)

A demissão do inspetor (imagem 17) pode ser compreendida a partir da grande repercussão que o caso teve no país. Não podemos deixar de reforçar que apoiando o Colégio Piracicabano estavam grandes lideranças republicanas da região, como os irmãos Moraes Barros e Rangel Pestana, que foi um dos oradores no evento de lançamento da primeira pedra do colégio (G.P., 11 fev.1883, p.1). Notamos que as discussões estabelecidas a partir do comentário do imperador e das exigências do inspetor demandaram questões mais complexas do que a contratação ou não de um professor para o ensino da religião oficial do Estado em um colégio protestante. O levantamento de tais acontecimentos e discussões possibilita a identificação de alguns pontos importantes da sociedade envolvida com a instituição.

Quanto a existência de uma bíblia protestante para a realização dos juramentos, a *Gazeta de Piracicaba* publicou uma nota ainda em dezembro de 1886, explicando que a bíblia não pertencia ao juiz de direito, mas sim “ao sr. Antonio Gomes de Escobar que, tendo-a na collectoria, no pavimento inferior da casa da camara e não havendo n’esta livro de juramentos, a pedido emprestava a sua biblia para esse fim”. Na sequência, o jornal apresenta um trecho de tal bíblia, afirmando que o imperador não teria motivos para se zangar:

(...) Mas o sr. Escobar acaba de nos mostrar esse livro (em que elle não crê), onde encontramos no capitulo VII, verso 26 (Esdras I) o seguinte, por onde se vê que sua magestade não tinha razão para zangar-se achando-o ali:
 “E todo o que não observar exactamente a lei do teu Deus e a ordenação do rei, será condemnado ou á morte, ou a desterro, ou á alguma multa sobre os seus bens, ou certamente á prisão.”
 Já se vê...
 E a proposito: o sr. Escobar levou para casa a sua biblia, o que quer dizer que ficou a casa da camara sem livro de juramentos, ao que parece. (G.P., 03 dez.1886, p.2)

A inexistência de uma bíblia para juramentos seria melhor do que a existência de uma bíblia protestante? Se pensarmos a partir da representação que causaria a existência de outra bíblia que não a da religião oficial do Estado presente em um prédio no qual funcionava uma instituição pública, é possível considerarmos que sim. Não podemos negligenciar a diminuição do poder da igreja católica nesse período, como por exemplo com a criação da *Lei do Registro Civil* (Decreto 9886, de 07 de março de 1888) – pouco menos de dois anos após o debate em questão –, que cessou os efeitos civis dos registros eclesiásticos e do estabelecimento do casamento civil, pelo Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890.

Sobre a afirmação da *Gazeta de Piracicaba* que Antonio Gomes de Escobar, dono da bíblia protestante não acreditava nela, é possível propormos um questionamento, já que, como destaca Jair Toledo Veiga em publicação sobre os antigos alunos do Colégio Piracicabano, Escobar foi o jornalista responsável por dirigir a edição do periódico *Palavra de Deus*, “contrário à Igreja dominante” e era o pai da primeira aluna matriculada no Colégio Piracicabano, Maria de Azevedo Escobar (J.P., 24 maio1981).

Longe da finalização do debate, em abril de 1887, seis meses após a visita do imperador a cidade, a *Gazeta de Piracicaba* reproduziu um editorial do jornal *Diario*

Popular que trazia informações sobre a existência de um panfleto inglês que tratava sobre os acontecimentos em Piracicaba. Vale a reprodução do texto:

Aos nossos ilustrados collegas do *Diario Popular* pedimos venia para reproduzir sob aquella epigrapha o seu bem delineado editorial de 9 de mez vigente, por se referir a factos que interessam a nossa terra.

Eil-o:

O ultimo paquete trouxe-nos ás mãos um pamphleto inglez onde se descrevem os factos de intolerância religiosa que se seguiram á viagem de s. m. o imperador pela província de S. Paulo.

Desse folheto vamos transcrever um trecho para edificação dos paulistas.

Si em qualquer tempo seria inepto levantar estultas luctas religiosas em uma província, onde ellas não existiam, fazel-o agora, quando empregamos esforços sobrehumanos para provar á immigração européa que terá aqui a mesma liberdade de que goza na Europa, não é só inepto, é também cruel.

Tomar o imperador parte em taes assumptos, dando-lhes assim repercussão universal, e elevando factos comparativamente insignificantes á categoria de planos geraes de politica, equivale a nos desacreditar nos paizes da Europa, de onde nos póde vir a immigração da indústria manufactureira, para estabelecer a qual, estamos luctando com toda a sorte de difficuldades, inclusive a ausencia da lei do casamento civil, obrigatorio, que exclue praticamente do imperio os operarios que nos tratiam taes industrias; porque os hábeis só existem nos paizes do norte da Europa, quasi todos protestantes.

Foi o que fez s. magestade com o seu pretenso zelo religioso em Piracicaba. O que elle ali praticou, e que teve como consequencia immediata os attentados que se deram aqui na marinha contra uma reunião de protestantes, e os que se deram em Campo Largo, na provincia do Paraná, já tiveram a devida repercussão na Europa, e isso por intermedio da lingua ingleza, que é entendida por cerca de 500 milhões de habitantes da terra.

E' facto sabido que a immigração para o Brazil, sobretudo a immigração do norte da Europa que é a que nos póde trazer a criação e desenvolvimento das manufacturas nacionaes, tão indispensaveis ás nossas populações urbanas, está rodeada de inimigos lá; as potencias manufactureiras do norte da Europa sabem que, uma vez dispondo aqui do operario educado, nós teremos energia e capitaes para crear nossas manufacturas, e que isso lhes obstruirá enormes mercados consumidores; como não podem negar a salubridade de nosso clima e a abundancia de nossas materias primas, mostram o atrazo de nossa civilização na questão do casamento civil, e amedrontando o operario com o facto aliás verdadeiro, de que quem não constitue familia pelo rito catholico está em peiores condições civis do que quem o faz, conservam a maioria da immigração educada fóra dos nossos portos.

E' pois sabido que a arma principal de que se servem os que têm interesse em que as industrias não appareçam no Brazil é a questão religiosa, no aspecto da constituição da familia.

Não se contenta o governo do imperio em não remover a pedra de escandalo. A lei odiosa ahi está, ahi ha de ficar, apezar dos gritos da pobresa e fome que nossas cidades começam a levantar, pela falta de salario, que não poderá existir emquanto não houver essas manufacturas.

O governo não se contenta com isso; em vez de procurar desmentir a grita que contra nós se levanta e que impede a vinda desses operarios, e portanto a criação das industrias, julga que é melhor augmentar essa grita, e atirando fogo á fomalha secunda os planos de Bismark e de todos os estadistas europeus, que querem ter no Brazil o grande consumidor estúpido que tem tido até ao presente.

Até agora elles tinham a pedra de escandalo da ausencia do casamento civil.

Agora têm mais uma e é: as escolas e collegios protestantes que aqui se fundarem; não com o nosso, mas com o dinheiro protestante, hão de ser perseguidos e molestados a diversos pretextos.

E' isso o que se diz agora na Europa a nosso respeito, não em portuguez, lingua que quasi ninguem entende nos paizes de onde nos póde vir essa immigração, mas em inglez, lingua quasi universal nas raças manufactureiras. Transcrevemos um dos trechos do folheto afim de que o paulista veja como é que o governo de seu paiz procura dar-lhe boa fama nos logares onde convém que a tenhamos: (...)

Traducção: “A opposição á escola protestante em Piracicaba, S. Paulo, Brazil, que foi tão imprudentemente estimulada pela imperador, por occasião de sua recente visita áquella provincia, foi ultimamente levada ao cumulo em uma tentativa official de fechar inteiramente dita escola.”

Segue-se a narração dos factos com todos os seus detalhes, menos as ultimas peripecias de que ultimamente nos informou o jornal – A Provincia de São Paulo. (G.P., 13 abr.1887, p.1)

Infelizmente, não foi possível a recuperação desse panfleto e a identificação da autoria de tal documento. Entretanto, com as informações disponíveis na *Gazeta de Piracicaba* podemos reconhecer a profundidade das críticas à ação do imperador. Para os editores do panfleto, do *Diário Popular* e da *Gazeta de Piracicaba* que reproduziu o editorial, as ações do imperador tinham reflexos internacionais por envolverem questões não apenas de âmbito educacional, mas também econômicas, já que a perseguição religiosa e o não reconhecimento do casamento acatólico eram fatores que afastavam a imigração que serviria como canal para a criação da indústria manufatureira no país. Para o editorial, a ação do imperador seria um desserviço ao perseguir imigrantes, “quando empregamos esforços sobrehumanos para provar á immigração européa que terá aqui a mesma liberdade de que goza na Europa”.

A tentativa de fechar o Colégio Piracicabano teve um resultado ao avesso, já que o colégio tornou-se ainda mais conhecido pela repercussão do caso e pelo número de notícias e ações em defesa da instituição³⁶. Entretanto, é fundamental notar que a defesa não era apenas ao colégio e sim à tolerância religiosa no país.

³⁶ Em dezembro de 1886, a *Gazeta de Piracicaba* informava que o colégio possuía mais de 90 alunos de ambos os sexos (24 dez.1886, p.1)

CONCLUSÃO

Como destaca Magalhães (2004), a integração da instituição de ensino em um quadro mais amplo do que o do sistema educativo, englobando-a em seu contexto e suas circunstâncias históricas, é um dos caminhos para compreender e explicar sua realidade histórica. Nesse sentido, justificamos a necessidade da análise dos debates referentes ao Colégio Piracicabano a partir dos estudos de diferentes aspectos. Nesta pesquisa, destacamos a importância do apoio de parte da liderança do movimento republicano de Piracicaba à abertura do primeiro Colégio Metodista no Brasil. Apoio este fundamental tanto para a sua criação como para a manutenção do funcionamento desta instituição escolar, em especial, durante a tentativa de fechamento de suas dependências, no episódio conhecido como “Caso Vianna”. Como pudemos demonstrar, o apoio republicano às instituições educativas protestantes norte americanas não foi um quadro isolado na província de São Paulo, evidenciando assim “a importância que tais iniciativas representaram na constituição do cenário educacional brasileiro” (Cf. VIEIRA, 2011, p. 277).

A disputa educacional estabelecida por católicos e protestantes na cidade de Piracicaba também demonstra que, apesar de caracterizar-se como um embate localizado, não pode ser deslocado de uma análise que leve em consideração as conjunturas e circunstâncias históricas específicas de âmbito nacional e local, considerando que as disputas por influência na cidade se estabeleceram a partir da articulação de diferentes representações que não podem ser compreendidas se analisadas isoladamente, uma vez que fizeram parte do embate de forças entre os grupos.

Classificar os protestantes quer seja como **irradiadores de luz**, quer seja como **lobos em pele de ovelhas**, muito além de demarcar as representações feitas por diferentes agentes, evidenciava ainda a defesa de alguns dos projetos políticos para o país no período, fosse o projeto republicano, com o apoio à liberdade religiosa e aos princípios do liberalismo norte americano, fosse o projeto considerado mais conservador, com a manutenção da monarquia e da forte influência da Igreja Católica.

Se é possível estruturar o estudo sobre os debates envolvendo o Colégio Piracicabano a partir de um cenário nacional mais amplo, não se pode ignorar as contribuições que esta instituição legou a cidade de Piracicaba na organização escolar e na circulação de novos saberes e processos didáticos. Numa carta escrita por Martha

Watts, em outubro de 1884, ano da inauguração do edifício próprio do Colégio Piracicabano, dirigido à junta dirigente da Sociedade Missionária de Mulheres Metodistas nos EUA, informando sobre as mudanças que aconteciam em Piracicaba, podemos observar alguns aspectos desta contribuição:

Não distante de nós está o Colégio Jesuíta³⁷, que está prestes a ser concluído – no momento, aguarda por falta de recursos; esta, juntamente com a nossa escola, acrescentou considerável importância para nossa rua. Desde que chegamos aqui, a rua foi nivelada e pavimentada, recebeu iluminação com distância convenientemente planejada entre as lâmpadas, as casas antigas estão sendo submetidas a reformas, o que está tornando o local um ponto importante da cidade. De maneira geral, a cidade está melhorando e agora tem mais habitantes; antes só ficavam na cidade aqueles que eram obrigados ou que não tinham casa de campo para ir, mas agora os pais ficam na cidade para manter seus filhos na escola. (...) Do ponto de vista social, nossa presença é sentida; mas acima de tudo, acredito que, (...) a integridade que transmitimos aos nossos alunos se estendeu para além de nossas paredes. (MESQUITA, 2001, p.71)

Nesse trecho, podemos notar as considerações de Watts sobre a importância do Colégio Piracicabano para o desenvolvimento local, modificando o comportamento social e evidenciando aspectos do desenvolvimento de uma cultura material escolar, no sentido atribuído por Felgueiras ao dizer sobre a cultura material escolar que além de revelar uma civilização que cria a escola ao mesmo tempo releva uma sociedade que é criada pela escola (2010, p. 31), numa via constante de interação. Estas considerações nos revelam indícios de um processo de crescimento da valorização da educação escolar em Piracicaba.

Entretanto, por outro lado, um levantamento detalhado sobre as notícias divulgadas pela *Gazeta de Piracicaba* com relação aos exames escolares realizados no período de 1882 a 1889 evidenciam críticas ao número pequeno de pessoas interessadas nos exames públicos (G.P., 08 dez.1887, p.2). A partir de dezembro de 1883, a *Gazeta de Piracicaba* passou a noticiar além dos exames realizados pelo Colégio Piracicabano, as informações sobre os exames nas escolas públicas e nas particulares que porventura o realizassem³⁸. O ano de 1887 apresentou um quadro diferenciado quanto a prática dos exames escolares na cidade, com a inclusão da divulgação dos exames de um novo colégio. O colégio masculino Santo Antônio, criado em 1886 e dirigido por Jacques Wolf, divulgou seu convite para os exames públicos da escola, fazendo uma ressalva:

³⁷ Consideramos que Watts fez referência ao Colégio Nossa Senhora da Assumpção.

³⁸ Cf. as edições da *Gazeta de Piracicaba* de 05,07,13 dez.1883; 07,17 dez.1884; 03,06 dez.1885; 18 set., 07 dez.1887; 07 jun.1888.

Posto que em taes festas costumem em Piracicaba não abundar curiosos ou interessados, ousamos esperar que, desta vez, não aconteça isso, e que haja muita gente, que, querendo ouvir, sirva de estímulo áquelles jovens que trabalham para instruir-se.

É o unico estabelecimento de instrução secundaria para o sexo masculino, que possuímos, é justo pois que não o negligenciemos. (G.P., 08 dez.1887, p.2)

O comentário sobre a falta de interessados para o acompanhamento dos exames denota que apesar da presença das autoridades nos eventos, grande parcela da sociedade piracicabana ainda permanecia a margem da cultura letrada. A realização dos exames do Colégio Santo Antônio foi acompanhada por personalidades de destaque da região, como o vigário Francisco Galvão Paes de Barros, dr. Paulo de Moraes Barros, o professor Antônio de Mello Cotrim e a professora do Colégio Piracicabano Marie Renotte. Apesar da presença de membros da elite letrada piracicabana no evento, a afirmação de que “Esse collegio que até aqui tem se sustentado devido á energia de seu digno diretor, que não tem poupado sacrifícios, devia ser mais apoiado pelos srs. paes de família”, confirma a permanência do cenário de dificuldade quanto a participação e incentivo popular às escolas da cidade (20 dez.1887, p.1).

Como destacamos, esse cenário de dificuldades na instalação e crescimento das escolas não é um quadro exclusivo de Piracicaba, nem da província de São Paulo no final de período imperial. Na cidade de Piracicaba, é possível identificarmos iniciativas, não apenas do Colégio Piracicabano, para o aumento da participação popular nos eventos realizados pelas escolas, como os convites estendidos a todos para assistir aos exames públicos, ou para cursos gratuitos desenvolvidos pelas instituições³⁹. Tal movimento fortaleceu-se não apenas na província de São Paulo, uma vez que a educação foi tida como um dos pilares do movimento republicano.

Desse modo, se Watts apontava alterações no comportamento social com relação à escola, é necessária a relativização da extensão da influência da instituição, como é possível perceber a partir dos comentários veiculados pela *Gazeta de Piracicaba* com

³⁹ A *Gazeta de Piracicaba* de 12 de julho de 1888 destacava o convite realizado pelo corpo docente do colégio Santo Antônio para um curso noturno para libertos, com matrículas abertas e ensino gratuito; as edições de 26 e 28 de agosto do mesmo ano publicavam a convocação de uma reunião para fundação de uma sociedade de drama na cidade, organizada também pelo Colégio Santo Antônio. Da edição de 26 de setembro destacamos a parceria entre os colégios Santo Antônio e Piracicabano por meio do convite para as conferências de física e química realizadas pelo diretor do colégio Santo Antônio no salão do Colégio Piracicabano, com o auxílio da professora Renotte nas demonstrações práticas e entrada franca para todos os interessados.

relação à pequena participação popular nos exames e cursos gratuitos. Entretanto, não desconsideramos as contribuições que o Colégio Piracicabano trouxe para o desenvolvimento da cidade, como é possível notar a partir da divulgação de seus exames que se tornaram incentivadores para que outras instituições também os realizassem e divulgassem, assim como pela disputa com as lideranças católicas da cidade, que proporcionou a criação do Colégio Nossa Senhora da Assumpção, ampliando o número de instituições de ensino de referência. Como destaca Perecin, no início do século XX, Piracicaba era a quinta cidade do Estado de São Paulo em população e em 1920 a primeira em escolas, perdendo apenas para a capital, o que lhe valeu o epíteto de *Ateneu Paulista* (PERECIN, 2004, p.270).

Nesse sentido, os embates que envolveram o Colégio Piracicabano em seus primeiros anos são significativos pois articulam diferentes questões em discussão no cenário nacional, o que demonstra que por meio da investigação da instituição a partir de seu contexto e circunstâncias históricas, é possível refletir sobre as representações e os discursos atrelados à elas.

FONTES

ANNUARIO do ensino do Estado de São Paulo: 1907-1908. Publicação organizada pela Inspeção Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., s. d.

EXPOSITOR CHRISTÃO. Rio de Janeiro: Typ. Aldina. ago.1887;1889-1893

METHODISTA CATHOLICO. Rio de Janeiro: Typ. Aldina. jan.1886-ago.1887

GAZETA DE PIRACICABA. Piracicaba: Typographia da Gazeta de Piracicaba. 1882-1889; 1896

O PAIZ. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial. 1884-1887

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: . Typographia da Sociedade Anonyma "Gazeta de Notícias". 1883;1886

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo. 1883;1886.

REFERÊNCIAS

ANTUNHA, Heládio A. *A reforma de 1920 na instrução pública no Estado de São Paulo*. São Paulo: FEUSP, 1967.

ASPERTI, Clara Miguel. *A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica*. In: *Revista Contemporânea*, n7, 2006.2.

ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação)

ALMEIDA E MELO, Américo Brasiliense de. *Os programas dos partidos e o segundo Império: primeira parte, Exposição de princípios*, São Paulo: Tip. Jorge Seckler, 1878.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República, positivismo versus liberalismo (Brasil, 1870-1930). In: *Revista USP*, Dossiê Liberalismo, n.17. São Paulo: Editora da USP, mar-mai 1993.

BARROS, Nicolau Moraes. *77º Aniversário do Colégio Piracicabano: Oração proferida em homenagem a sua fundadora e diretora Miss Martha Watts por ocasião da festa comemorativa realizada aos 13 de setembro de 1958*. São Paulo: Assumpção, Teixeira - Ind. Gráfica S/A, 1958.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *O Novo e o Nacional em revista: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. Tese de Doutorado. FEUSP: São Paulo, 1994.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora Unesp, 1992a.

_____. (org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992b.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CACHIONI, Marcelo. *Arquitetura eclética na cidade de Piracicaba*. 2002. 343f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cesar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007. p.329-353

CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à meia-luz : um estudo sobre a Revista de ensino, da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. 1989. 392f. Tese (Doutorado em Educação) – FEUSP, São Paulo, 1989.

_____; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Educação em Revista – A imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. 3ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAMON, Carla Simone. Educando Meninos e Meninas: a co-educação dos sexos na corte carioca no final do império. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *A beira da falésia: História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2002.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DAWSEY, James M. Os imigrantes sulistas e a missão metodista. In: DAWSEY, James M.; DAWSEY, John C.; DAWSEY, Cyrus B. (orgs.) *Americans*. Imigrantes do Velho Sul no Brasil. Piracicaba: editora UNIMEP, 2005. p.179-204

ELIAS, Beatriz Vicentini. *...Vieram e ensinaram* (Colégio Piracicabano, 120 anos). Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. In: *Revista Brasileira de Educação*; v. 11, n. 32, p.328-339, maio/ago. 2006

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.135-150

FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo. *Cultura Escolar, Migrações e Cidadania*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. A “santa causa da instrução” e o “progredimento da humanidade”. *Revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX*. 2004. 220f. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (orgs.) *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.49-75

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Imprensa pedagógica: um estudo de três revistas mineiras destinadas a professores*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. Inspeção e produção de um modelo escolar. A instrução pública na província de São Paulo (Brasil, 1836-1876). In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim (orgs.). *Modelos Culturais, Saberes Pedagógicos, Instituições Educacionais: Portugal e Brasil, Histórias conectadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2011. p.105-134

GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007.

GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em quadrinhos*. v.2, Piracicaba: Equilíbrio – Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP, 2009.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos. Tavares Bastos e a Sociedade Internacional de Imigração. In: ‘*Usos do Passado*’. XII Encontro Regional de História, ANPUH-RJ, 2006. Disponível em: [<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Alexandre%20Carlos%20Gugliotta.pdf>]. Acesso em: 24ago.2013

GUSSI, Alcides Fernando. *Os norte-americanos (confederados) do Brasil: identidade no contexto transnacional*. Campinas: Área de Publicações CMU: Unicamp, 1997.

H Aidar, Maria de Lourdes Mariotto. A educação em São Paulo no Brasil Império. In: BARROS, Gilda Naécia Maciel de (org.). *Celso de Rui Beisiegel: Professor, Administrador e Pesquisador*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p.167-190

_____. *O Ensino Secundário no Brasil Império*. [1972] 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HARTER, Eugene C. *A colônia perdida da confederação: a imigração norte-americana para o Brasil após a Guerra de Secessão*. Tradução Wilma Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Nórdica, 1985.

HILSDORF BARBANTI, Maria Lúcia Spedo. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. 1977. 228f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FEUSP, São Paulo, 1977.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Educação e instrução na Província de São Paulo. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (orgs.) *Educação e Instrução nas províncias e na corte imperial* (Brasil, 1822-1889). Vitória: EDUFES, 2011. p.337-373

_____. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

_____. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. 1986. 343f. Tese (Doutorado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 1986.

IPPLAP. *Escolas - Piracicaba*: IPPLAP, 2012a. 80p. (Patrimônio Cultural de Piracicaba; v. 1)

IPPLAP. *Igrejas - Piracicaba*: IPPLAP, 2012b. 92p. (Patrimônio Cultural de Piracicaba; v. 2)

JONES, Judith Mac Knight. *Soldado descansa! Uma epopéia norte-americana sob os céus do Brasil*. São Paulo: Jarde, 1967.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas-SP: Editora Autores Associados; v.1, n.1, p.9-43, jan./jun. 2001.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A Pré-Escola em São Paulo*. Das origens a 1940. Tese (Doutorado em Educação). FEUSP, São Paulo, 1986.

LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira. *A revista brasileira (1879-1881) e os debates sobre ciência, língua, literatura e educação*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – FEUSP, São Paulo, 2002.

LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos*. Memórias, imagens e trabalhos de duas Congregações Católicas. São Paulo: Paulinas, 2010.

LOPES, Sérgio Marcus Pinto Lopes. *As instituições de ensino no metodismo: fatores de sua criação*. 2000. 227p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2000.

LUCA, Tania Regina de. Apresentação. In: GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos*. Bragança Paulista: Editora universitária de São Francisco, 2004.

_____. Contributos para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNADES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (orgs.). *Para a História do Ensino Liceal em Portugal*. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 1999. p.63-77.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919)*. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso*. Tradução de Celso Rodrigues Filho. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

MESQUITA, Zuleica. *Educação Metodista: uma questão não resolvida*. 1992. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1992.

_____. *Evangelizar e civilizar*. Cartas de Martha Watts, 1881-1908. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001.

MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTO; Marcília Rosa (orgs.) *Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista*. Maringá: Eduem, 2010.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal de. *O ideário republicano e a educação: o Colégio Culto à Ciência de Campinas, 1969-1892*. 1981. 368f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 1981.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiros em sua própria terra: representações do brasileiro*. São Paulo: Annablume, 1998.

NEME, Mario (org.). *Piracicaba – Documentário 1936*. Para propaganda da cidade e do município. Editado por João M. Fonseca.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Revista Escolar e o Movimento de Renovação em São Paulo (1925-1927)*. 1993. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.

NETTO, Cecílio Elias. Memorial de Piracicaba. Almanaque 2002-2003. Piracicaba: IHGP, Jornal Tribuna Piracicabana, 2002/3. Fascículo 16.

NORONHA, Olinda Maria. *Historiografia das Instituições Escolares: Contribuição ao debate metodológico*. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al.], (orgs.)

Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p.165-173

NÓVOA, Antonio. *A imprensa de Educação e Ensino – Repertório Analítico (Séculos XIX e XX)*. Coleção Memórias da Educação, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

_____. A imprensa de Educação e Ensino. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Educação em Revista – A imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Caderno de pesquisa*. jul.1998, n.104, p.144-161.

PARIS, Mary Lou. *A educação no Império: o jornal A Província de São Paulo*. 1980. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 1980.

PERECIN, Marly Terezinha Germano. *Os Passos do Saber: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz. O esforço para implantar o Ensino Técnico de Segundo Grau na Agricultura, 1891-1911*. São Paulo: EDUSP, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESSANHA, Andrea Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Tese (Doutorado em História). 2006. 211f. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. Memória e missão: *O Paiz e Gazeta Nacional*. Imprensa do Rio de Janeiro (1884-1888). In: TEMPOS HISTÓRICOS. v.14. 2º semestre de 2010. p. 207-225

PETRI, Katia Cristina. "Mandem vir seus parentes": a Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo. In: *História e Liberdade*, 2010, Franca. XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, 2010. Disponível em: [http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/K%20E1tia%20Cristina%20Petri.pdf]. Acesso em: 12 ago.2013.

PINHEIRO, Alceste. A emancipação dos escravos no Ceará em um jornal católico. In: *VIII Encontro Nacional de História da Mídia*, 2011, Guarapuava. Anais do 8 Encontro Nacional de História da Mídia. Guarapuava, PR: Rede Alfredo de Carvalho, 2011. v. 5.

_____. O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX. In: *XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, 2009, Rio de Janeiro. Comunicação, Educação e Cultura na Era Digital. São Paulo: Intercom, 2009.

RAFAETA, Edivilson Cardoso. Os signos de uma arquitetura escolar: Colégio Piracicabano e a construção de seu edifício próprio no fundar do século XIX. In: *Revista de Educação do Gogeime*. Ano 16, n.31, dez. 2007. p.69-81

RÊGO, Walquiria G. Domingues Leão. Tavares Bastos e Oliveira Vianna: Contraponto. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de. (orgs.) *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. [1974] São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1995.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al.], (orgs.) *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p.3-27

SCHELBAUER, Analete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza (orgs.). *História da educação pela imprensa*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SCREMIN, João Valério. *Pobre coração de Maria: assistência e educação de meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX*. 2009. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templo de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França no final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, M. A. T. de (org.), *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Colégio Piracicabano: trajetória histórica e representação social (1881-1935). In: Caderno de Pesquisa em Educação – PPG/UFES. V. 17, nº 34, jul/dez de 2011, p. 275-297.

_____. *Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na Reforma Caetano de Campos – 1890*. 2006. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

_____. Entre a memória e o arquivo: Colégio Piracicabano - 1881-1935. In: 9ª Mostra Acadêmica UNIMEP: *IX Congresso de Pós-Graduação da Unimep: Ambiente e sustentabilidade*. Piracicaba: UNIMEP, 2011. v. 1. p. 1-3.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 14, p. 37-43, 2000.

_____; PAULO, Marco Antonio Rodrigues. A instalação do serviço de inspeção escolar na província de São Paulo (1835-1887). In: *Cadernos de História da Educação*. v. 12, n. 1, jan./jun. 2013. p. 253-275